

Revista da Educação Superior do Senac-RS

competência

V.6 - N.2 - Dezembro 2013 - ISSN 1984-2880



Fecomércio RS



Revista da Educação Superior do Senac-RS

competência

V.6 - N.2 - Dezembro 2013 - ISSN 1984-2880

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Competência: Revista da Educação Superior do Senac-RS/
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio
Grande do Sul. - Vol. 1, n. 1 (dez. 2008) - Porto
Alegre: SENAC-RS, 2008-
v.: il. ; 21 x 28 cm.

Semestral (julho e dezembro)

ISSN 1984-2880

Nota: A edição de julho de 2009 é v.2, n.1

1. Tecnologia da Informação 2. Gestão 3. Negócio
4. Moda 5. Turismo 6. Meio Ambiente 7. Ensino Superior
8. Educação I. Serviço Nacional de Aprendizagem
Comercial do Rio Grande do Sul II. Título

CDU 001

competência

V.6 - N.2 - Dezembro 2013 - ISSN 1984-2880

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul

Presidente do Sistema Fecomércio e Presidente do Conselho Regional do Senac:
Zildo De Marchi

Diretor Regional:
José Paulo da Rosa

Gerente do Núcleo de Educação Profissional:
Roberto Sarquis Berte

Diretores das Faculdades Senac-RS:
- Elivelto Nagel da Rosa Finkler
- Lisiane de Cássia Tier Martins
- Nara Beatriz Lopes Pires da Luz

Conselho Editorial:

- Acacia Zeneida Kuenzer – UFPR
- Avelino Francisco Zorzo – PUCRS
- Claisy Maria Marinho-Araújo – UNB
- Daniel Gomes Mesquita – UFU
- Dieter Rugard Siedenberg – UNIJUÍ
- Edegar Tomazzoni – UCS
- Fábio Gandour – IBM
- Fernando Vargas – Cinterfor (Colômbia)
- Francisco Aparecido Cordão – CNE, Conselho Nacional de Educação
- Jacques Alkalai Wainberg – PUCRS
- Jorge Antonio Menna Duarte – UniCEUB
- Jose Clovis de Azevedo – Centro Universitário Metodista, do IPA
- Leda Lísia Franciosi Portal – PUCRS
- Léa Viveiros de Castro – Departamento Nacional Senac
- Marta Luz Sisson de Castro – PUCRS
- Margarida Maria Krohling Kunsch – USP
- Milton Lafourcade Asmus – FURG
- Patrícia Alejandra Behar – UFRGS
- Regina Leitão Ungaretti – Fundação Escola

Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
- Susana Gastal - UCS

Comissão Editorial:

- Roberto Sarquis Berte - Presidente
- Carla Fichtner Patines
- Carina Vasconcellos Abreu
- Edécio Fernando Iepsen
- Eliane de Almeida Valiatti
- Márcia Paul Waquil
- Marco Aurelio Souza Mangan
- Marta Brackmann
- Rafael Andretti Damé
- Renata Fratton Noronha

Editora Científica:

- Maria Araujo Reginatto

Bibliotecária Responsável:

- Ivelize Cardoso Gonçalves

Projeto Gráfico e Diagramação:

- Jaíre Passos e Paula Jardim

Revisão em português:

- Fátima Áli

Revisão em inglês:

- Julio Carlos Morandi

Revisão em espanhol:

- Gladys Fama

Tiragem:

1.000 exemplares

Periodicidade:

Semestral (julho e dezembro)

Os artigos para publicação devem ser encaminhados para:

Competência – Revista da Educação Superior do Senac-RS - Av. Alberto Bins, 665/7º andar – Centro Histórico – Porto Alegre, RS – 90030-142

Fone: 51.3284.2308

E-mail: competencia@senacrs.com.br

Os conteúdos dos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Indexada em ICAP (Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos) e Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal).

Sumário

Editorial.....	9
Estudo da Capacidade de uso da Internet por Rede WI-FI na Hotelaria de Porto Alegre ... <i>Luiz Alonso de Oliveira Blanco, Hunder Evertto Correa Junior e Márcia Inês Marasca Lazzeri</i>	11
“É pago, mas é em Casa”: Reflexões Sobre a Aplicação da Sociodramaturgia Goffminiana em Investigações Interdisciplinares de Hospedagens Comerciais Domiciliares..... <i>Renée Louise Gisele da Silva Maia</i>	29
Brinquedotecas Hospitalares: As Atividades Lúdicas no Processo de Recuperação da Criança Hospitalizada <i>Josemery Araújo Alves, Wilma Kalliane Soares de Medeiros</i>	47
Requalificação do Perímetro da Favela do Jardim Edith em São Paulo: Percepções Iniciais Sobre a Hospitalidade no Espaço Urbano..... <i>Airton José Cavenaghi, Luciana Lagares Gonzalez e Maria Ângela Cabianca</i>	65
O Turismo Pedagógico na Educação Infantil e a Educação para a Cidadania..... <i>Cíntia Elisa Dhein e Natália da Rocha Guex</i>	81
Cursos Superiores de Tecnologia: Análise do Contexto, do Crescimento e da Qualidade de Cursos Oferecidos no Brasil..... <i>Roberto Sarquis Berte</i>	97
Análise da Contribuição do Programa Especial de Graduação (PEG) na Atuação do Aluno-docente na Educação Profissional..... <i>Eduardo Pauli, Elvino Michel, Helenesio Cabral, Karla Marques da Rocha e Laíse Chaves</i>	117
A Importância da Auditoria Ambiental como Ferramenta de Gestão Ambiental..... <i>Jéssica Fischer, Tanize Dias e Lúcia de Fátima Socoowski Anello</i>	135
Motivação dos Participantes em Curso de Extensão sobre Alimentação e Qualidade de Vida no Processo de Ensino-aprendizagem..... <i>Luciana Dapieve Patias, Lize Stangarlin, Mariana Moura Ercolani Novack e Karla Marques da Rocha</i>	149
Modelagem Fuzzy para a Gestão de Suprimentos: um Estudo de Caso Sobre a Aquisição de Insumos..... <i>Aline Botelho do Nascimento e Regina Serrão Lanzillotti</i>	161
Normas para Publicação.....	177

Editorial

Muito se diz a respeito do turismo e da hospitalidade do Brasil, especialmente neste momento em que estarão expostos ao mundo por ocasião de um dos maiores eventos esportivos: a Copa do Mundo FIFA 2014. Esta edição da revista *Competência* abre o ano de 2014 e apresenta aos leitores um conjunto de artigos que versam acerca do turismo e da hospitalidade. As temáticas se complementam e estão fortemente orientadas ao estudo de interações e convivência sociais, conectividade e experiências de hospitalidade. Destacam-se ainda as abordagens de aspectos da educação profissional, o turismo pedagógico e o contexto da expansão e qualidade dos cursos superiores de tecnologia.

É evidente que o setor de serviços em turismo e hospitalidade oferece amplas oportunidades de trabalho e grande potencial de crescimento, no entanto, as experiências dos usuários desses serviços ainda está, de maneira geral, muito abaixo dos níveis desejados e percebidos em muitos países. Relatos do estudo realizado pela World Travel & Tourism Council e a American Express Company apresentam informações significativas para necessidades e dificuldades de recrutamento de pessoal e falta de capacitação patrocinada pelas empresas.

Aliado à missão de “educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo”, o Senac busca, por meio das diversas áreas em que atua, contribuir com o desenvolvimento do setor. Esforço esse traduzido em espaços de reflexões, na oferta de educação continuada e no desenvolvimento de pesquisa aplicada.

Vivemos uma considerável ampliação de possibilidades e maiores exigências dos usuários dos serviços de turismo e hospitalidade, e os artigos desta edição nos oferecem excelentes sínteses que possibilitam ampliar horizontes acerca da temática foco desta edição da *Competência*.

Parabenizo os articulistas pela qualidade dos trabalhos e desejo a todos uma excelente leitura.

Adm. Me. Elivelto Nagel da Rosa Finkler - CRA/RS - 29.381

Diretor Geral - Faculdade Senac Porto Alegre - Sistema Fecomércio - Senac-RS

ESTUDO DA CAPACIDADE DE USO DA INTERNET POR REDE *WI-FI* NA HOTELARIA DE PORTO ALEGRE

STUDY OF USE OF INTERNET NETWORK FOR WI-FI IN
HOSPITALITY IN PORTO ALEGRE

Luiz Alonso de Oliveira Blanco *

Hunder Everto Correa Junior **

Márcia Inês Marasca Lazzeri ***

* Professor do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria na Faculdade de Tecnologia Senac -RS. Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Hotelaria pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Especialista em Gestão Hoteleira pelo Senac-SP; Mestre em Qualidade Ambiental pela Universidade Feevale.
✉ alonso blanco@hotmail.com

** Professor e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores na Faculdade de Tecnologia Senac - RS. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), Especialista em Administração Estratégica Empresarial pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Especialista em Segurança Computacional pela ULBRA e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela ULBRA.
✉ hunderc@gmail.com

*** Analista de Sistema do Hospital de Clínicas. Bacharel em Informática com Ênfase em Análise de Sistemas, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI/RS), Especialista em Sistemas de Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
✉ lazzerimarcia@gmail.com

Resumo

A explosão do turismo proporcionou uma expansão espetacular das empresas hoteleiras, o que tem exigido um acompanhamento e aperfeiçoamento dos avanços tecnológicos, com vistas a uma adaptação e capacitação para atender às novas exigências dos usuários modernos. Estes têm a informatização não apenas como uma ferramenta de trabalho ou de lazer, mas sim incorporada à vida pessoal em função do amplo crescimento de novas tecnologias. Em 2014, será realizada, em Porto Alegre, a Copa do Mundo, grande evento com grande fluxo de diferentes perfis de usuários, conectados aos mais diversos tipos de tecnologias existentes disponíveis com alta capacidade para trocas de grandes fluxos de informações para os diferentes países. Este artigo tem o objetivo de analisar como os empreendimentos hoteleiros estão preparados em relação à capacidade da rede de Wireless (WI-FI) em todas as suas instalações para atender à demanda que será necessária neste período.

Palavras-chave: Hotelaria. Internet. Capacidade de carga.

A b s t r a c t

The tourism boom has provided a spectacular expansion of the hotel industry, which has required monitoring and improvement of technological advances, with a view to adapting and training to meet the changing needs of modern users. These people have computerization not only as a tool for work or leisure, but they have it incorporated into their personal lives due to the extensive growth of new technologies. In 2014, the World Cup will be held in Porto Alegre, a great event with great flow of different user profiles connected to most types of existing technologies available with high capacity for exchanging large flows of information with different countries . This article aims to analyze how hotels are prepared in relation to the capacity of wireless network (WI-FI) in all their facilities to meet the demand that will be required during this period.

K e y w o r d s : Hospitality. Internet. Load capacity.

1 Introdução

A última década do século XX foi pródiga em novos investimentos na área de hospitalidade e entretenimento no Brasil. Os anos 1990 trouxeram uma nova realidade para a chamada ‘indústria da hospitalidade’, na qual a hotelaria deve estar atenta em relação às novas tecnologias e aos cenários de oportunidades.

Com o advento da Copa do Mundo no Município de Porto Alegre-RS, a rede Hoteleira da capital tem planejado estratégias para aumentar a ocupação das unidades habitacionais e, conseqüentemente, a elevação da receita. Em face deste cenário, também se espera um crescimento da disponibilização de acesso a redes *Wireless* (WI-FI) para os hóspedes. Dessa forma, muitos empresários têm procurado atrair um público diferenciado aos seus estabelecimentos com a oferta de acesso grátis à Internet grátis por meio de conexão sem fio, como ocorre atualmente em muitos *shoppings* e cafeterias da capital do Rio Grande do Sul. Estas redes, também chamadas de *Hot Spot*, têm por finalidade prover uma real mobilidade aos usuários, que, livres de cabos, podem circular livremente com seus equipamentos móveis em uma determinada área coberta por uma estação-base, além de permanecerem conectados à Internet ou à rede interna do ambiente em que se encontram.

Atualmente, estamos diante de uma revolução ligada a avanços tecnológicos, científicos e às técnicas de gestão que aprimoram as empresas frente aos clientes e à competitividade do mercado. Para tanto, a empresa precisa ser competitiva, e isso está fundamentado na produtividade que, por sua vez, resulta da relação qualidade e custos, ou seja, para se garantir a sobrevivência da empresa, é preciso apostar na qualidade. Maior qualidade, com custos menores para se obter uma excelente produtividade, é condição necessária para a competitividade e a sobrevivência de qualquer empresa. Paralelamente, tem se observado atualmente um enorme aumento na utilização de dispositivos móveis, conforme pesquisas da FECOMÉRCIO. Assim sendo, a utilização e principalmente a capacidade de carga da rede WI-FI pode ser relevante no processo de escolha do hotel, mesmo com o alto crescimento e a opção pela tecnologia 3G.

O objetivo deste artigo é analisar a atual capacidade da rede hoteleira do município de Porto Alegre, para disponibilização de Rede de acesso à Internet com o intuito de contribuir com este importante setor.

2 Hotelaria

A hotelaria pode ser considerada a indústria de bens de serviço. E, como qualquer ramo industrial, possui suas características próprias de organização; sua finalidade principal é o fornecimento de hospedagem, alimentação, entretenimento, segurança e bem-estar aos hóspedes.

Segundo Pérez (2001, p. 6), “[...] a palavra hotel, utilizada pela primeira vez na França, deriva do latim *hospes*, que significa pessoa acomodada, e de *hospitium*, que significa hospitalidade”. Este termo substituiu *taberna* e *pousada*, devido à influência francesa que se generalizou nos demais países. O hotel pode ser definido como um estabelecimento de caráter público destinado a fornecer uma série de serviços: acomodação, alimentos e bebidas, lazer, e deve estar orientado a três grandes objetivos: ser uma fonte de receita; ser uma fonte de emprego e oferecer um serviço à comunidade.

Candido e Vieira (2003) conceituam uma empresa hoteleira como sendo uma organização que, mediante o pagamento de diárias, oferece alojamento a uma clientela indiscriminada. Já para o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2013), a empresa hoteleira é a pessoa jurídica que explora ou administra meios de hospedagens e que tem em seus objetivos sociais o exercício da atividade hoteleira. Segundo Castelli (2002, p. 36), “[...] hotel pode ser definido

como sendo uma edificação que, mediante o pagamento das diárias, oferece alojamento a clientela indiscriminada”.

Vallen e Vallen (2003) acrescentam que a palavra hotel surgiu em Londres, em torno do ano 1760, mas só começou a ser utilizada nos Estados Unidos cerca de três décadas depois. O vocábulo teria sido anglicizado a partir do termo francês *hotel garni*, ou ‘mansão ampla e mobiliada’. A mudança do nome de *estalagem (inn)* e *taverna* para hotel assinalou uma transformação mundial, de uma atividade baseada em hospedagens de beira de estrada para outra, concentrada nas cidades. Após a Segunda Guerra Mundial, quando a moeda norte-americana estava forte e as empresas hoteleiras predominavam, os hotéis do país expandiram-se em todo mundo. O setor hoteleiro é cíclico, passa por grandes oscilações, períodos muito favoráveis e épocas muito desfavoráveis.

3 Conceito de qualidade

A conceituação de qualidade não pode ser encarada de forma rígida, pois pode variar de acordo com a área à qual está sendo dirigida, tendo assim variados enfoques com características diferentes, como explica Serra (2005, p. 9):

Qualidade é um conceito ambíguo, usado de diferentes formas, com vários significados. Não existe um conceito único, pois várias ciências elaboraram conceitos sobre qualidade, cada uma enfatizando aspectos que lhes são próprios. A razão é que muitos fatores devem ser levados em consideração ao se julgar a qualidade de qualquer desempenho.

Dentre os diferentes enfoques de qualidade, são de grande valia citar a definição de Oliveira (2006, p. 26) – “A qualidade é a adaptação às necessidades dos clientes” – como sendo uma expressão resumida que possui a essência da palavra qualidade. Seguindo essa linha de raciocínio, qualidade é uma busca pela perfeição para agradar a clientes cada vez mais conscientes das facilidades de consumo e das variedades de empresas a oferecer produtos. Qualidade, ademais, é uma filosofia em que a eliminação do chamado retrabalho (refazer o que já havia sido feito por existir alguma impropriedade ou falha), e a obsessão pelo ‘defeito zero’ são regras inafastáveis para as organizações que desejem permanência e lucro.

Outro enfoque que deve ser considerado é a necessidade de continuidade no processo de qualidade, noutra visão, que não se opõe às anteriores e sim as complementa, introduzindo os funcionários da organização no processo. Esta definição é citada por Lee Lacocca (1993 *apud* Serra 2005), para quem a qualidade é uma atitude. Não tem começo, meio e muito menos fim. A qualidade de um produto – e o processo pelo qual ela é incorporada por esse produto – exige continuidade e deve integrar-se à mentalidade de cada funcionário.

Por isso, a relevância da prestação do serviço e a sua impressão causada ao hóspede podem ser trabalhadas com a qualidade no atendimento.

4 Percepção da qualidade em serviços

Definir as expectativas dos clientes do ramo de serviços pode ser um tema amplo, como o conceito de Ford, McNair e Perry (2005, p. 101): “Na qualidade de clientes esperamos: consideração e qualidade de serviço”. Esse conceito resume as expectativas dos clientes do ramo de serviços, porém não esclarece o que seria essa ‘qualidade’.

Para um maior detalhamento dessa visão de qualidade para o cliente, Vallen e Vallen (2003) especificam o cliente da hotelaria e descrevem sua percepção de qualidade; sob o ponto de vista do hóspede, a qualidade é o grau no qual uma propriedade oferece o que ele espera. Se o surpreender com uma estada melhor do que a esperada, o hotel será visto como de alta qualidade, mas, se a visita não atender às expectativas, a propriedade perderá conceito.

Poser complementa que, quando se procura um serviço, essa busca não é por algo concreto ou um serviço estático, e sim é procura por uma solução para uma necessidade. Por essa razão o autor insere o aspecto emocional relacionado com o consumo de serviços: “Não se adquirem produtos e serviços. Adquirem-se soluções, e elas são altamente emocionais” (POSER, 2005, p. 2). Portanto, a sensibilidade para atender com qualidade um cliente no ramo hoteleiro deve estar relacionada com as expectativas particulares de cada cliente, com a preocupação de considerar cada cliente único e não generalizar suas necessidades. Tal sensibilidade evidencia-se ao analisarmos a necessidade e o desejo do cliente e não tentar dar a ele o que achamos que ele quer. A hotelaria deve ser pensada e trabalhada como uma empresa emocional e nunca como uma indústria repetitiva em sua produção e atuação.

O fluxograma a seguir demonstra o processo de interação entre clientes e empresa e como ocorre a percepção da qualidade. Evidencia que o contato externo

com o cliente é feito após seu consumo ou contato com a organização, o que se torna limitante, pois permite identificar falhas no processo, mas não a tempo de corrigi-las, considerando que o serviço já foi consumido.

Para ilustrar o processo de percepção da qualidade, segue fluxograma citado por Bogmann (2002, p. 116):

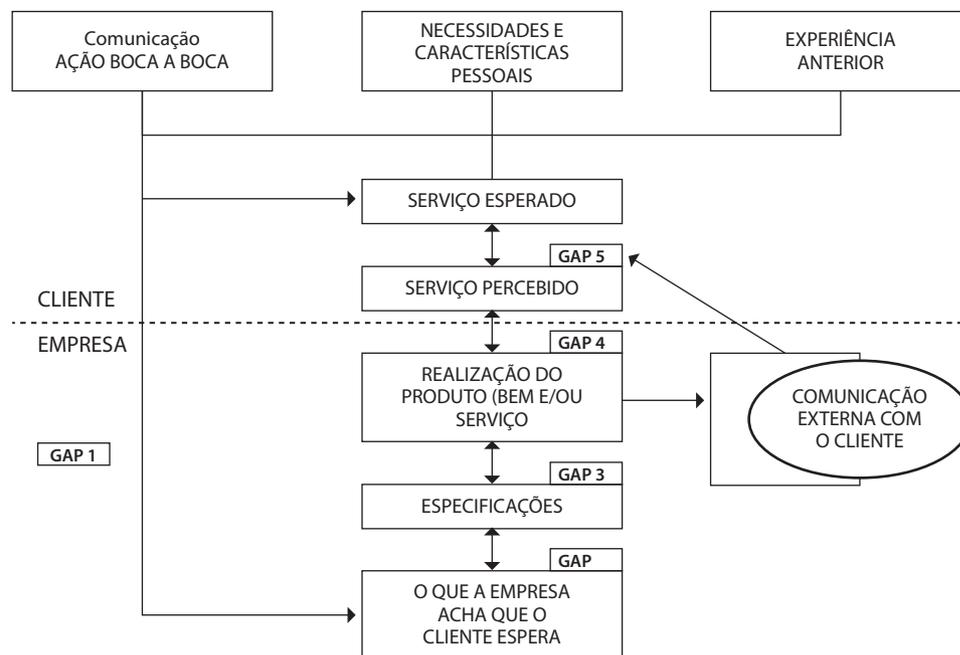


Figura 1 – O modelo dos “5 gaps”.

Fonte: Parasuraman, Zeithaml & Berry.

Pelo fluxograma, compreende-se a relação da comunicação e dos muitos momentos em que ocorrem os GAPS, que são os ruídos e os mal-entendidos que levam a empresa a ter prejuízo.

Gonçalves, Jamil e Tavares (2002, p. 107) também evidenciam a importância da qualidade para a percepção da excelência em serviços afirmando que:

[...] para desfrutar destas vantagens [excelência de serviço] a empresa deve ter um nível alto de qualidade de serviço aos olhos do cliente. Não basta esforçar-se. Campanhas publicitárias apenas não resolvem, tampouco isso será resolvido exortando os funcionários a demonstrarem atenção com o cliente. A única coisa que funcionará será proporcionar um serviço superior e que tenha sucesso no mercado.

Por isso, para usufruir a excelência em serviços é necessário pensar além da qualidade de atendimento prestada pelos funcionários; é preciso expandir o pensamento para o cliente e as reais necessidades, proporcionando a ele produtos e serviços superiores aos da concorrência.

5 Marketing de Serviços

Como a hotelaria é um prestador de serviços para as pessoas, há a necessidade de se conceituar o marketing de serviços. Viera (2003, p 54) define marketing de serviços como o “[...] segmento que estuda fatos e ocorrências, durante a venda de serviços intangíveis em diferentes áreas de mercado”.

Para Lovelock (2004) serviço é um ato ou desempenho, oferecido por uma parte. Embora o processo possa estar ligado a um produto físico, o desempenho é essencialmente intangível e, normalmente, não resulta em propriedade de nenhum dos fatores de produção.

Zeithaml (2003) afirma que serviços são ações, processos e atuações, enquanto que, para Lovelock (2004), os serviços são atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para clientes, em tempos e lugares específicos, como decorrência da realização de uma mudança desejada no destinatário do serviço. Os serviços constituem o maior aumento econômico no mundo todo; no Brasil, respondem por 55% do Produto Interno Bruto (PIB). O setor de serviços corresponde à maior parte do crescimento dos novos empregos.

Lara (2001) acrescenta que os serviços são intangíveis, pois não são experimentados com os sentidos, antes de ser comprados. Entretanto, Zeithaml (2003) afirma que os clientes estão todo o tempo procurando algum indicador tangível, para auxiliá-los a entender a natureza da experiência do serviço. Esses fatos levam os profissionais a concluírem que podem usar variáveis adicionais para se comunicarem com os clientes e satisfazê-los.

Na hotelaria, o acesso à internet, assim como a aparência e as atitudes dos funcionários, influencia experiências e percepções dos clientes. Os profissionais enfrentam desafios que relatam a compreensão das necessidades e expectativas dos clientes, no sentido de dar tangibilidade à oferta de serviços, negociando com uma infinidade de questões relativas às pessoas e à própria execução dos serviços, mas mantendo-se fiel àquilo que foi prometido aos clientes.

Na compra de um serviço, várias sensações interferem para a satisfação do cliente. O humor é uma delas: se o cliente está mal humorado, vai ser muito difícil agradar-lhe. Da mesma forma, se um prestador de serviços está irritado, sua interação com o cliente será afetada por esse humor.

As expectativas dos clientes são crenças, a respeito da execução do serviço, que funcionam como padrões ou pontos de referência com relação aos quais o desempenho é julgado. Em razão de os clientes compararem suas percepções do desempenho com esses pontos de referência, quando avaliam a qualidade dos serviços, o conhecimento completo sobre as expectativas dos clientes é fundamental para os profissionais de *marketing* de serviços. Conhecer o que o cliente espera é o primeiro e possivelmente o mais importante passo na prestação de um serviço de qualidade. (ZEITHAML, 2003, p. 68)

A qualidade dos serviços será fator determinante nas avaliações dos clientes. Eles julgam a qualidade do serviço a partir de suas percepções, sobre o resultado técnico proporcionado e sobre o modo como tal resultado final foi entregue.

6 Vantagem Competitiva

Vantagem competitiva é uma série de atributos que conferem a uma empresa uma posição de vanguarda em seu segmento de ação, sempre sendo considerados pelos seus consumidores e clientes. Porter (1980, *Apud* GONÇALVES, JAMIL E TAVARES, 2002 p. 62) descreve detalhadamente os valores relevados para que se construa a vantagem competitiva; preço e diferenciação de produtos, processos e ações são os mais destacados elementos deste composto. Segundo Tschohl e Franzmeier (1996), vive-se numa época em que a única diferença, visível para os clientes, entre vários produtos e serviços muitas vezes não é mais do que uma distinta diferença na qualidade do serviço. Aquela diferença manifesta-se numa sensação amigável e moderada de aprovação para uma organização ou para seus produtos ou serviços. Isso se torna, portanto uma vantagem competitiva.

Para Gonçalves, Jamil e Tavares (2002), vantagem competitiva consegue-se com um bom planejamento estratégico e, para se obter essa vantagem, a organização deverá compreender melhor a análise de seus recursos e habilidades, no que se

constitui no conhecimento próprio, bem como reconhecer forças e fraquezas dos concorrentes, que é correspondente ao conhecimento de segmentos mercadológicos.

Para obter vantagem competitiva atualmente, as empresas devem focar seus negócios principalmente na qualidade do produto / serviço oferecido, pois, com a quantidade de oferta existente, essa característica torna-se um caráter de diferenciação.

7 A Tecnologia da Informação

Os avanços tecnológicos representaram grandes mudanças no modo como as organizações lidam seus clientes. O acesso à informação é cada vez mais facilitado, e a distância física já não é mais impedimento para contato da empresa com o cliente.

Assim, Swift (2001, p.13) explana sobre esses benefícios afirmando que:

A tecnologia, na forma de técnicas avançadas de transformação e apresentação gráfica de dados, acelera a utilidade e a velocidade da tomada de decisão administrativa. Ela aumenta muito mais o poder do pessoal de contato com os clientes e empregados que trabalham com informações, funções de marketing e venda, empregados administrativos com inteligência de informação sobre negócios significativamente melhores em relação a seus clientes atuais e potenciais.

A integração com o cliente pela tecnologia da informação está trazendo-o para dentro da empresa, eliminando as barreiras da fronteira na qual o cliente acaba e a empresa começa. Sendo assim, torna-se possível que o cliente interaja com a empresa, diminuindo a distância entre os dois e aumentando o conhecimento da organização sobre os consumidores. É aqui que a tecnologia está sendo adaptada para criar, intensificar e transformar os relacionamentos. Nesse estágio, o marketing de relacionamento torna-se fortemente visível, por meio de serviços prestados (BOGMANN, 2002).

Com a chegada da era digital, a segmentação de mercado tem um novo rumo, e as facilidades de comunicação possibilitam que a empresa alcance o cliente individualmente. Assim, explica Gordon (1998, p.56):

Chega-se à era digital. Agora, a segmentação pode prosseguir até que a empresa satisfaça o cliente individual. Três elementos capacitadores precisam ser abordados com sucesso se os clientes devem ser atendidos e administrados de modo único durante suas vidas de compradores: Tecnologia de fabricação; conhecimento do cliente; acesso ao cliente.

Fiore (2001) relata que, para causar um impacto drástico no *e-business* das organizações, deve-se ter o acesso permanente e os consumidores conectados o tempo todo, não importa onde estejam. Aprender mais rápido do que o concorrente é a única maneira de obter vantagem competitiva. A internet facilita um conjunto de interações, em que compradores e vendedores podem se comunicar, e as informações sobre eles podem ser armazenadas com facilidade e rapidez.

As boas notícias – e as más – espalham-se pela rede *on-line* à velocidade da internet. Essa velocidade de reprodução pode ser aproveitada por seu *e-business* para espalhar sua mensagem aos clientes potenciais de toda a parte. E uma vez que a internet conecta todos a tudo, cada cliente pode ser transformado em um vendedor – e todos os seus clientes em uma força de vendas (FIORE, 2001, p. 31).

Para Li e Bernoff (2009), a internet está integrada em todos os elementos de negócios e da sociedade, fazendo com que as conexões sejam rápidas e onipresentes. Já Fiore (2001) acrescenta que as empresas precisam elaborar estratégias de marketing para obter uma vantagem competitiva em relação à concorrência, e a conquista ou perda dessa vantagem não é mais o melhor preço e sim o acesso que se tem ao cliente. É fundamental saber o que ele compra, onde, quando e, o principal, estabelecer um relacionamento com os consumidores e também com potenciais consumidores.

7.1 Padrão 802.11

Todos os fabricantes de computador ou *access point* devem seguir o padrão 802.11, para que possa haver a comunicação. WI-FI é um conjunto de especificações para redes locais sem fio *Wireless Local Area Network* (WLAN), baseado no padrão *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE) 802.11. O nome “WI-FI” é tido como uma abreviatura do termo inglês *Wireless Fidelity* (fidelidade sem fios).

A família de padrões IEEE 802.11 foi apelidada de WI-FI, marca registrada pertencente à *Wireless Ethernet Compatibility Alliance* (WECA), uma organização sem fins lucrativos, criada em 1999, para garantir os padrões de interoperabilidade dos produtos WI-FI.

Conforme Pinheiro (2004), as tecnologias de comunicação *wireless* seguem os padrões técnicos internacionais estabelecidos pelo IEEE, que definiu as especificações para a interconexão de equipamentos (computadores, impressoras etc) e demais aplicações pelo conceito *over-the-air*. Ou seja, proporciona o estabelecimento de redes e comunicações entre um aparelho cliente e uma estação ou ponto de acesso, pelo uso de frequências de rádio. No padrão IEEE 802.11, é especificada a forma de ligação física e de enlace de redes locais sem fio, com o objetivo de fornecer uma alternativa às atuais conexões que utilizam cabos. Os padrões que recebem mais atenção ultimamente correspondem à família de especificações batizada de 802.11, conhecidas como (WLANs).

Atualmente, podem-se encontrar no mercado quatro especificações na família 802.11: 802.11, 802.11a, 802.11b e 802.11g. O padrão mais popular é o 802.11b, que, por seu baixo custo, está presente em 90% da base de equipamentos instalados no mundo. O padrão mais recente, o 802.11g, funciona na mesma faixa de 2,4GHz dos 802.11b e utiliza uma tecnologia de modulação mais avançada, o que propicia melhora significativa na qualidade dos sinais. Esse padrão cobre a mesma área do 802.11b (até 120 metros), mas oferece uma largura de banda cinco vezes maior (até 54Mbps).

8 Metodologia

Neste artigo, toda a coleta de dados foi realizada nos hotéis da Rede de Porto Alegre. O critério de escolha dos locais foi baseado na busca dos empreendimentos hoteleiros com redes *Wireless* abertas, públicas e com grande concentração de pessoas, para possibilitar a análise de um número maior de pacotes capturados.

A metodologia utilizada neste estudo foi de pesquisa descritiva, que, segundo Gil (2000), tem por objetivo descrever as características de determinado fenômeno, neste caso a capacidade de acesso à rede WI-FI na hotelaria porto-alegrense. Também se caracteriza por levantamento, que é a interrogação direta ao público que se deseja conhecer (GIL, 2000); e de análise qualitativa, pois tem como foco o levantamento e entendimento do fenômeno estudado (ROESCH, 2007).

Definiram-se como campo de estudo os hotéis classificadas como *muito confortáveis*, *confortável* e *médio conforto*, conforme o Guia Quatro Rodas (2010). O instrumento utilizado foi um questionário por telefone e e-mail aos gestores, para analisar os acessos na rede wi-fi e a capacidade para atender a rede hoteleira. A partir do envio de mensagem por e-mail para 36 estabelecimentos, obteve-se retorno de todos os empreendimentos. Esse levantamento foi realizado em abril de 2013.

9 Análise

A partir do levantamento da pesquisa, pode-se verificar, pelas perguntas apresentadas, a seguinte análise dos dados.

Foi verificado que no município de Porto Alegre existem 82 hotéis e, destes, 43,9% dos empreendimentos foram pesquisados. Em relação ao número de Unidades Habitacionais, 59,8% estão nesta faixa de classificação, e 71,2% dos leitos conforme tabela abaixo.

	Hotéis	Apartamentos	Leitos
Muito confortável	02	336	585
Confortável	16	1936	3844
Médio conforto	18	2210	4413
Total	36	4482	8842

Tabela 1 – Quantidade de hotéis, UHs e leitos

Fonte: Guia Quatro Rodas (2013).

Por essa tabela, é possível observar que grande parte da capacidade de acomodação dos turistas, em Porto Alegre, está nesses segmentos pesquisados, e a partir disso verifica-se como estão preparados os meios de hospedagem em relação à capacidade de acesso à rede WI-FI para atender a necessidade dos hóspedes.

Na segunda questão, foi verificado que, dos hotéis pesquisados, 83,8% oferecem acesso à internet por conexão sem fio aos hóspedes, enquanto 16,2% ainda possuem conexão por meio de cabo. Aqui, foi verificado que quase todos os hotéis que ainda não estão com conexão sem fio afirmaram que estão se adaptando para a Copa do Mundo de 2014, com intenção de se adequarem às novas tendências tecnológicas. Verificou-se que, nos hotéis que oferecem conexão por fio nos apartamentos, nas áreas em comum aos hóspedes a conexão é sem fio, para uma melhor comodidade dos clientes.

É importante salientar que foi verificado, ainda, que 38,8% dos empreendimentos hoteleiros ainda cobram pelo uso da internet ou pelo uso de uma internet mais rápida, quando oferecem 100k *free* aos hóspedes. Também é importante observar que alguns dos hotéis que não cobram pelo uso da internet comentaram que o serviço já foi cobrado e, atualmente, é oferecido aos hóspedes como um serviço gratuito, sendo um diferencial competitivo em relação aos hotéis que cobram pela utilização.

Cutrale (2010) afirma que a conectividade à internet, seja via cabo ou *wireless*, já faz parte da necessidade diária do hóspede corporativo, tanto quanto dormir e tomar banho. Por isso, ela defende a tese de que o serviço deveria ser oferecido gratuitamente. Para o segmento lazer, a necessidade de internet não é tão primordial quanto no corporativo, porém não se pode esquecer que entre esse público conta-se com crianças e adolescentes e, cada vez mais, a conectividade faz parte do dia a dia dessa geração, seja por meio das redes sociais, MSN, Skype ou de outras.

A terceira pergunta abordada foi em relação aos locais em que os hotéis disponibilizam acesso à rede WI-FI. O retorno foi que o acesso é disponibilizado nos andares, para atender às unidades habitacionais, e nos locais de uso comum, como nas salas de eventos, no lobby da recepção, no restaurante e no bar, dentro dos empreendimentos hoteleiros. Verificou-se que a maioria dos hotéis possui disponibilidade de acesso para melhor atender seus hóspedes, já que cada andar possui um link para melhor atender às suas exigências.

Em relação à quarta pergunta, sobre quantos Pontos de Acesso (APs) WiFi, constatou-se que todos os locais em que os hotéis possuem um link há um ponto de acesso; com isso atenderia à demanda dos hóspedes em relação à questão anterior.

Na última pergunta, conforme a tabela a seguir, percebe-se a velocidade do link que consta dentro dos empreendimentos.

Velocidade do Link	Nº de hotéis
Até 2 MB	4
Acima de 2 MB até 5 MB	6
Acima de 5 MB até 10 MB	12
Acima de 10 MB até 15 MB	8
Acima de 15 MB até 30 MB	4
Acima de 30 MB	2

Tabela 2 – velocidade dos links dos hotéis

Fonte: Autores (2013).

Cabe aqui uma observação a respeito da capacidade do Link fornecido pelos hotéis nos quesitos disponibilidade e velocidade. Sabe-se que a grande maioria dos estabelecimentos hoteleiros têm conexões com a Internet providas de tecnologias conhecidas como **Assymmetric Digital Subscriber Line** - (ADSL) ou por cabo. Esses tipos de tecnologias não garantem a velocidade máxima contratada, pois, segundo a Associação dos Operadores de Telecomunicações (APRITEL) (2012), pode haver variação em função da área geográfica do Hotel e/ou do número de assinantes na região.

A DSL (Digital Subscriber Line) é uma tecnologia que aumenta drasticamente a capacidade das linhas telefônicas destinadas a particulares ou empresas. A velocidade da DSL é extremamente dependente da distância entre o cliente e a central do operador. Esta tecnologia está direcionada para o acesso à internet através das suas versões assimétricas *downstream* superior ao *upstream*, e, velocidade de recebimento superior à velocidade de envio e para ligações menos exigentes através das versões simétricas (mesma velocidade a receber e a enviar). (APRITEL, 2012)

Também há de se considerar a possibilidade de que essa mesma velocidade de conexão com a Internet disponibilizada pelo hotel aos seus hóspedes possa estar compartilhada com as necessidades administrativas do hotel, o que diminui ainda mais a real disponibilidade de Redes WI-FI aos hóspedes.

Considerações Finais

O presente artigo é fruto da pesquisa desenvolvida no curso de Tecnologia em Hotelaria e do curso de Redes de Computadores. Os dados preliminarmente avaliados pela presente pesquisa indicam alguns fatores positivos e outros que trazem grande preocupação ao setor, principalmente levando-se em consideração que a rede hoteleira do Município de Porto Alegre deverá alcançar um grande fluxo de clientes, com um nível de exigência cada vez mais abrangente, em função do amplo crescimento e do uso intensivo da tecnologia da informação. Como principais pontos positivos, destaca-se a disponibilidade de acessos à rede

WI-FI com Banda Larga de praticamente todos os hotéis, com acesso gratuito na maioria deles.

A maior preocupação está associada à capacidade para permitir a conexão de várias dezenas de usuários simultaneamente, com qualidade de alta performance e segurança, pois o nível de exigência dos clientes atuais ultrapassa a cobertura de rede *Wireless*: a busca é também pela alta velocidade de navegação com qualidade de conexão e ampla disponibilidade. Essas exigências requerem um alto investimento de infraestrutura para atender às demandas dos hóspedes, que, cada vez mais, têm necessidade de estarem conectados a qualquer hora e em qualquer lugar. Essa preocupação agrava-se pelo perfil diferenciado de turistas, advindos com o evento da Copa do Mundo, pois eles vão utilizar a rede com maior intensidade e com o repasse de fotos e vídeos para outros locais, característica diferente do atual perfil do hóspede corporativo.

Pela pesquisa, fica evidente uma preocupação junto aos meios de hospedagem da cidade em função da importância de a rede hoteleira garantir, aos diversos perfis de clientes, uma Copa do Mundo com uma conexão estável de acesso à *Web*, disponibilizando agilidade e segurança para atender imediatamente às necessidades de seus hóspedes.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES DE TELECOMUNICAÇÕES . Disponível em: < <http://www.apritel.org/faq/faq.php?id=5>>. Acesso em: abr. 2012.
- BOGMANN, Itzhak Meir. *Marketing de relacionamento: estratégias de fidelização e suas implicações financeiras*. São Paulo: Nobel, 2002.
- CASTELLI, Geraldo. *Administração hoteleira*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.
- CANDIDO, Índio; VIERA, Elenara V. *Gestão de hotéis: técnicas, operação e serviços*. Caxias do Sul: EducS, 2003.
- CUTRALI, Fanny. REVISTA HOTÉIS. *Site Institucional*. Disponível em: http://www.revistahotelnews.com.br/2009/materia.php?id_materia=110. Acessado em 15 de abril de 2012.
- EMBRATUR. Brasília – DF. [20--] Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/. Acesso em: 07 de jun. de 2013
- FIORE, Frank. *E-marketin Estratégico*. São Paulo. Editora Pearson, 2001
- FORD, Lisa; MCNAIR, David; PERRY, Bill. *O excepcional atendimento ao cliente*. São Paulo: Edicta, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos e pesquisas*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GONÇALVES, Carlos A.; JAMIL, George L.; TAVARES, Wolmer R. *Marketing de relacionamento: database marketing*. Rio de Janeiro: Axcel, 2002.
- GORDON, Ian. *Marketing de relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre*. São Paulo: Futura, 1998.
- GUIA QUATRO RODAS. São Paulo: Editora Abril, 2009-. Anual.
- LARA, Simone. *Marketing e vendas na hotelaria*. São Paulo:Futura, 2001.
- LI, Charlene; BERNOFF, Josh. *Fenômenos sociais nos negócios – groundswell*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.
- LOVELOCK, Cristopher. *Serviços: marketing e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Otávio J. (Org). *Gestão da qualidade: tópicos avançados*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

PÉREZ, L. Di Muro. *Manual prático de recepção hoteleira*. São Paulo: Roca, 2001.

POSER, Denise. *Marketing de relacionamento: maior lucratividade para empresas vencedoras*. Barueri. SP: Manole, 2005.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2007.

SERRA, Farah A. *Fator humano da qualidade em empresas hoteleiras*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005

SWIFT, Ronald. *CRM – Customer relationship management: o revolucionário marketing de relacionamento com o cliente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001

TSCHOHL, John.; FRANZMEIER, Steve. *A satisfação do cliente: como alcançar a excelência através do serviço ao cliente*. São Paulo: Makron Books, 1996.

VALLEN, Gary K.; VALLEN, Jerome J. *Check-in, check-out: gestão e prestação de serviços em hotelaria*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

VIEIRA, Elenara V. *Qualidade em serviços hoteleiros: a satisfação do cliente é função de todos*. São Paulo: Educus, 2004.

ZEITHAML, Valarie A. *Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

“É PAGO, MAS É EM CASA”:
REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA
SOCIODRAMATURGIA GOFFMINIANA EM
INVESTIGAÇÕES INTERDISCIPLINARES
DE HOSPEDAGENS COMERCIAIS
DOMICILIARES

“YOU HAVE TO PAY, BUT AT HOME”: REFLECTIONS ON
THE IMPLEMENTATION OF THE SOCIODRAMATURGY
OF GOFFMAN IN INTERDISCIPLINARY
INVESTIGATIONS OF COMMERCIAL DOMESTIC
GUEST HOUSES.

* Bolsista CAPES/DS e mestranda em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS - UNIRIO). Graduada em Turismo pela UNIRIO. Tutora a distância do curso de Licenciatura em Turismo oferecido pelo Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Consórcio CEDERJ).
✉ reneemaia@gmail

Renée Louise Gisele da Silva Maia *

R e s u m o

As interações sociais têm assumido posição de destaque em estudos dedicados à investigação de processos e de produtos culturais. No turismo, tais interações evidenciam, ainda, suas interfaces com a questão da hospitalidade. Com o objetivo de discutir as hospedagens comerciais domiciliares como objeto de investigações interdisciplinares, este trabalho propôs dois momentos de reflexão. No primeiro, buscou-se delimitar esse conceito apresentado através da revisão de abordagens teóricas e de um breve levantamento histórico. Já no segundo, argumentou-se acerca das possibilidades de investigação desses objetos a partir da aplicação da perspectiva sociodramatúrgica proposta por Goffman (2011). Sustenta-se, por fim, que abordagens processuais de objetos como este são fundamentais não somente para a compreensão do fenômeno turístico em si, mas também para sua observação e apropriação como um caminho para a investigação de aspectos, fun-

cionamentos e dinâmicas socioculturais em um cenário tão fortemente marcado pela mobilidade e fluidez de relações.

Palavras-chave: Turismo. Hospitalidade. Sociodramaturgia. Interação. Hospedagem Comercial Domiciliar.

Abstract

Social interactions have taken prominent position in studies devoted to the investigation of processes and cultural products. In tourism, these interactions show also interfaces with the question of hospitality. Aiming to discuss commercial domestic guest houses as an object of interdisciplinary research, this paper proposed two moments of reflection. At first, we attempted to define the concept presented by reviewing theoretical approaches and a brief historical survey. Secondly, we argued about the possibilities of investigation of these objects according to the dramaturgic approach of social interactions proposed by Goffman (2011). Finally, we argue that procedural approaches of objects like this are crucial not only for understanding the tourism phenomenon, but also for its observation and appropriation as a way to research aspects, behaviors and sociocultural dynamics in a scenario so strongly marked by mobility and fluidity of relationships.

Keywords: Tourism. Hospitality. Socialdramaturgy. Interaction. Commercial Guest House.

1 Introdução

Como bem apontou Bauman (2005, p. 45), “[...] a marca da modernidade é a ampliação do volume e do alcance da mobilidade, e, por conseguinte, de forma inevitável, o enfraquecimento da influência da localidade e das redes locais de interação”. Assim, a expansão e a intensificação das mobilidades – de pessoas, informações e capital – têm constituído este fenômeno, chamado por alguns teóricos de *compressão do tempo-espaço*.

Nesse sentido, ainda que não configure o único responsável¹ por esta “explosão de mobilidade”, o turismo destaca-se enquanto importante dimensão da compressão do tempo-espaço e da aceleração dos processos globais na contemporaneidade.

¹ Destacam-se também diversas outras formas de mobilidades relacionadas a viagens não turísticas e aos avanços nos meios de transporte, comunicacionais e informacionais.

O fenômeno turístico contribui significativamente para a promoção de interações sociais (GOFFMAN, 2011), em especial, entre indivíduos representantes de diferentes línguas, culturas, crenças, valores e, portanto, expectativas.

Se, de uma maneira geral, as interações sociais já têm sido colocadas cada vez mais em foco em estudos que investiguem elementos relacionados a contextos e produtos culturais, processos de identificação e elaborações ou disputas de memória², no turismo estas interações evidenciam, ainda, suas interfaces com a questão da hospitalidade.

As interseções entre turismo e hospitalidade transcendem o espaço da hotelaria convencional, inserindo no contexto contemporâneo complexidades e peculiaridades que demandam a colaboração entre diversas áreas, como a Psicologia Social, as Ciências Sociais, a Administração e a própria Turismologia, sendo até mesmo passíveis de investigação em áreas transdisciplinares, como é o caso, por exemplo, dos estudos em Memória Social.

Com o objetivo de discutir um recorte dessas inúmeras interfaces entre turismo e hospitalidade, este artigo propõe uma breve discussão sobre as hospedagens comerciais domiciliares como um objeto de investigações multi, inter e transdisciplinares. Para isso, serão apresentados dois momentos interligados de desenvolvimento.

No primeiro, buscar-se-á refletir sobre este cenário peculiar representado pelas hospedagens domiciliares, marcadas pela complexa interseção entre intimidade, hospitalidade e consumo. Assim, será delimitado inicialmente um breve histórico de usos e status sociais diferenciados atribuídos a essas categorias de hospedagens, perpassando alguns de seus principais formatos e revisando concepções e delimitações teóricas sobre os tempos, os espaços, os domínios e as dinâmicas envolvidos neste objeto que simboliza questões de grande relevância na interseção entre turismo e hospitalidade.

Já no segundo momento, apresentar-se-á uma breve aplicação das perspectivas e proposições sociodramatúrgicas de Goffman (2011) à investigação de dinâmicas, comportamentos e interações sociais relacionados a hospedagens comerciais domiciliares. Tal aproximação representa aqui a indicação de um caminho possível para a investigação de um objeto complexo e compartilhado por diversas áreas do conhecimento.

Sustenta-se que o enfoque dado às interações sociais em abordagens como esta aqui proposta é fundamental para a compreensão dos processos, dinâmicas

² Disputas pelo que prevalece como memória de um grupo, indivíduo ou sociedade; em suma, disputas pelo que é ou não lembrado e pelas formas de rememoração utilizadas.

e funcionamentos envolvidos nesta complexa interface entre turismo e hospitalidade. Tais enfoques possibilitam ainda, mais do que a compreensão do próprio fenômeno turístico, sua tomada como um caminho para a compreensão de indivíduos, sociedades, culturas, identidades, memórias e tantos outros aspectos que permeiam estas peculiares formas de encontros.

2 É pago, mas é em Casa: delimitando as hospedagens comerciais domiciliares

O desenvolvimento de modalidades diversas de hospedagem paga, ao longo do tempo, está profundamente relacionado às demandas geradas pelas diferentes formas de mobilidade no espaço, como as peregrinações religiosas, os deslocamentos em rotas comerciais e os fluxos turísticos. Conforme relata Walton (2004, p. 80):

[...] a atividade comercial associada à hospitalidade é tão antiga quanto o comércio, a migração e a peregrinação, havendo evidências de locais especializados que ofereciam repouso e acomodação nos tempos romanos e, novamente, a partir do século XVIII.

Nesse período, despontam duas formas preponderantes e bastante distintas de hospedagem comercial: os albergues e as hospedarias. Os primeiros tipos de estabelecimentos, denominados de albergues ou tabernas, ofereciam serviços de alimentos, bebidas, abrigo e repouso, apresentando conforto inferior ao das casas mais humildes da região, e atendendo, mediante algum tipo de pagamento, àqueles que não dispunham da possibilidade da hospitalidade doméstica – tida como privilegiada, desejada e socialmente valorizada (CARMARGO, 2011). Além disso, poderiam ser somados a esses serviços básicos a provisão de opções médicas, sexuais e de entretenimento (WALTON, 2004).

Já o conceito de hospedaria (ou *hostellerie* em francês) teria derivado do termo *hostel*, o qual estaria, por sua vez, diretamente ligado ao sentido de lar, abrigo e residência. Conforme indica Grassi (2011), sua origem, seu status e seus significados seriam, assim, um tanto quanto mais nobres do que aqueles relacionados aos *albergues*.

Longe de estar ligado a algum lugar mais ou menos sórdido [...] onde por dinheiro se recebe um abrigo duvidoso, comida medíocre e prazeres variados, o termo *hostellerie* [hospedaria] tem etimologicamente suas cartas de nobreza. O ancestral da palavra é uma palavra nobre e nada tem a ver com o termo popular *albergue*. [...] a partir do século XVI, a hospedaria é sinônimo de albergue de campo, em seguida, lentamente sinônimo de hotel no sentido contemporâneo, sentido plenamente adquirido no século XIX. (GRASSI, 2011, p. 537-539)

É possível notar, portanto, uma grande diferenciação de status e prestígio entre as hospedagens oferecidas em estabelecimentos destinados àqueles que não dispunham da oferta de hospedagem domiciliar e àqueles que recebiam oportunidades de hospedagem privilegiadas, como era o caso das hospedarias e das hospedagens em ambientes residenciais em geral³.

A Modernidade, por sua vez, reorienta essas relações. A hospitalidade doméstica passa a ser gradativamente substituída pela hospitalidade urbana e comercial, perdendo paralelamente a força de seu prestígio. Um dos fatores que mais contribuiu para esta transformação foi o surgimento do chamado turismo organizado ou operacionalizado, realizado por intermédio de operadoras e agências turísticas e inaugurado pelo inglês Thomas Cook, considerado pioneiro e inventor do *trade* turístico. Camargo (2011, p. 19) descreve que,

[...] depois de César Ritz e Paul Escoffier, hospedagem e alimentação em hotéis impõem definitivamente seu prestígio aos das casas locais. A evolução dos meios de transporte [...], mais as modernas agências operadoras e de viagem, completa a erosão da hospitalidade doméstica em favor de uma hospitalidade urbana e comercial.

De Buzon (1999, *apud* GRASSI, 2011, p. 539) também observa que,

[...] condicional ou incondicional, a hospitalidade se torna progressivamente uma questão privada, e essa privatização se explica pelo advento da urbanidade, da civilidade e do desenvolvimento concomitante da hotelaria.

³ As origens e status diferenciados dos termos albergue e hospedaria (ou *hostel*) podem explicar, ainda, a adoção deste último termo para denominação comercial dos estabelecimentos hoje conhecidos como albergues – alojamentos de baixo custo, geralmente utilizados por estudantes, viajantes mochileiros e turistas alternativos. A adoção do termo originalmente de maior status pode estar, assim, associada não somente à definição de uma nomenclatura global, mas também a uma tentativa de valorização desta modalidade de hospedagem.

Sem dúvida, tais transformações nos cenários da hospitalidade estão associadas com a própria consolidação gradativa da noção de intimidade. As hospedagens comerciais domiciliares combinam, portanto, a atividade lucrativa ou comercial e o cenário doméstico, ligado às noções do privado e do íntimo. Lynch e MacWhannell (2004) distinguem três grupos principais de hospedagens domiciliares na contemporaneidade, os quais estariam relacionados a graus variáveis de inserção dos indivíduos hospedados nas dinâmicas domiciliares e familiares dos anfitriões. Em primeiro lugar, estaria a hospitalidade comercializada em casas particulares, onde residem os donos, e os “espaços coletivos” são compartilhados entre os hóspedes e a família anfitriã.

O segundo grupo abarcaria as formas de hospitalidade comercializadas também em residências onde moram os donos/ anfitriões, no entanto, o espaço coletivo reservado para o hóspede é separado daquele dedicado à família ou ao núcleo de residentes/anfitriões. Como exemplos, os autores citam hotéis pequenos, residências urbanas, casas para hóspedes e alguns alojamentos do tipo *bed and breakfast*.

Já o terceiro estaria representado pelas acomodações do tipo *self-catering*, na qual os donos da propriedade não residem no local de hospedagem. Lynch e MacWhannell (2004, p. 152) explicam que “[...] essa categoria poderia ser subdividida naquelas em que o lar é usualmente uma residência secundária e naquelas em que a unidade de acomodação é simplesmente uma unidade para alugar, sendo o lar um conceito criado”.

Ainda que a capacidade de promoção de encontros diferenciados por parte de modalidades alternativas de turismo⁴ deva ser sempre problematizada, entende-se – em consonância com Pimentel (2007) – que, principalmente nesses dois primeiros tipos de hospedagens domiciliares descritos,

[...] a dupla função da residência – moradia e hospedagem de turistas – aproxima o proprietário e sua família dos hóspedes, inclusive expondo naturalmente aspectos do dia a dia, como tarefas domésticas, preferências pessoais, cultura, lazer e relacionamentos. (PIMENTEL, 2007, p. 37)

Outro aspecto interessante para a compreensão e categorização das hospedagens comerciais domiciliares perpassa a delimitação dos domínios, tempos

⁴ Entende-se por *modalidade alternativa de turismo* aquela que não é institucionalizada, opondo-se ao turismo de massa. Configura-se como uma modalidade menos mediada pelo *trade* turístico operacional, em que seus praticantes optam por maior autonomia nos processos de escolha e definição de roteiros, meios de hospedagem e uso do tempo.

e espaços da hospitalidade, conforme propõem autores como Camargo (2003) e Lashley (2004). O primeiro autor descreve quatro domínios distintos, categorizando-os de acordo com os tempos e espaços em que são desempenhadas as distintas práticas de hospitalidade: doméstica, pública, comercial e virtual. Acerca da hospitalidade virtual, Camargo (2003, p. 17) sustenta que:

[...] embora perpassa e seja quase sempre associada especialmente às três instâncias anteriores, já se vislumbram características específicas dessa hospitalidade, notadamente a ubiquidade, na qual emissor e receptor da mensagem são respectivamente anfitrião e visitante, com todas as consequências que esta relação implica.

Já Lashley (2004) apresenta apenas três domínios – concomitantemente independentes e sobrepostos – relacionados à oferta de hospitalidade: social, privado e comercial. Conforme delimita o estudioso britânico,

O *domínio social* da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O *domínio privado* considera o âmbito das questões associadas à oferta da “trindade” no lar, assim como leva em consideração o impacto entre o relacionamento entre anfitrião e hóspede. O *domínio comercial* diz respeito à oferta de hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público. (LASHLEY, 2004, p. 5-6)

Entende-se, portanto, que as hospedagens comerciais domiciliares situam-se em uma espécie de interseção entre domínios em ambas as abordagens. Considerando a perspectiva de Camargo (2003), é possível afirmar que tais hospedagens estão posicionadas em uma interface entre os domínios privado e comercial da hospitalidade. Ainda que nestas sejam oferecidos os serviços de alojamento e alimentação – também presentes na hotelaria convencional, nos hospitais e diversos tipos de estabelecimentos –, o cenário e as dinâmicas aproximam-se largamente, neste caso, daquelas observadas no domínio doméstico da hospitalidade.

Já de acordo com a proposição de Lashley (2004), a hospitalidade desempenhada nas hospedagens comerciais domiciliares perpassaria todos os três domínios descritos, já que apresenta caráter comercial, é realizada em cenários domiciliares – envolvendo a oferta da “trindade” (alimentos, bebidas e acomodação) no lar –, mas não deixa de abarcar um contexto social no qual essas relações estão inseridas.

Os encontros decorrentes dessas relações são, ainda, variáveis no tempo e no espaço, fazendo com que a compreensão de seu domínio social seja igualmente – ou até mesmo fundamentalmente – relevante. Conforme defende (LASHLEY, 2004, p.7),

[...] o exame deste tópico e o valor posto sobre ser hospiteiro em relação a forasteiros variam através do tempo e entre as sociedades. Assim, as atuais perspectivas e definições de hospitalidade representam apenas uma possibilidade entre muitas outras.

Dessa forma, tomando toda interação como fundamental para a constituição tanto de indivíduos quanto da sociedade e considerando as práticas de hospitalidade como práticas culturais, é possível sustentar que esses encontros configuram um importante campo de investigação na busca por uma compreensão mais rica e aprofundada acerca das relações sociais e de suas variações e particularidades.

As interfaces entre hospitalidade e consumo em estabelecimentos de hospedagem comercial são alvo de múltiplas compreensões dentre estudiosos da hospitalidade. Autores como Montandon (2003) e Gotman (2007, 2009), por exemplo, apesar de estarem ambos dedicados aos estudos socioantropológicos da hospitalidade sob perspectivas fundamentadas na dinâmica da dádiva proposta por Mauss (2008), divergem sobre possíveis aproximações entre a noção de hospitalidade e a prática comercial de hospedagem.

Por um lado, Montandon (2003) aceita a adoção da noção de hospitalidade para qualificação da hospedagem comercial, entendendo que, nesse caso, “[...] a hospitalidade permanece uma marca, uma perspectiva e um horizonte para uma interação bem-sucedida entre os homens, quer sejam clientes, amigos ou simplesmente estrangeiros com a mão estendida” (MONTANDON, 2003, p. 142). Gotman (2007, 2009), por sua vez, compreende que esta suposta “hospitalidade

comercial” não passaria de uma tentativa ingênua e comprometida de maquiar um real apelo mercadológico contido nestas práticas e cenários. Para a autora, a inserção do pagamento subverteria a assimetria característica das relações na tríade dar-receber-retribuir, rompendo com o desinteresse e com a necessidade de retribuição futura, características fundamentais para esta dinâmica maussiana.

Por outro lado, autores influenciados pelos estudos britânicos em hospitalidade, como Telfer (2004), entendem que a dádiva não deve ser tomada como medida única e universal para categorização do caráter de hospitalidade de práticas e relações. Para tal grupo de autores – que inclui também nomes como Walton (2004) e Lashley (2004) – a preponderância do interesse pelo vínculo sobre o interesse financeiro ou comercial, a predisposição de abertura para o outro e a disposição para mútua vulnerabilização seriam alguns dos fatores preponderantes para a determinação do caráter de hospitalidade de uma prática ou relação, ainda que diante da realização de pagamentos.

Entende-se, por fim, que a transposição destas discussões sobre o caráter de autenticidade ou genuinidade de diversas formas e práticas de hospitalidade para um enfoque na investigação de suas dinâmicas, de seus significados e comportamentos pode ser significativamente mais produtivo para a compreensão destas interseções entre privado, social e comercial na contemporaneidade. Neste sentido, apresenta-se a seguir um possível e profícuo caminho de investigação social deste complexo objeto.

3 A Cena Hospitaleira: aplicações da abordagem sociodramatúrgica de Erving Goffman

[...] a hospitalidade é tratada como uma cena com dois atores centrais, individuais ou coletivos, um considerado anfitrião, e outro, hóspede, com marcações precisas de espaço e tempo. (CAMARGO, 2011, p. 16)

As múltiplas e complexas interfaces entre consumo e intimidade presentes nas hospedagens comerciais domiciliares tornam ainda mais relevante a análise deste cenário peculiar e das relações nele imbricadas. Além do transpassar da barreira representar um momento de dupla tensão (seja pela entrada no território de outrem

ou pela entrada do outro em seu território), a realização de uma atividade comercial que envolve a abertura da intimidade, da propriedade e do território para o outro suscita ainda questões relativas aos espaços e cenários nos quais tais relações são estabelecidas. Neste sentido, conceitos como os de *bastidor* e de *fachada*, propostos por Goffman (2011) parecem poder ser apropriados para a compreensão destas complexas interfaces.

Em “*A representação do eu na vida cotidiana*”, Goffman (2011) elabora uma teoria sobre os funcionamentos, comportamentos e desvios nas interações sociais face a face e analisa-os a partir de uma perspectiva dramaturgica. Em suas exposições, aborda o comportamento humano em sociedade e suas formas de manifestação, apoiando-se na delimitação de conceitos como os de *região de fachada*, *região de bastidores* (ou dos fundos), *performance*, equipes (de representação), *ator*, *plateia* e *manipulação da impressão*.

Vale ressaltar que a relevância e a aplicabilidade desta perspectiva dramaturgica para as investigações de relações estabelecidas entre anfitriões e hóspedes fora observada pelo próprio autor, o qual desenvolveu boa parte de seu trabalho de campo em um hotel localizado nas ilhas Shetland, na Escócia. Assim, ao longo de toda a obra, Goffman (2011) faz uso de exemplos extraídos de suas observações de campo, explicando de maneira bastante didática sua teoria sobre as dinâmicas envolvidas na manutenção da situação através da representação do eu.

Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão deste objetivo, será de interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. Este controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular. (GOFFMAN, 2011, p. 13)

Dessa forma, a fim de manipular a impressão passada influenciando a situação contextual em que está inserido, o indivíduo realiza o que Goffman (2011) chama de *desempenho* ou *performance*. O autor define, então, que um *desempenho* pode ser entendido como “[...] toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes” (GOFFMAN, 2011, p. 24).

A realização de *performances* dividiria os envolvidos em uma determinada interação social entre os papéis de ator(es) e plateia, sendo os atores representados

por aqueles que buscam influenciar – ou seja, aqueles que, naquele contexto ou momento, desenvolvem a encenação –, e a plateia por aqueles que assistem a tal representação, estando, assim, passíveis de tal manipulação da impressão.

Neste jogo de manipulação da impressão, os atores desenvolveriam o que Goffman (2011, p. 29) chama de *região de fachada*, definida como “[...] a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a situação”. Também nesse sentido, tudo aquilo que o ator julgar ser prejudicial ou inconsistente com o desempenho encenado na região de fachada será designado a uma *região de fundos ou bastidores*.

Quando abordada a hotelaria convencional, a visualização da encenação das práticas e do caráter cenográfico dos espaços envolvidos é relativamente mais clara. Nestes estabelecimentos, a delimitação entre as regiões de fachada e de bastidor é mais evidente, podendo ser percebida através de aspectos como o planejamento do espaço – grande discrepância entre as áreas acessadas ou não pelos hóspedes –, o uso de uniformes e o treinamento específico para o desempenho adequado de cada função – a representação da função e da manutenção da imagem da própria organização.

No entanto, entende-se que, assim como toda interação social face a face, as relações de hospitalidade – independentemente de seu caráter de atividade comercial ou mesmo de ser desempenhada em um cenário doméstico ou em outros tipos diversos de estabelecimentos – podem ser entendidas como interações fundamentalmente encenadas.

Camargo (2011) descreve o que chama de *a cena hospitaleira*⁵ como um contexto frágil, cuja manutenção do equilíbrio ou harmonia (manutenção da situação) compara-se à de uma corda bamba.

As falas são mais ou menos estudadas, dependendo da intimidade dos atores, mas algumas sempre serão rituais e obrigatórias como num roteiro teatral – *dá licença, desculpe, por favor*. O centro da análise recairá sobre as peripécias e, sobretudo, os deslizes dos atores que se equilibram numa autêntica corda bamba. (CAMARGO, 2011, p. 16-17)

Neste sentido, os palcos desta representação poderiam variar, assim como os formatos e características de suas práticas culturais, mas algumas expectativas acerca das *performances* dos envolvidos parecem ser, de certa forma, constantes.

⁵ Destaca-se, aqui, a diferença entre o conceito de *cena hospitaleira* utilizado nesta seção e o conceito de *cena* descrito por Goffman (2011). Enquanto o primeiro diz respeito ao conjunto formado pelos cenários, performances e indivíduos – atores e plateia – envolvidos em uma representação de recepção e acolhimento, o segundo diz respeito à noção popular de “fazer cena”, ou seja, às situações “nas quais o indivíduo age de modo a destruir ou ameaçar seriamente a aparência de cortesia da convivência, e embora possa simplesmente não agir com o objetivo de criar tal dissonância, age sabendo que há a probabilidade de haver como resultado esta espécie de dissonância” (GOFFMAN, 2011, p.193).

Na cena hospitaleira, aquele que recebe (o anfitrião) deve honrar seu visitante (hóspede), servir-lhe o que tem de melhor em sua casa, atender às suas necessidades de acolhimento, hospedagem, alimentação e entretenimento, convidando-o a desfrutar daquilo de que gostar ou necessitar (‘faça de conta que está em casa’), organizando o espaço destinado a esse encontro, mas, ao mesmo tempo, vigiando-o. Este, por sua vez, deve honrar seu anfitrião ocupando apenas o espaço que lhe é reservado, fora do qual todo uso necessita de permissão, e aceitando todas as gentilezas que receber. (CAMARGO, 2011, p. 17)

É possível perceber, portanto, que tanto o hóspede como o anfitrião estão inseparavelmente imbricados na cena. Ambos representam, ao mesmo tempo, depositários do “desconhecido” e de expectativas relativamente pré-concebidas. Parece haver, então, uma dupla necessidade de flexibilização e mesmo vulnerabilização: se, por um lado, o anfitrião precisa flexibilizar-se em virtude da “diferença” daquele a quem recebe, o hóspede também deverá considerar que adentra em um terreno ao qual não pertence, por mais próximo que este possa ser de sua cultura ou mesmo local de domicílio.

Nessa interação, ambos demandam algum referencial que oriente a relação, o que contribui para o estabelecimento e para a manutenção de seu bom funcionamento. O hóspede precisa saber até onde pode ir (não somente fisicamente no espaço, mas simbolicamente na intimidade); o anfitrião questiona quais seriam as expectativas daquele hóspede quanto ao que ele espera que lhe seja oferecido. Para ambos, a tomada dessas informações será fundamental para a construção e manipulação da impressão que buscarão passar um ao outro.

A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter a resposta desejada. (GOFFMAN, 2011, p. 11).

Além de partir de uma hostilidade latente, demandando sua transposição para que haja presença da hospitalidade, a relação estabelecida entre anfitriões e

hóspedes envolve também uma série de riscos que vão desde o da intrusão, do parasitismo e da inconveniência (para o anfitrião), até o da violência física ou psicológica de um anfitrião hostil ou desconhecedor das leis da hospitalidade (CAMARGO, 2011). Neste sentido, fazendo uso do exemplo das inferências tomadas como base por hóspedes e anfitriões, Goffman (2011, p. 13) destaca que:

[...] a segurança que justificadamente sentem ao fazerem inferências a respeito do indivíduo variará, é claro, de acordo com fatores tais como a quantidade de informação que possuam a seu respeito, mas nenhuma quantidade desta documentação passada pode evitar inteiramente a necessidade de agir com base em inferências.

Uma das principais particularidades das hospedagens comerciais domiciliares é sua realização em um cenário que representa umas das regiões de bastidor mais bem protegidas: o lar. Simbolicamente visto como um refúgio ou local onde a pessoa pode se recuperar do mundo exterior (LYNCH; MACWHANNELL, 2004), o domicílio representa um território que, quando aberto ao outro, expõe largamente informações muitas vezes de difícil manipulação por parte do morador. Conforme observam Lynch e MacWhannell (2004, p. 162),

A admissão de forasteiros nesse refúgio é uma admissão do mundo exterior, do qual os proprietários da casa procuram se refugiar. Isso é capaz de resultar na percepção do lar como um local menos pessoal (Ahrentsen, 1989). Tal conflito pode ser parcialmente resolvido mediante uma separação geográfica adicional; por exemplo, em um hotel [domiciliar] pequeno é comum encontrar os aposentos dos proprietários inteiramente separados das áreas públicas onde os hóspedes são admitidos.

Assim, no caso das hospedagens comerciais domiciliares, a abertura do lar como símbolo de refúgio do hospedeiro para aquele que representa um intruso, uma ameaça, um depositário de hostilidade, envolve riscos e tensões que podem não ter na remuneração financeira uma compensação tida como suficiente para determinados perfis de anfitriões.

Nem todos podem acomodar estranhos dentro de casa. Embora as motivações financeiras sejam atraentes, há um preço a pagar por parte dos hospedeiros para manter as aparências e quanto à perda de privacidade e espaço pessoal. (LYNCH; MACWAHNELL, 2004, p. 162).

Segundo esses autores, Stinger (1981) reconhece em seu estudo sobre as hospedagens de tipo *bed and breakfast* a importância do lar nas interações entre hospedeiro e hóspede, destacando que “[...] o cenário para a transação – o lar – é capaz de criar uma tensão acerca da utilização do espaço [...]” (LYNCH; MACWHANNELL, 2004, p. 164). Esses autores também reconhecem que “[...] tal tensão também é uma fonte de grande apelo para os hóspedes, em que as regras, comportamentos e expectativas dos hospedeiros são objeto de observação e tema para conversação ulterior”. (LYNCH; MACWHANNELL, 2004, p. 164). Nesse sentido, a busca por tarifas de hospedagem reduzidas pode não representar, necessariamente, a principal motivação do turista que opta por tais modalidades.

É possível observar, portanto, a presença de diversas peculiaridades características destas interações entre hóspedes e anfitriões. A relação com o espaço, a redefinição de bastidores e fachadas, a constante (re)negociação na manutenção de impressões e ressignificações da própria noção de lar são aspectos que oferecem inúmeras oportunidades de compreensão dos cenários socioculturais contemporâneos.

Considerações Finais

Marcadas pela interseção de aspectos como hospitalidade, intimidade e consumo, as hospedagens comerciais domiciliares configuram um importante e profícuo objeto capaz de contribuir para a compreensão de diversos aspectos socioculturais. A peculiaridade e complexidade dos cenários, comportamentos e relações relacionados a este objeto suscitam, por sua vez, a colaboração e interação de diversas disciplinas, seja através de investigações interdisciplinares ou mesmo transdisciplinares.

Além disso, a partir das aproximações aqui expostas, é possível constatar a aderência e a relevância da abordagem goffminiana para a investigação dessas interações entre anfitriões e hóspedes e de suas interfaces com outros temas de grande interesse para diversas áreas do conhecimento. Destaca-se que, ainda

que este seja apenas um exemplo dos múltiplos e diversificados enfoques interdisciplinares possíveis na investigação deste objeto, sua relevância fundamenta-se especialmente na crescente demanda por investigações que transponham seus enfoques de análise da descrição ou delimitação de essências (ou elementos essenciais) para a problematização e a compreensão dos processos, das dinâmicas e dos comportamentos envolvidos em sua negociação, formulação e revisão.

Desta forma, a investigação destes complexos e peculiares encontros envolve um amplo leque de subtemas e interfaces que abarca desde os processos de formação e reformulações de identidades, memórias e subjetividades – aí incluídas as visões e representações de si e do outro –, até os usos e significações do lar e as inferências socioeconômicas do turismo em cada localidade. Tal diversificação de fatores comprova, portanto, a relevância e a proficuidade de investigações interdisciplinares que busquem contribuir para sua melhor compreensão; a interdisciplinaridade faz-se, aqui, mais do que possível, necessária.

Ademais, o turismo representa um fenômeno que, paralelamente, reflete e influencia a fluidez dos contextos e das relações na contemporaneidade. Neste sentido, abordagens, como a realizada aqui, que busquem compreender e problematizar seus processos, comportamentos e dinâmicas são fundamentais para que possam ser superadas algumas visões maniqueístas e dicotômicas na produção do conhecimento turístico. Tais visões, de maneira simplória e superficial, parecem almejar determinações da ordem do juízo de valor sobre este fenômeno tão complexo.

Oscilando nestas compreensões entre “grande vilão” e “salvador da economia”, ou mesmo “promotor da paz entre povos e nações”, o fenômeno turístico precisa, mais do que nunca, ser problematizado e compreendido de maneira crítica e contextualizada. Marca de um cenário contemporâneo caracterizado pela fluidez e pela mobilidade, o turismo e suas interfaces com a temática da hospitalidade representam não somente um objeto que deve ser compreendido por si só, mas, ainda, um caminho para a compreensão das dinâmicas e lógicas socioculturais na atualidade.

Referências

- BAUMAN, Zigmund. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os domínios da hospitalidade. In: MANETI DENCKER, Ada de Freitas; SIQUEIRA BUENOS, Marielys (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- _____. Apresentação à edição brasileira: o estudo da hospitalidade. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade: a acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOTMAN, Anne. O comércio da hospitalidade é possível? *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. 6, n. 2, Dez, 2009. Disponível em: <<http://www.rev Hosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/view/311>>. Acesso em 18 nov.2013.
- _____. A encenação da hospitalidade. In: BUENO RAMOS & GRINOVER, Lúcio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.
- GRASSI, Marie-Claire. Hospedaria: do albergue ao hotel. In: MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: a acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- LASHLEY, Conrad. Para um entendimento teórico. In:_____; MORRISON, Alison (orgs.). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- LYNCH, Paul; MACWHANNELL, Dorren. Hospitalidade doméstica e comercial. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (orgs.). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Baurueri, SP: Manole, 2004
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. ed. 70. Lisboa: [s. n.], 2008.
- MONTANDON, Alain. Espelhos da hospitalidade. In: _____. *O livro da hospitalidade: a acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- PIMENTEL, Ana. *Hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: o espaço de encontro entre turistas e anfitriões*. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arq_anexos/arqteses/anapimentel.pdf>. Acesso em: 10 jan.2013.
- TELFER, Elizabeth. A filosofia da “hospitabilidade”. In: LASHLEY, Conrad; MOR-

RISON, Alison. *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Barueri, SP: Manole, 2004.

WALTON, John K. O negócio da hospitalidade: uma história social. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Barueri, SP: Manole, 2004.

BRINQUEDOTECAS HOSPITALARES: AS ATIVIDADES LÚDICAS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA CRIANÇA HOSPITALIZADA

LUDOTECAS HOSPITALARES: ACTIVIDADES DE OCIO EN EL PROCESO DE RECUPERACIÓN DEL NIÑO HOSPITALIZADO

Josemery Araújo Alves *

Wilma Kalliane Soares de Medeiros **

* Graduada em Turismo e Mestre em Turismo. Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
✉ josemeryalves@hotmail.com

** Turismóloga pela UFRN.
✉ wilma_kaka@hotmail.com

Resumo

O artigo refere-se ao lazer das crianças, internadas na ala pediátrica do Hospital Regional de Currais Novos no Rio Grande do Norte, por meio de atividades lúdicas desenvolvidas pelos discentes do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na brinquedoteca hospitalar, atividade que serviu como laboratório para as vivências práticas. O estudo aqui apresentado tem como objetivo investigar a contribuição das atividades lúdicas no processo de recuperação da criança hospitalizada. A metodologia utilizada para se alcançarem os dados necessários foram a pesquisa bibliográfica, a observação a elaboração e a aplicação de formulários com as crianças e acompanhantes, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência. Trata-se de uma abordagem qualitativa, em que se investigou a percepção das crianças e dos acompanhantes que frequentam as instalações da brinquedoteca da ala pediátrica do hospital referido. Assim, após o término da pesquisa, pôde-se concluir que as atividades lúdicas realizadas na brinquedoteca hospitalar exercem papel fundamental no processo de desenvolvimento da criança hospitalizada, influenciando positivamente em sua recuperação. O espaço tem grande aceitação das crianças e acompanhantes, que

se mostram gratos à iniciativa dos brinquedistas hospitalares, papel que vem sendo desempenhado pelos estudantes do curso de turismo da UFRN.

Palavras-chave: Lazer. Turismo. Brinquedoteca. Hospitalar. Crianças.

Resumen

El estudio se refiere al ocio de los niños hospitalizados en la sala de pediatría del Hospital Regional de Currais Novos/ RN a través de actividades lúdicas desarrolladas por estudiantes de la carrera de turismo de la UFRN en la sala de juegos del hospital, sirviendo como laboratorio de experiencias prácticas. El estudio tiene como objetivo investigar la contribución de las actividades recreativas en el proceso de recuperación del niño hospitalizado. La metodología utilizada para conseguir los datos necesarios han sido la investigación bibliográfica, la observación, la elaboración y aplicación con los niños y sus acompañantes, a partir de un muestreo no probabilístico por conveniencia. Se trata de un enfoque cualitativo en el que se investigó la percepción de los niños y los cuidadores que asisten a la sala de juegos de la sala de pediatría del hospital referido. De esta forma, después de la finalización del estudio, se concluyó que las actividades recreativas que se realizaron en la sala de juegos hospitalar tienen un papel fundamental en el proceso de desarrollo de los niños hospitalizados influyendo positivamente en su recuperación. El espacio cuenta con una gran aceptación de los niños y las madres, quienes se muestran agradecidos por la iniciativa de los animadores de juegos, función que se viene desarrollando por los estudiantes de turismo de la UFRN.

Palabras clave: Ocio. Turismo. Sala de juegos. Hospital. Niños.

1 Introdução

O processo infantil é caracterizado como fase essencial na vida do indivíduo. Nesse período, o surgimento de problemas psicológicos decorrentes de traumas e frustrações pode prejudicar o desenvolvimento da criança e, em alguns

casos, acompanhá-la por toda sua existência. Um problema considerado, muitas vezes, traumatizante na fase infantil é o processo de hospitalização, situação vista de maneira dramática devido às mudanças consideráveis que a criança enfrenta, como a troca de sua rotina habitual com amigos, familiares, brinquedos, por uma rotina diferente, dolorosa e, em alguns casos, assustadora. Isso se configura, portanto, como uma experiência desgastante.

Nesse sentido, levando-se em consideração o desgaste, por parte da criança, decorrente desse processo, surgem as brinquedotecas hospitalares, a fim de proporcionarem lazer num espaço em que a criança possa se divertir livremente, manifestando suas potencialidades e gozando do seu direito de brincar, mesmo encontrando-se enferma.

Nos espaços das brinquedotecas, os voluntários e brinquedistas desenvolvem práticas recreativas e educativas por meio de atividades lúdicas, visando a oferecer condições dignas de hospitalização para as crianças. Nesses espaços, é-lhes dada a oportunidade de enfrentar o internamento brincando e, assim, minimizando os impactos, mesmo em se tratando de um momento difícil.

A inclusão do espaço brinquedoteca no contexto hospitalar constitui-se numa estratégia para suprir certas necessidades que surgem, além da dispensada ao tratamento da doença. Essa proposta parte do pressuposto de que a criança, ainda que se confrontando com o processo de hospitalização, permanece sendo criança e, por isso, necessita de condições adequadas ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, as atividades lúdicas poderão desempenhar um papel tão importante quanto os medicamentos utilizados no tratamento da enfermidade.

Diante de tal relevância, o estudo refere-se ao lazer das crianças da ala pediátrica do Hospital Regional de Currais Novos/RN, por meio de atividades lúdicas na brinquedoteca hospitalar. Aplicou-se a concepção de lazer aprendida pelos discentes do curso de Turismo, o que serviu como laboratório para as vivências práticas. Assim, tem-se como objetivo geral da pesquisa *Investigar a contribuição das atividades lúdicas no processo de recuperação da criança hospitalizada*. Para tanto, foi feita a identificação do nível de satisfação das crianças hospitalizadas e de seus respectivos acompanhantes quanto às atividades de lazer oferecidas na brinquedoteca analisada.

Na busca por atender ao objetivo proposto na pesquisa que ora se relata, a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo. Foram realizados levantamento de dados

e aplicação de formulários com os sujeitos a serem estudados, isto é, as crianças hospitalizadas e os acompanhantes. Esses formulários com questões abertas e fechadas foram divididos em dois tipos e aplicados ao público referido, a fim de se montar um perfil dos entrevistados, identificando-se suas percepções quanto à qualidade dos serviços oferecidos no espaço, bem como buscar as respostas para as questões da pesquisa.

O método de amostragem utilizado na pesquisa foi não probabilístico por conveniência, devido à baixa rotatividade de crianças que passam pelo internamento e à permanência por um período médio de apenas três dias, o que dificulta a abrangência na aplicação dos formulários. Os sujeitos entrevistados provêm de diferentes municípios da Região do Seridó, do Rio Grande do Norte, e usufruíram dos serviços da brinquedoteca hospitalar, dando assim um crédito real à pesquisa.

Assim, surgiram algumas inquietações ao longo das leituras bibliográficas quanto ao tema *brinquedoteca hospitalar* e às atividades nela desenvolvidas. Deste modo, levantou-se a questão problema desta pesquisa: *As atividades lúdicas realizadas na brinquedoteca estariam exercendo papel fundamental na recuperação das crianças hospitalizadas?*

2 Estreitando a Relação entre Lazer e Turismo

Ao se abordar a história do lazer, é notório que a sociedade, em seu processo de desenvolvimento, buscou maneiras próprias de divertimento, sempre procurando desempenhar atividades físicas e psicológicas, respeitando seus hábitos e tradições. Todavia, tais maneiras de diversão não condizem com o processo evolutivo do lazer conhecido nos dias atuais. Por esse motivo, diante da diversidade de elementos e variáveis em seu vasto contexto, e da subjetividade exposta por alguns autores em suas particularidades para definir o tema, é difícil falar com precisão sobre sua conceituação.

No tocante ao turismo, não é diferente, pois o tema apresenta-se com a mesma complexidade do lazer. São vistos, em alguns casos, como sinônimos, mas são termos distintos, e a principal razão é o fato de o lazer complementar o turismo, agregando valor a essa prática.

O francês Dumazedier (1976), em suas teorias, refere que a atividade do lazer apresenta várias vertentes de classificação, e é reforçado por Camargo

(2006), que destaca as classificações relacionadas às características postas pela necessidade pessoal, denominando como lazer as atividades que apresentam as seguintes áreas de interesse: físicas, manuais, artísticas, intelectuais, associativas e turísticas. As atividades recreativas, o divertimento e o descanso são as principais funções associadas ao lazer; além desses, o desenvolvimento social e pessoal do indivíduo é levado em consideração também nessa prática.

Na concepção de Andrade (2001, p. 21), o lazer “[...] é essencial à vida humana equilibrada, saudável e produtiva”. Essa variável é parte complementar na vida das pessoas. Pratica-se (o lazer) com atividades recreativas, na busca constante por divertimento, ou permanecendo no ócio, para o descanso da rotina diária. Camargo (1998) em suas ponderações diz que o termo *lazer* vem do latim “*licere*”, que significa permitir ou ser permitido; surgiu da civilização greco-romana, já, então, como oposto de *trabalho*. Desse modo, pode-se ligar a prática do lazer ao tempo não utilizado para questões profissionais, ou seja, é o momento de evasão da rotina diária, da pressão do trabalho.

Logo, assim como as demais atividades da prática do lazer, o turismo pode se configurar como uma simples ocasião de consumo, ou mesmo de desenvolvimento pessoal, social, crítico e criativo. O lazer turístico é uma escolha que o indivíduo faz para usar seu tempo livre, deslocando-se de seu ambiente para um local diferente, com o intuito de encontrar bem-estar e restauração para quando voltar à rotina.

Dentre as segmentações do turismo, vale ressaltar que nem todas são motivadas pela busca prioritária do lazer, mas esse elemento acaba fazendo parte da maioria das viagens turísticas. Outro fator importante que aproxima o campo do lazer e o do turismo é a interdisciplinaridade. Ambos os campos estão atrelados em uma estreita relação com as demais áreas de atuação do homem. É possível, ainda, citar características semelhantes entre lazer e turismo, tais como: o caráter liberatório de escolha das atividades que se pretendem realizar, o fator tempo disponível e a busca pelo prazer nas ações que serão desenvolvidas.

As inter-relações e implicações do Turismo no Lazer e vice-versa são inerentes à própria dinâmica do que se entende por Lazer na Contemporaneidade, uma vez que aquele é uma expressão moderna e importante deste. Diante disto, o Turismo e o Lazer são fenômenos da Sociedade Moderna entrelaçados, onde um só acontece no âmbito do

outro, ou seja, toda forma de Turismo é uma modalidade de Lazer, e este possui uma série de possibilidades de práticas e vivências, dentre as quais, o Turismo (TAVEIRA; GONÇALVES, 2012, p.11).

Dessa forma, nota-se que entre turismo e lazer existe um vínculo que se apresenta como uma relação positiva para o desenvolvimento de ambos os campos. Frente a isso, embora não se tenha a delimitação dessas áreas, sabe-se que a interligação leva a prática do turismo a despertar com mais frequência a curiosidade e o interesse das pessoas em optarem por aproveitar o lazer dentro deste campo. O turismo leva em consideração suas necessidades e vontades nos mais diversos segmentos, além de propiciar o gozo de um direito conquistado por meio de reivindicações das classes trabalhadoras, sendo usufruído de maneiras diferentes pelos tipos de consumidores.

3 Consumidores do Lazer e suas Peculiaridades

Todo indivíduo tem direito ao lazer; entretanto, os desejos e as necessidades, atrelados ao aspecto econômico, determinam e norteiam a escolha por diversas modalidades, devido a uma gama de atividades de recreação e esportes. Dessa maneira, pode-se entender a prática do lazer como atividades que são escolhidas voluntariamente pelo indivíduo, e que lhe fornecem a possibilidade de renovação física e mental, além de contribuírem para o divertimento e entretenimento de seus praticantes.

Andrade (2001, p. 129) ressalta que, segundo pesquisas realizadas por meio de questionários aplicados após diferentes eventos, inclusive viagens, os fatores que mais caracterizam a escolha de atividades de lazer são:

- duração do tempo disponível;
- situação física e/ou psicológica no momento da opção;
- profissão;
- classe ou categoria socioeconômica;
- nível de integração cultural;
- nível dos diversos tipos de entendimento pessoal;
- qualidade das relações pessoais do pesquisado em família e/ou fora dela;
- formação e/ou vivência religiosa;

- integração pessoal em grupo eclesial ou de crença;
- desejo e/ou necessidade de promoção social;
- oportunidade.

Frente a essas concepções, é perceptível que o lazer volta-se para a liberdade de escolha do indivíduo em querer vivenciar uma atividade que não compreenda algum tipo de responsabilidade. Pode, assim, ser caracterizado pelo ato de conversar com os amigos, ler, viajar, realizar caminhadas, descansar ou praticar qualquer ação que seja conveniente para esse indivíduo.

Segundo Andrade (2001), há diferenças consideradas universais, referentes às tendências e preferências gerais do lazer, de acordo com a diversificação das faixas etárias. A divisão é a seguinte:

- as crianças e os pré-adolescentes;
- os adolescentes;
- os jovens da primeira faixa etária;
- os adultos;
- os adultos da terceira idade.

No presente artigo, foi tratada com mais propriedade a primeira faixa etária, referente a crianças e pré-adolescentes (consumidores da brinquedoteca, objeto da pesquisa). Essa fase caracteriza-se por eles gostarem de utilizar todo tempo de que dispõem em atividades que possam se movimentar, com liberdade para pular, correr, falar, gritar, sem se preocuparem com limites. Buscam atividades que apresentam novidades e desafios, nas quais consigam extravasar e usar seu imaginário, minimizando assim as dificuldades e seriedades que a vida cotidiana apresenta (ANDRADE, 2001).

De acordo com Larizzatti (2005), a faixa etária investigada das crianças e pré-adolescentes apresenta-se com peculiaridades que distinguem as opções de lazer:

Dos 2 aos 7 anos: Nessa fase ocorre o aprendizado das habilidades motoras, a diminuição do movimento reflexo para o movimento voluntário. Desenvolve-se o egocentrismo, pois a criança não se socializa por meio de grupos, podem até trabalhar paralelas, mas cada um do seu modo, no seu mundo. Nessa fase é comum a agressividade de algumas crianças ao morder, puxar cabelos, bater etc. Não sabem se cuidar sozinhas, portanto são dependentes de um adulto.

Dos 7 aos 12 anos: Começam a desenvolver um autoco-

nhcimento de suas qualidades e defeitos, criam regras para jogos, e exigem o cumprimento delas. Açam-se independentes, e resistem aos procedimentos diários como banho, escovar os dentes, usar roupas limpas etc. (LARIZZATTI, 2005, p.71-75).

Assim, cada característica na fase de desenvolvimento infantil torna-se perceptível nas mudanças que ocorrem, e, ao fazer-se uma ligação com o “brincar”, essas mudanças acentuam-se ainda mais. Do mesmo modo, as brincadeiras devem estar adequadas às necessidades de cada etapa de desenvolvimento pela qual a criança perpassa.

A brinquedoteca hospitalar, objeto de análise da pesquisa, tem como público-alvo consumidores que vão desde bebês até pré-adolescentes. Portanto, é necessário adequar as atividades lúdicas da brinquedoteca hospitalar às peculiaridades de cada criança atendida e às patologias, para que, assim, seja possível satisfazer os anseios dos pacientes e tomar os cuidados especiais necessários nessas condições.

4 Brinquedoteca Hospitalar e suas Características

A brinquedoteca é um espaço que promove o lúdico, local de descobertas, estimulação e criatividade, instituído com o objetivo de favorecer o brincar. Segundo Friedann (1992, p.30), “[...] o intuito é o de resgatar, na vida dessas crianças, o espaço fundamental da brincadeira, que vem progressivamente se perdendo e comprometendo de forma preocupante o desenvolvimento infantil como um todo”.

Nos dias atuais, é perceptível que as crianças, em sua maioria, estão sendo privadas de um ambiente adequado para manifestar suas potencialidades, por inúmeros motivos. Um exemplo comum são os pais que, em virtude da rotina estressante de trabalho, muitas vezes acabam não dispondo de tempo para brincar com seus filhos.

Deste modo, as crianças passam a ocupar seu tempo fazendo aquilo que lhes é mais fácil, como assistir a programas de televisão (em alguns casos, inadequados para sua idade), brincar com jogos e brinquedos eletrônicos, e passam a não mais se interessar tanto pelo modo de brincar criativo e não programado.

Partindo desse pressuposto, a brinquedoteca, segundo Cunha e Viegas (2003), é um território onde são defendidos os direitos da criança à infância. Ela foi criada para as crianças que, em nome do desenvolvimento de nossa civilização, perderam o espaço e o tempo para brincar.

Dentre os tipos de brinquedoteca, será dada ênfase às hospitalares, já que referem-se ao objeto de estudo, por considerar que essas estruturas são relevantes para as crianças que se encontram internadas:

Nessa situação, a criança necessita de recursos que façam com que ela possa enfrentar a fase pela qual está passando. Recursos esses que a tragam para perto, o máximo possível, de sua vida fora do hospital, onde ela possa expressar seus sentimentos e ter proximidade com as pessoas, e que o sofrimento dessa criança, devido à hospitalização, seja minimizado (SANTOS, 2012, p.18).

Para Larizzatti (2005), esses espaços caracterizam-se pela organização de um espaço no hospital, em que as crianças hospitalizadas possam ter acesso a um ambiente lúdico, com disposição de brinquedos (que podem ser levados ou não até os leitos), levando em consideração as condições clínicas do paciente.

Assim, a brinquedoteca é um ambiente criado para favorecer a diversão, pois considera-se que o brincar:

Tem um papel de grande relevância para o desenvolvimento infantil, vez que auxilia na construção do conhecimento e quando desenvolvido no ambiente hospitalar contribui para trazer de volta a autoestima da criança enferma e, conseqüentemente, ajuda na sua recuperação, já que, brincando, ela se expressa naturalmente expondo suas ideias, pensamentos, sentimentos, alegrias, tristezas, conflitos que tem com o mundo exterior, bem como com o seu mundo interior (PES-SOA; SOUZA; FONTES 2012, p.5).

Dentro do hospital esse espaço permite momentos de lazer e descontração, além de aprendizagem para as crianças hospitalizadas por meio de atividades lúdicas. Isso torna o ambiente mais alegre e menos traumatizante, contribuindo para sua recuperação.

O engajamento da equipe responsável, a participação da família, o planejamento dos locais e das atividades lúdicas que serão desenvolvidas, o respeito às regras do hospital, o cuidado minucioso na prevenção da contaminação hospitalar através dos brinquedos, a análise da repercussão das atividades na qualidade de vida das crianças e dos familiares atendidos são objetivos relevantes para um funcionamento adequado do espaço lúdico dentro da unidade de saúde. Dessa forma, Pinto (2009, p.38) expõe que a relação do lazer no ambiente hospitalar é complexa, pois “a temática é muito ampla, uma vez que, com ênfase tanto no lazer quanto na saúde, podem ser abordados aspectos como os espaços, as políticas, os conceitos, a formação e a atuação dos profissionais, dentre outros”.

A brinquedoteca hospitalar torna-se, para a criança que passa pela internação, um meio “divertido” para enfrentar a condição de estresse, e ainda permite lidar com as consequências psicológicas, como problemas de sono, falta de apetite e mudança de comportamento. O jogo, as brincadeiras e a ludicidade na infância são essenciais para garantir o equilíbrio emocional e intelectual das crianças.

5 Análise dos Sujeitos: a influência das atividades lúdicas no processo de recuperação da criança hospitalizada

O objeto de estudo da pesquisa foi a brinquedoteca Hospitalar Monseñor Ausônio de Araújo Filho, inserida no Hospital Regional de Currais Novos/RN. O espaço tem funcionamento no período matutino, com atividades desenvolvidas pelos brinquedistas voluntários e bolsistas, alunos do curso de Turismo da UFRN, envolvidos no projeto *Os turismólogos e as atividades de lazer no âmbito das brinquedotecas hospitalares*¹.

A coleta dos dados da pesquisa aconteceu por meio de formulários, subdivididos em dois tipos: Formulário A – destinado às crianças; e Formulário B – aos acompanhantes. Esses instrumentos foram aplicados no período de 13 de setembro a 26 de outubro de 2012, pelos brinquedistas voluntários. Com a aplicação desses formulários e a tabulação dos dados, foi possível identificar a visão dos dois sujeitos (Crianças e Acompanhantes) quanto à influência que a brinquedoteca exerce na recuperação da criança hospitalizada. Apresenta-se a seguir a análise por grupos dos sujeitos investigados.

Partindo-se das constatações expressas por alguns autores no decorrer deste estudo, por meio da aplicação do formulário A, pode-se notar que o comportamento da criança muda durante a internação, e as reações não se apresentam de forma

¹ Projeto coordenado pela professora Josemery Alves, coautora deste artigo.

igual para todas. Isso se deve ao fato de que cada faixa etária tem suas peculiaridades, sendo assim, se atribuem reações diversas de acordo com a idade, associadas ainda ao tipo de doença que a criança enfrenta. É inegável que a doença e o processo de hospitalização caracterizam, no mínimo, uma ameaça ao emocional da criança, consistindo assim uma situação traumatizante e estressante. Nesse sentido, torna-se difícil o tratamento, pois a maioria das crianças recusa os procedimentos médicos e dificulta as possíveis respostas ao enfrentamento da situação.

Diante dessas circunstâncias, a criança deve ter o direito de brincar, já que tal direito está amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente(1990) e pela Constituição Federal (1988). A criança hospitalizada também deve continuar gozando desse direito, mesmo estando em regime de internamento, visto que não deixa de ser criança só porque se encontra hospitalizada. O brincar é parte essencial em sua vida e contribuição necessária para seu desenvolvimento intelectual e emocional.

Dessa forma, o formulário A destinou-se às crianças que se encontravam internadas e que frequentaram a brinquedoteca, a fim de identificar como elas enfrentam esse período tão doloroso, devido aos procedimentos médicos, em sua maioria, impactantes na vida da criança. O quadro 01 apresenta a identificação, com características preliminares de cada criança entrevistada; o código “CH” acompanhado da numeração significa *criança hospitalizada*.

PARTICIPANTES	SEXO	IDADE	PATOLOGIA
CH 1	F	Três anos	Pneumonia
CH2	F	Um ano e quatro meses	Virose
CH3	M	Doze anos	Braço quebrado
CH4	M	Doze anos	Infecção na perna
CH5	M	Dois anos e nove meses	Exames
CH6	F	Nove anos	Intolerância à lactose
CH7	M	Três anos	Virose
CH8	M	Cinco anos	Fimose
CH9	F	Seis anos	Pneumonia
CH10	M	Sete anos	Cirurgia no braço
CH11	F	Sete anos	Pneumonia
CH12	F	Dois anos	Pneumonia
CH13	M	Quatro anos	Pneumonia
CH14	M	Três anos	Virose
CH15	M	Oito anos	Infecção urinária
CH16	F	Treze anos	Pneumonia
CH17	M	Cinco anos	Virose
CH18	M	Dois anos e Sete meses	Pneumonia
CH19	M	Seis anos	Bactéria na boca
CH20	M	Dez anos	Pneumonia

Quadro 01 – Informações preliminares das crianças entrevistadas

Fonte: Os autores - pesquisa de campo, 2012

Como se pode perceber, foram entrevistadas 20 crianças, com faixa etária de “um ano e quatro meses” até “treze anos de idade”, meninos e meninas, com diversas patologias. O formulário A dispôs de seis questões objetivas, a fim de identificar o comportamento e a satisfação da criança ao frequentar a brinquedoteca. Uma das perguntas referiu-se à motivação da criança para frequentar a brinquedoteca. As respostas foram diversificadas, estando dispostas no gráfico 01.

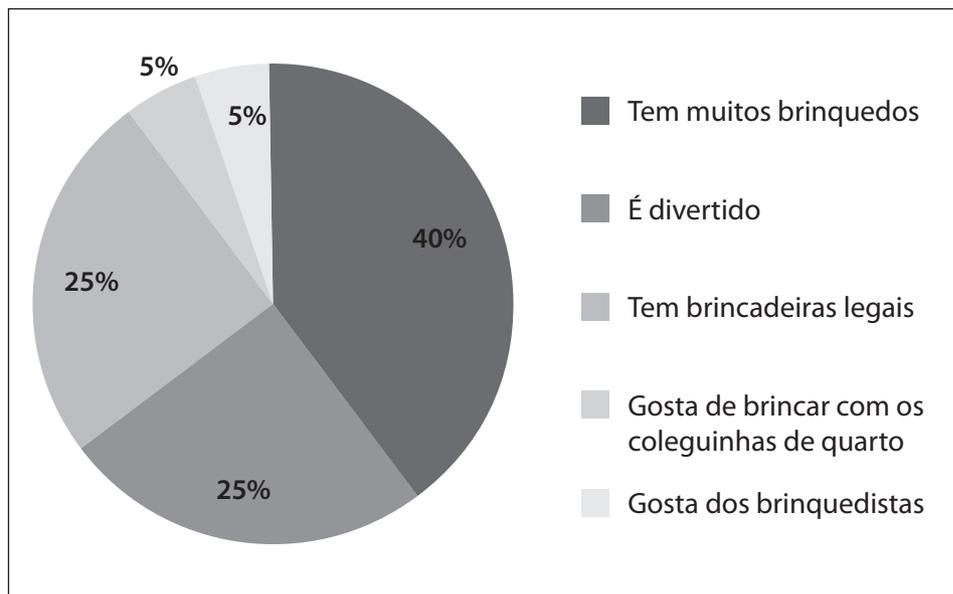


Gráfico 01 – Por que frequentam a brinquedoteca?

Fonte: Os autores - pesquisa de campo, 2012

São diversos os motivos que levam a criança a frequentar o espaço da brinquedoteca hospitalar, mas todos com um objetivo comum: divertir-se e livrar-se temporariamente dos medos e angústias que a consomem nos leitos, à espera dos procedimentos médicos. Após observar, na condição de brinquedista, algumas crianças brincarem e se divertirem na brinquedoteca, foi notória a satisfação delas ao desenvolver as atividades lúdicas dentro do espaço. É perceptível que seu quadro emocional muda, pois esquecem momentaneamente o estado clínico.

Diante dessa satisfação, as crianças que frequentam a brinquedoteca buscam desenvolver as atividades que lhes dão mais prazer (como mostra o gráfico 02), tais como brincar com jogos e ouvir as histórias com fantoches que os brinquedistas contam (fazem os personagens de papel e depois usam da criatividade para entreter as crianças).

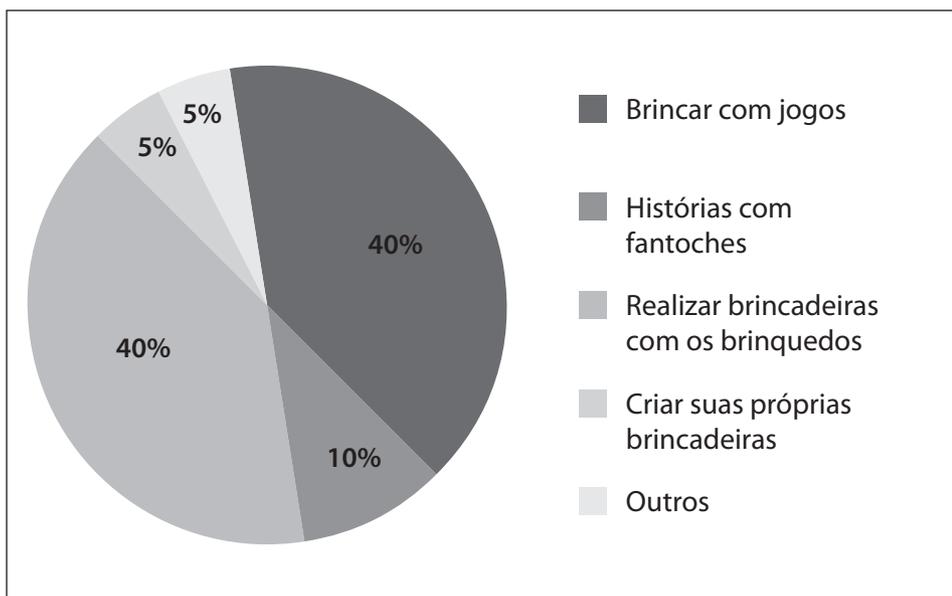


Gráfico 02 – Atividade que mais gosta na brinquedoteca

Fonte: Os autores - pesquisa de campo, 2012

As observações feitas pelos brinquedistas, no decorrer da aplicação dos formulários, foram de que a criança se sente satisfeita no espaço da brinquedoteca, e de que, muitas vezes, quando alguns familiares chegam para visitá-la, pedem para que façam um espaço como aquele em sua casa, e brincam juntos, desenvolvendo várias atividades. Ao chegar a hora do lanche, algumas crianças recusam-se a se alimentar quando estão em seus leitos, mas, estando na brinquedoteca, aceitam com mais facilidade e, em algumas ocasiões, até repetem.

Após desenvolverem suas atividades na brinquedoteca e retornarem para seus devidos leitos, foi perguntado se a criança queria voltar para casa, naquele momento. Como resposta, 20% disseram que preferiam voltar para casa, pois estavam com saudades dos familiares, da escola, dos amigos; e 80% das crianças responderam que queriam ficar no hospital para irem novamente brincar na brinquedoteca. O dado é bastante impactante, mas constata a significância da brinquedoteca na vida das crianças internas, muitas vezes, provenientes de uma situação socioeconômica precária. Durante a internação, têm a oportunidade de vivenciar a infância, por meio de brinquedos e brincadeiras que, algumas vezes, desconheciam nos seus ambientes familiares. Partindo dessas respostas, é perceptível a aceitação da brinquedoteca no hospital pelas crianças, já que algumas acabam querendo ficar mais tempo no hospital para usufruir dos objetos divertidos. Isso demonstra o grau de envolvimento das crianças com o lúdico da brinquedoteca.

6 Visão dos Acompanhantes quanto aos Reflexos da Brinquedoteca no Processo de Recuperação

O surgimento da enfermidade na criança aparece sempre de forma impactante no âmbito familiar, provocando assim um desequilíbrio emocional. A família sofre junto com a criança e passa por momentos dolorosos, com tristeza, sofrimento e desânimo. Nessa etapa, a família procura aprender a lidar com a doença, já que aparecem, frequentemente, sintomas, sinais de evolução clínica, o que a deixa aflita e ansiosa, esperando por novas notícias sobre o quadro clínico de sua criança.

Diante disso, surge ainda a necessidade de os familiares não deixarem transparecer sua insegurança para as crianças, pois no ambiente hospitalar a família, em sua maioria, na pessoa da mãe, é o porto seguro da criança. Logo, deve transmitir força e otimismo para que a criança possa se sentir estimulada para receber todos os procedimentos inerentes a sua recuperação.

Todavia, mesmo com o estímulo e carinho da mãe (ou outro acompanhante), a criança sente-se sozinha, triste, distante de sua realidade cotidiana e, principalmente, longe de seus brinquedos. Daí a importância da brinquedoteca hospitalar, pois se configura como um espaço no qual a criança pode brincar livremente e sair do ócio, o que lhe proporciona momentos de descontração.

Diante dessa relevância, o formulário B foi composto por seis questões objetivas, um espaço para sugestões e/ou observações, e informações preliminares, como sexo, local de origem, parentesco com a criança e período de acompanhamento. A aplicação desses formulários permitiu a identificação da opinião dos acompanhantes sobre a contribuição que as atividades lúdicas trazem para a recuperação de sua criança.

Foram aplicados 20 formulários com os acompanhantes das crianças hospitalizadas que frequentaram a brinquedoteca. Ao se analisarem os dados coletados, nota-se que, na maioria das vezes, a mãe é quem acompanha a criança no momento de hospitalização, acredita-se que seja pela afinidade que ambos têm, e a segurança que ela transmite para a criança no período de internação. A criança enxerga a mãe como seu porto seguro naquele momento de aflições e medos.

Questionados quanto à opinião sobre os serviços oferecidos na brinquedoteca hospitalar, foram dadas as seguintes opções: *ruim*, *regular*, *bom* e *ótimo*. Como resposta, 80% dos entrevistados disseram que os serviços são “ótimos”, e os outros 20% escolheram a alternativa “bom”. Desse modo, a porcentagem referente

à avaliação dos serviços oferecidos na brinquedoteca é um ponto relevante, uma vez que mostra a satisfação dos acompanhantes em levar suas crianças para participarem das atividades desenvolvidas na brinquedoteca hospitalar.

Ao responderem por que levam suas crianças para frequentar a brinquedoteca (Gráfico 03), 65% dos entrevistados falam que é pelo momento de distração, no qual a criança esquece momentaneamente o sofrimento causado pela enfermidade. Outros 15% dizem que as crianças vão à brinquedoteca porque gostam dos brinquedos e das brincadeiras, e, por fim, 20% dos entrevistados dizem que levam suas crianças para frequentar a brinquedoteca porque acreditam que as atividades lúdicas, por meio das brincadeiras, fazem bem à criança em processo de hospitalização.

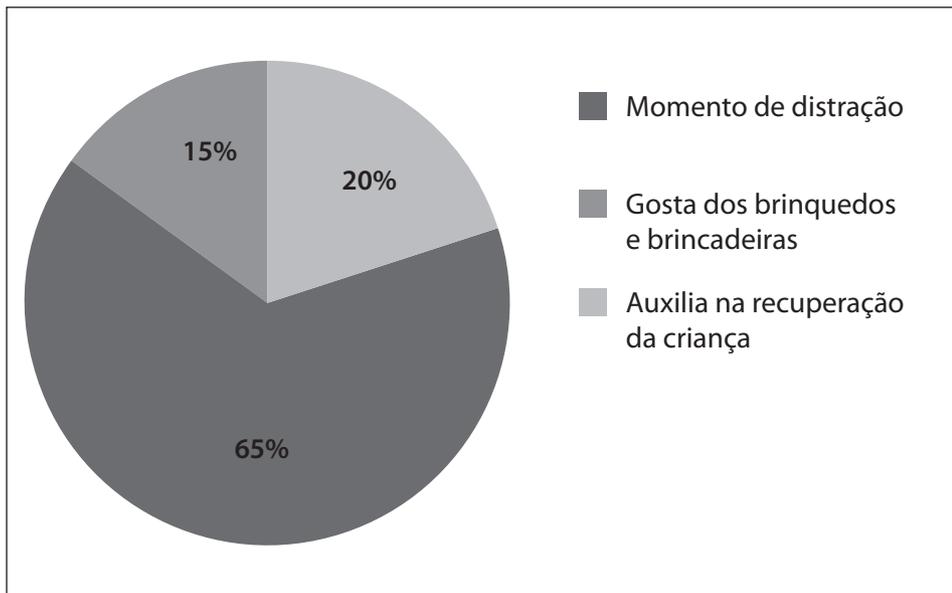


Gráfico 03 – Por que levam a criança para frequentar a brinquedoteca?

Fonte: Os autores - pesquisa de campo, 2012

As atividades lúdicas desenvolvidas na brinquedoteca hospitalar divertem as crianças, pois, mesmo elas estando com limitações devido à enfermidade, conseguem sorrir. Isso as ajuda a enfrentarem e a aceitarem o ambiente hospitalar, tão diferente do seu habitual.

Quando indagados sobre o que fazem na brinquedoteca hospitalar enquanto as crianças brincam, 60% dos acompanhantes responderam que permanecem no espaço e desenvolvem atividades com as crianças; 20% preferem ficar só

observando as brincadeiras; 15% aproveitam o momento para descansar, enquanto a criança brinca, e 5% deixam a criança na brinquedoteca e saem para resolver alguma coisa (gráfico 04):

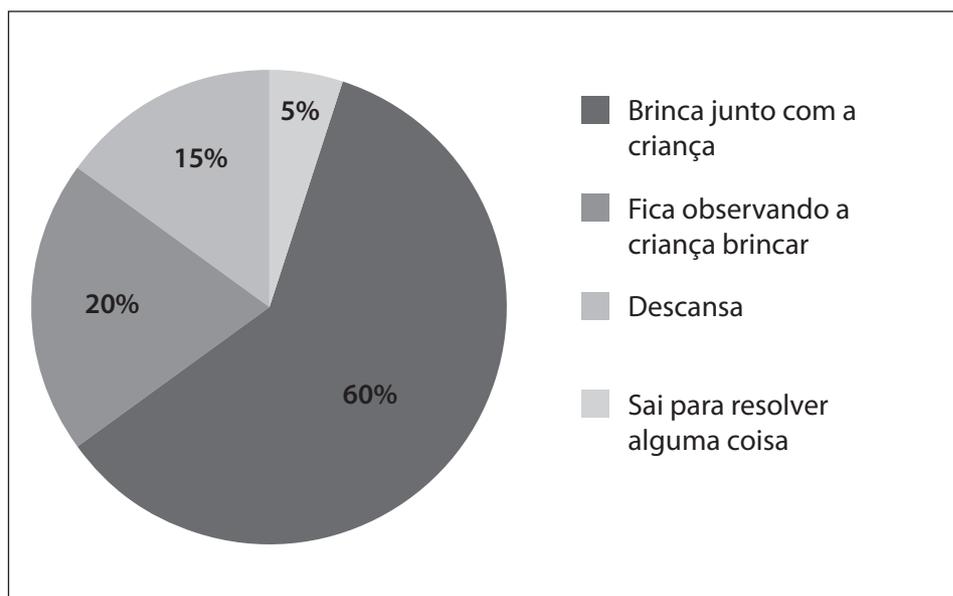


Gráfico 04 – Ocupação do acompanhante enquanto a criança está brincando

Fonte: Os autores - pesquisa de campo, 2012

Outra questão respondida pelos acompanhantes foi com relação à contribuição que as atividades lúdicas trazem para a recuperação da criança hospitalizada. A essa pergunta, 90% dos entrevistados responderam que as atividades contribuem, “sim”, na recuperação da criança, e 10% responderam que contribuem “em parte”. Complementaram dizendo que, no decorrer da internação, a criança passa por exames e tratamentos que causam dor e medo. Por isso, algumas crianças recusam o tratamento, ficam sem comer, não querem aceitar os cuidados da equipe de enfermagem, ficam irritadas por não terem o que fazer nos leitos, a não ser ficarem deitadas, No entanto, depois de frequentarem a brinquedoteca e terem a oportunidade de brincar, elas mudam emocionalmente, passando a aceitar melhor o tratamento.

A brinquedoteca proporciona à criança hospitalizada um atendimento próprio para a infância, focado na perspectiva de uma atenção voltada às necessidades e limitações da doença. A ludicidade diverte a criança e promove a minimização do estresse, da angústia causada pela espera por resultados de exames,

do medo dos procedimentos hospitalares. Isso faz com que ela aceite melhor o tratamento, pois através das brincadeiras de faz-de-conta, por exemplo, ela pode aprender brincando que seu tratamento só vai fazer bem, e que é importante aceitar todas as medicações, seguir as recomendações médicas, e assim melhorar e poder voltar para casa.

De acordo com o universo de entrevistados, após o período de atividades na brinquedoteca hospitalar, as crianças reagem (100%) melhor ao tratamento, permitindo que sejam realizados todos os procedimentos necessários.

Considerações Finais

A brinquedoteca hospitalar é um espaço que permite o desenvolver espontâneo da criança, e desponta como uma possibilidade e alternativa para melhorar o enfrentamento da internação pelo público infantil. Desse modo, quanto ao objetivo geral desta pesquisa, bem como à questão problema que se constituiu em verificar se as atividades lúdicas realizadas na brinquedoteca exercem papel fundamental na recuperação das crianças, foi possível identificar que as atividades desenvolvidas no espaço da brinquedoteca hospitalar Monsenhor Ausônio de Araújo Filho contribui para o processo de recuperação da criança em regime de internação, pois oferece um ambiente alegre e descontraído, que facilita o desenvolvimento intelectual da criança.

Assim, levando-se em conta a trajetória que se percorreu para a elaboração deste estudo, vale ressaltar que, apesar das dificuldades encontradas no período de aplicação dos formulários com as crianças e seus respectivos acompanhantes, proposto pela pesquisa, conseguiram-se obter as informações necessárias para construção do estudo. Isso permitiu a análise de funcionamento da brinquedoteca, bem como a percepção da importância que esse espaço representa para os pacientes do Hospital Regional de Currais Novos/RN.

Portanto, as brinquedotecas hospitalares assumem um papel relevante no processo de desenvolvimento da criança hospitalizada e surgem como forma de garantia ao lazer delas, já que lhes oferecem momentos de descontração e a oportunidade de enfrentarem brincando aquele momento difícil.

Referências

- ANDRADE, José Vicente de. *Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção Polêmica).
- _____. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2013.
- CUNHA, N. H. S.; VIEGAS, D. *Brinquedoteca hospitalar*. São Paulo: Guia de Orientação, 2003.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 10 de agosto de 2013.
- FRIEDMANN, A. (Org.). *O direito de brincar: a brinquedoteca*. São Paulo: Scritta; ABRINQ, 1992.
- LARIZZATTI, Marcos F. *Lazer e recreação para o turismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
- PESSOA, A. C. B.; SOUZA, M. H. F.; FONTES, F. C. O. *O lúdico no ambiente hospitalar: algumas reflexões*. Campina Grande: Realize, 2012.
- PINTO, Gabriela Baranowski. *O lazer em hospitais: realidades e desafios*. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Lazer)-Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2009.
- SANTOS, S. D. P. *A influência do lúdico no ambiente hospitalar infantil*. 2012. 35f Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- TAVEIRA, Marcelo; GONÇALVES, Saete. *Lazer e turismo: uma análise teórico-conceitual*. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO TURÍSTICA, 5., 2011. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo10/Taveira_Goncalves.pdf> Acesso em: 27 nov. 13.

REQUALIFICAÇÃO DO PERÍMETRO DA FAVELA DO JARDIM EDITH EM SÃO PAULO: PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE A HOSPITALIDADE NO ESPAÇO URBANO¹

RECOVERY OF THE PERIMETER OF THE SLUM JARDIM EDITH IN SÃO PAULO: INITIAL INSIGHTS ON HOSPITALITY IN URBAN AREA

Airton José Cavenaghi*
Luciana Lagares Gonzalez**
Maria Ângela Cabianca***

Resumo

Este artigo aborda a formação da favela do Jardim Edith, na cidade de São Paulo, e o projeto Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. Este teve como objetivo principal a revitalização da região da antiga Avenida Água Espraiada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, que incluía a favela do Jardim Edith. Ao longo deste estudo também será abordado o investimento especulatório de um grande grupo imobiliário na região, na década de 70 do século XX. Para a análise crítica proposta, utilizou-se de pesquisa bibliográfica relacionada aos espaços urbanos e os conceitos de segregação urbana, discutido por Rolnik (2012); a hospitalidade nos espaços urbanos proposto por Grinover (2007); a legibilidade do lugar, proposta por Lynch (2011); a historicidade do recorte geográfico, abordado por Frúgoli Jr. (2000); além de documentos oficiais da Prefeitura do Município de São Paulo, dentre outros. Com este trabalho busca-se expor a possibilidade da reurbanização associada à inclusão, os conflitos gerados a partir de grandes mudanças urbanas e sociais e o papel da hospitalidade em espaços urbanos, que envolve o poder público, empresários, comunidade e beneficiados.

Palavras-chave: Hospitalidade. Urbanismo. Requalificação. Favela. São Paulo.

¹ Este artigo vincula-se aos resultados iniciais da pesquisa em desenvolvimento: "Alterações do espaço urbano da Vila Olímpia (2000-2013)"; locada no Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi-SP.

* Doutor em História Social. Docente da Universidade Anhembi Morumbi (SP).
✉ acavenaghi@gmail.com

** Mestranda em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi (SP).
✉ luciana_lagares@hotmail.com

*** Doutora em Saúde Ambiental. Docente na Universidade Anhembi Morumbi (SP).
✉ maia.cabianca@gmail.com

A b s t r a c t

This article discusses the formation of Jardim Edith's slum, in the city of São Paulo, and the project Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, which is aimed to revitalize the region of the former Água Espraiada Avenue, current Jornalista Roberto Marinho Avenue, which included Jardim Edith's slum. Later on, this study will address the speculator investment of a large real estate group in the region in the 70s of the twentieth century. For the critical analysis proposed, this study used literature related to urban spaces and concepts of urban segregation, discussed by Rolnik (2012); hospitality in urban spaces proposed by Grinover (2007); readability of place, proposed by Lynch (2011); the historicity of clipping geographic approached by Frúgoli Jr. (2000), as well as official documents of the Municipality of São Paulo, among others. This work is focused on exposing the possibility of redevelopment related to inclusion, the conflicts generated out of from large urban and social changes and the role of hospitality in urban spaces, involving government, entrepreneurs, community and beneficiaries.

Key word: Urbanism. Hospitality. Recovery. Slum. São Paulo.

1 Introdução

As interpretações relacionadas na identificação da hospitalidade urbana e a análise de suas manifestações proporcionam o entendimento de situações coletivas que envolvem os indivíduos no cotidiano vivenciado em uma cidade. Essa vivência envolve a compreensão de situações de conflitos, sejam elas sociais, políticas econômicas. Compreender a cidade na atualidade significa pensá-la desde sua designação primitiva, nas quais se manifestavam as noções de organização e controle dos poderes constituídos.

A barbárie encontrava-se no lado externo dos muros protetores da antiga urbe. Para participar da convivência coletiva da cidade, era necessário compactuar com esses poderes gestores internos. Esta interpretação é encontrada em Léonard-Roques (2011), quando são discutidas as ideias de *Cidade-Refúgio* e *Cidade ideal*. Tal fato não se modificou, e a percepção da hospitalidade urbana na contemporaneidade encontra-se em tentar se ver, como cidadão, neste atual

espaço urbano, cujos conflitos e suas interpretações são resultados de semelhante jogo de forças que movimentam os grupos humanos desde sua formação inicial em comunidades urbanas.

Neste aspecto, este artigo analisa o processo de reurbanização da área do antigo córrego Água Espraiada (foco central do projeto “Operação Urbana Consorciada Água Espraiada”), a formação e o desenvolvimento da favela do Jardim Edith e a relação de hospitalidade entre atores envolvidos nessa ação, ou seja, moradores de áreas invadidas, os empresários da região, o poder público e os moradores do bairro do Brooklin, que sofrem ainda consequências diretas desse projeto.

2 Formação da Favela do Jardim Edith

Em 1964, o então prefeito da cidade de São Paulo, Prestes Maia, promulgou uma lei de melhoramento urbano que ocasionou a desapropriação de diversos terrenos no entorno do córrego Água Espraiada, na região sul da Cidade, para a construção de uma avenida de 60 metros de largura e sete mil metros de extensão. Entretanto, no início da década de 70 do século XX, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), reformulou o projeto para que essa nova avenida passasse a fazer parte de um minianel viário, ligando a Marginal do Rio Pinheiros à Rodovia dos Imigrantes. Essa ação permitiria o acesso das cidades do interior do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, no litoral, o que auxiliaria o escoamento da produção agrícola (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964).

Na mesma década de 70, a Câmara Metropolitana de Transportes alterou o projeto que estava em execução, transferindo esse minianel viário para a Avenida Roque Petroni, permitindo, assim, que os terrenos desapropriados ao longo do córrego Água Espraiada ficassem sem uso. Este fato ocasionou sua invasão por famílias sem teto, e iniciou-se, então, a formação da Favela do Jardim Edith (FIX, 2001).

Toda a região de várzea do Rio Pinheiros, durante décadas, foi considerada pantanosa e de baixo valor imobiliário. Esta característica foi modificada pela ação de dois empresários que, aproveitando-se de informações privilegiadas – ou seja, de que ocorreria uma valorização em toda a extensão do Rio –, compraram 30 terrenos nas proximidades de onde estava se formando a favela do Jardim Edith e iniciaram ali um novo centro capitalista da Cidade (FRÚGOLI JR., 2000).

No ano de 1995, ao longo de toda a extensão do então córrego Água

Espraiada, havia 68 núcleos de favelas com uma população superior a 50 mil pessoas. Fazendo parte desse montante estava a Favela do Jardim Edith, situada entre a Avenida marginal do Rio Pinheiros e a Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini. A favela ocupava um terreno de 68 mil metros quadrados e era composta por 3 mil famílias, cerca de 12 mil moradores (FIX, 2001).

3 A especulação imobiliária: um projeto de urbanização e a criação de um novo centro comercial na cidade de São Paulo

A deterioração da região central da cidade São Paulo, que inviabilizava a instalação de novas empresas, o excesso de prédios comerciais na região da Avenida Paulista, que tornava alto o valor de locação, além da escassez desses espaços, fizeram com que os empresários da década de 70 do século XX passassem a ocupar a região Sudoeste da Cidade. Nesse local, além dos baixos valores para construção de edifícios para locação, o fácil acesso ao Aeroporto de Congonhas e das vias rápidas, como a Marginal do Rio Pinheiros, esperava-se uma rápida valorização imobiliária na região (FRÚGOLI JR., 2000).

Os empresários Roberto Bratke e Francisco Collet perceberam esse deslocamento empresarial rumo à região Sul da Cidade e, de posse de informações privilegiadas (a valorização dos terrenos no entorno do Rio Pinheiros; fato que não era divulgado para a população), adquiriram, entre os anos de 1974 e 1976, 30 terrenos (a valores baixos de compra) na extensão do Rio Pinheiros, limitados ao bairro do Brooklin, entre as avenidas Bandeirantes e Roque Petroni (FRÚGOLI JR., 2000).

Segundo Fix (2001) em 1987, 22 dos 24 edifícios prontos na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini (avenida paralela à Marginal do Rio Pinheiros) haviam sido construídos pela empresa Bratke Collet. A estratégia de valorização urbana da região vinculou-se à maneira como os edifícios comerciais iniciais foram construídos, ou seja, com grandes distâncias entre si para, assim, valorizar os terrenos no entorno.

Paralelamente a esta situação, que forçava a Cidade à criação de um novo centro comercial, na gestão do prefeito Jânio Quadros (1985 a 1988), foi retomado um antigo projeto de reurbanização da região do córrego Água Espraiada, com revisões relacionadas às áreas ocupadas e canalização a céu aberto do córrego. Posteriormente, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 a 1992), o projeto

ainda não havia sido iniciado, possibilitando ser novamente revisado. Ainda segundo Fix (2001), essa revisão foi realizada com a proposta de Operação Urbana, ou seja, seriam realizadas intervenções no sistema de drenagem, no sistema viário e na realocação dos moradores das favelas que foram criadas ao longo do córrego durante as quase duas décadas de abandono. Acreditava-se que, assim, os investimentos para a região viriam da iniciativa privada, que perceberia a potencial valorização com as obras de melhoria.

A intenção da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) era criar uma avenida para tráfego local, evitando, com isso, a circulação de caminhões pesados no sentido do Porto de Santos. Essa avenida teria linhas sinuosas e arborizadas, formando sete parques lineares, o que valorizaria todos os imóveis em sua extensão. Da mesma maneira, a EMURB pretendia construir conjuntos habitacionais para realocar os favelados, sem retirá-los do “quadrilátero” no qual viviam. Entretanto, o projeto não foi executado e, com a nova gestão do prefeito Paulo Maluf na prefeitura da cidade de São Paulo (1993 a 1996), foi novamente revisado e alterado (FIX, 2001).

O prefeito Paulo Maluf, no início de sua gestão, retirou o Projeto da Câmara e enviou-o à EMURB para que fosse alterado o traçado da Avenida, que não seria mais uma via local, arborizada e que acolheria de maneira satisfatória os conjuntos habitacionais para os moradores das favelas, mas, sim, uma via expressa que ligaria a Marginal do Rio Pinheiros à Rodovia dos Imigrantes, o que ocasionaria uma série de desapropriações. Ainda pelas análises de Fix (2001), a EMURB apontava a degradação da região por considerar o tráfego pesado de caminhões um poluidor atmosférico e sonoro. Não tendo como convencer o prefeito Paulo Maluf a retornar ao traçado e ao objetivo anteriores, foi adotada uma ação paliativa, com a criação de uma faixa entre as vias expressas e locais da nova Avenida, com árvores para absorver o ruído e a poluição.

Na imagem a seguir, é possível observar as modificações urbanas sofridas pela região.



Figura 1 – Comparação entre Av. Eng. Luiz C. Berrini em 1980 e 2002

Fonte: Apolo11, 2010

Com a possibilidade de degradação e, conseqüentemente, desvalorização imobiliária, os empresários da região, dentre eles Roberto Bratke, da Bratke-Collet; Luiz Eduardo Pinto Lima, do Unibanco; os representantes do World Trade Center, Shopping D&D e hotel Meliá e a Biesp (Bolsa de Imóveis de São Paulo), dentre outros, criaram a Associação de Promoção Habitacional e Social, com o intuito de colaborar para a construção de moradias populares para os moradores das favelas instaladas no entorno de seus empreendimentos. Isso possibilitaria, assim, melhores condições de negociar com a Prefeitura as benfeitorias que os privilegiaria (FRÚGOLI JR., 2000).

Neste aspecto não se observou apenas uma ação social, mas sim um interesse na valorização imobiliária vinculada a essas transformações. Associa-se a isso, o fato de que os moradores da favela do Jardim Edith já ocupavam os terrenos do entorno das avenidas Berrini e futura Água Espraiada há mais de 10 ou 20 anos. Esta situação dava-lhes o direito, pela lei de usucapião, à posse oficial dos terrenos; portanto, a Prefeitura não poderia simplesmente expulsá-los.

De posse dessa importante informação, a Associação de Promoção Habitacional e Social, arrecadou, entre os empresários da região da Avenida

Engenheiro Luiz Carlos Berrini, o montante de 8 milhões de reais (na época) para realocar as famílias moradoras da favela do Jardim Edith. Porém, esse valor não era suficiente para realizar as obras de construção de conjuntos habitacionais para todos os moradores da favela, já que contemplava somente 12% dos moradores do Jardim Edith e 4% de todas as favelas envolvidas na intenção de remoção definitiva, conforme o projeto. Além da ação não contemplar a todos, os conjuntos habitacionais foram construídos na periferia da Zona Sul da Cidade, no Jardim Educandário, a cerca de 16 quilômetros de onde estava a favela do Jardim Edith, o que contrariava o projeto original (FIX, 2001).

Esta costumeira ação de enviar para a periferia da cidade as pessoas de baixas classes sociais é abordada por Rolnik (2012) ao relatar a segregação espacial imposta pelas classes dominantes.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a esse movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 2012, p. 45)

Então, não haveria como manter os moradores das favelas neste novo bairro do Brooklin, pois os interesses empresariais, financeiros e imobiliários dominavam o dia a dia dos moradores, forçando-os de maneira indireta a não se sentirem parte desse espaço, como é possível verificar nas análises de Fix (2001).



Figura 2 – a favela do Jd. Edith e, ao fundo, os grandes prédios empresariais

Fonte: Arruda, 2008

Durante o período relatado (1993-1996) o Projeto Operação Urbana Água Espraiada foi deixado de lado, pois outra região estava sendo contemplada com as melhorias urbanas de uma Operação Urbana Consorciada, a Avenida Brigadeiro Faria Lima. Desta forma, o foco de benfeitorias e valorizações estava totalmente voltado para este projeto, o que significava que, caso se investisse em outra região, poder-se-ia criar uma competição. Isso não interessava à Prefeitura e nem aos empresários ligados a incorporações, construções e comercializações de empreendimentos imobiliários. Além desta questão empresarial existia a questão social da retirada de todos os moradores da Favela do Jardim Edith, que implicaria um investimento de 215 milhões de reais (81 milhões e 43 mil euros), dinheiro este de que a Prefeitura, naquele momento, não dispunha (FIX, 2001).

No ano de 1995, em meio às incertezas relacionadas aos projetos urbanos, segundo Pessoa e Bógus (2008), o poder público junto com a iniciativa privada instituíram a Lei 11.732 (Operação Urbana Consorciada Faria Lima) e, em 2001, a Lei 13.260 (Operação Urbana Consorciada Água Espraiada), que tiveram como objetivo a reestruturação urbana da região Sudoeste da Cidade de São Paulo, para gerar qualidade de vida e um controle e regulamentação da ação imobiliária. Entretanto, Pessoa e Bógus (2008) fazem uma crítica à ação relacionada a essas Leis, pois, costumeiramente, os beneficiados com esses projetos urbanos seriam os mercados fundiários, imobiliários e financeiros, assim como a elite dominante.

Essa ação legislativa excluiu a população de baixa renda, e a expulsou para as regiões periféricas da Cidade, sem acesso a serviços de qualidade (como educação, saúde e transporte coletivo), distante dos bairros elitizados e, conseqüentemente, dos seus locais de trabalho. As Leis 13.260/2001 e 15.416/2011 são específicas para o projeto “Operação Urbana Consorciada Água Espraiada”, que contempla o sistema viário e de transporte coletivo, o tratamento paisagístico do entorno e a construção de moradias populares para a população de favelas, num total de 3.750.000 m², segundo PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP) - (2011). Para a estruturação do projeto, foi definida a extensão da Avenida Água Espraiada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, com a implantação de vias locais nas laterais da Avenida e a construção de uma ponte (Octávio Frias de Oliveira) para interligar esta Avenida às margens direita e esquerda do Rio Pinheiros, reduzindo o tráfego da região (PESSOA; BÓGUS, 2008), conforme imagem apresentada a seguir.

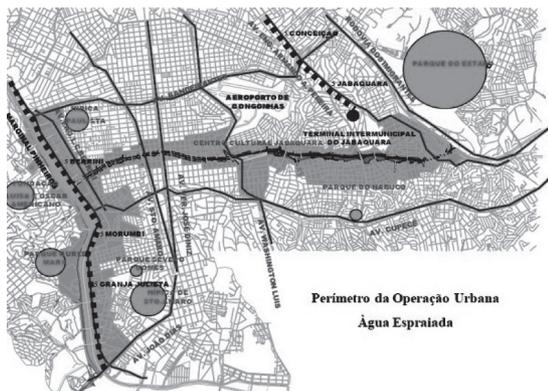


Figura 3 – Imagem do Perímetro da Operação Urbana Água Espraiada

Fonte: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, 2008

De acordo com Pedro (2012), as Operações Urbanas existentes na cidade de São Paulo utilizaram-se da venda do potencial construtivo acima do permitido pela Legislação vigente para, assim, reverter os valores pagos pelos incorporadores em melhorias urbanas na mesma região. É desta maneira que o poder público e privado viabiliza a reurbanização de uma área determinada, além de legalizá-la totalmente.

Como definido em 1995, pelo então prefeito Paulo Maluf, a atual Avenida Jornalista Roberto Marinho interligaria a Avenida Marginal do Rio Pinheiros à Rodovia dos Imigrantes (PMSP, 2001, p. 3):

Com o objetivo de tratar de forma diferenciada as desigualdades existentes na região e privilegiando as funções urbanas relacionadas com a distribuição espacial da população, das atividades econômicas e sociais, da oferta de infraestrutura e de serviços urbanos, são criados os seguintes setores: Setor Jabaquara, Setor Brooklin, Setor Berrini, Setor Marginal Pinheiros, Setor Chucri Zaidan, Setor Americanópolis e Setor Zeis (zona especial de interesse social), item (a) que contempla os moradores da Favela do Jardim Edith.

De acordo com o mesmo documento, apresentado pela Prefeitura do Município de São Paulo (2001, p. 21), na seção II do artigo 3º, item III:

Implantação de unidades de habitação de interesse social – HIS, melhoramentos e reurbanização assegurando-se o re-

assentamento definitivo das famílias atingidas pelas obras e outras intervenções previstas nesta lei, no perímetro desta Operação Urbana Consorciada.

Entretanto, novamente, como cita Fix (2001) na mudança de prefeitos, os projetos foram revisados, alterados ou paralisados. Após a revisão do Plano Diretor, o atual prefeito da cidade de São Paulo (Fernando Hadad) decidiu, após reunião com representantes da população, alterar a prioridade das obras da Operação Urbana Água Espreada. A construção do túnel que ligaria a Avenida Jornalista Roberto Marinho à Rodovia dos Imigrantes, ainda hoje, encontra-se paralisada, e a prioridade passou a ser a construção de residências populares já contidas no Projeto, assim como a extensão da Avenida Chucri Zaidan, até a Avenida João Dias (PMSP, 2013).

A construção do Condomínio Jardim Edite em uma das esquinas mais valorizadas do Brasil (Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini com Avenida Jornalista Roberto Marinho) conta com 249 unidades habitacionais, divididas em dois tipos: um com cinco pavimentos, cujas unidades possuem 50m², dois quartos, sala, cozinha e banheiro; e o outro tipo, com três torres que possuem unidades de 52m² com o mesmo número de cômodos. Neste condomínio estão sendo construídas, ainda, uma creche, uma assistência médica ambulatorial (AMA), uma unidade básica de saúde (UBS) e uma escola de gastronomia. Todo o complexo possui saneamento básico, e a previsão de ocupação pelos antigos moradores da favela estava prevista para o mês de novembro de 2012 (PMSP, 2010).



Figura 4 – Residencial Jardim Edith (em construção)

Fonte: 28/10/2012 – os autores - arquivo pessoal

4 A hospitalidade nos espaços urbanos

Para Grinover (2007), a hospitalidade da cidade está diretamente relacionada com as paisagens urbanas, bem como pela organização dos lugares nela inseridos. Tratar do tema território faz emergir a discussão de lugar e local, resgatando então, os valores de pertencimento, vitais para o ser humano viver em sociedade.

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (LYNCH, 2011, p. 01)

Com base nessa afirmação de Lynch, é possível concluir que, ao caminhar por um determinado local, todos os sentidos de um indivíduo são postos a trabalho, assim como as lembranças do passado surgem para auxiliar esse indivíduo em prol de sua proteção. São as experiências vividas que formam as percepções e os conceitos naquele momento; ou seja, vão muito além somente da imagem concreta que se apresenta.

Sendo assim, para analisar o novo espaço onde serão inseridas as pessoas da antiga Favela do Jardim Edith, apresentam-se os conceitos das dimensões da hospitalidade definidas por Grinover (2007). A primeira dimensão a ser tratada é a *acessibilidade*, que permite o acesso do indivíduo ou de grupos de indivíduos aos serviços ou às atividades presentes em uma cidade, e que deve proporcionar as mesmas oportunidades a todos.

A acessibilidade pode estar relacionada à utilização dos equipamentos urbanos² e à capacidade de esses equipamentos atenderem a todos, ou ainda, ao acesso aos meios de transporte e a utilização do solo. Da mesma maneira, a acessibilidade socioeconômica deve ser contemplada levando-se em consideração a distribuição de renda dos usuários e moradores desse espaço.

Costumeiramente, ao tratar-se da acessibilidade, abordam-se as questões tangíveis, como de infraestrutura, sistema de transportes e espaços públicos. Porém, no âmbito da cidadania, a acessibilidade está – ou deveria estar – presente no que diz respeito ao acesso do indivíduo a este espaço, a esta sociedade. Permitir que o indivíduo viva com dignidade, com acesso a saneamento básico, educação, trabalho, saúde e lazer também são situações de acesso ao meio no qual se vive.

² Equipamentos urbanos são, segundo a norma brasileira NBR 9284, todos os bens públicos ou privados de utilidade pública, destinados à prestação de serviço para garantir o funcionamento da cidade. Como exemplo: abastecimento de água, energia elétrica, serviços de captação de esgotos, parques, praças etc.

Ao criar os indicadores de acessibilidade, segundo Grinover (2007, p. 136), é preciso perguntar e responder a questões como: “[...] acessibilidade para quem?, vinda de onde?, indo para onde?, em que momento?... Dessa maneira, o acesso à cidade para todos os habitantes é o conceito básico que orienta qualquer possibilidade de uma política urbana.”

A aplicação dos conceitos de acessibilidade não tangíveis, como cultura e educação, permite que a cidade seja o estímulo da aproximação entre as pessoas, o que possibilita a interação social e define o espaço urbano como pertencentes a todos, tornando-se acessível. “Faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço não só de habitação, mas também de vivência e convivência” (GRINOVER, 2007, p. 142).

A segunda dimensão da hospitalidade nos espaços urbanos, apontada por Grinover (2007) é a *legibilidade*, também tratada por Lynch (2011). Para Grinover (2007, p. 18), “[...] por legibilidade entende-se a qualidade visual de uma cidade, de um território, examinada por meio de estudo da imagem mental que dela fazem, antes de qualquer outro, os seus habitantes”.

Ainda para o Grinover (2007), bem como para Lynch (2011), a legibilidade está relacionada com a facilidade mental de o indivíduo organizar as partes de uma cidade, compreendendo o todo. Ou seja, para que esta facilidade seja possível, é necessário que a cidade se apresente de maneira coerente para os seus moradores e usuários.

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. (LYNCH, 2011, p. 4)

O ordenamento de um espaço urbano, com seus marcos, edifícios, áreas de comércio, extensões de ruas, aclives, declives e praças podem auxiliar a imagem que um indivíduo faz deste espaço, permitindo a ele ter facilidades de encontrar o que deseja e de ter a segurança de saber onde está.

A terceira e última dimensão abordada por Grinover (2007) está relacionada à *hospitalidade* nos espaços urbanos, é a identidade. De acordo com o Grinover (2007), a identidade é formada ao longo dos anos, pois o indivíduo relaciona-se com o espaço de diversas maneiras e em diversos momentos, podendo assim, alterar uma convicção inicial a respeito de um mesmo local. Porém, para a formação desta identidade, o espaço necessita de matérias-primas complexas, que se completam, como a geografia deste espaço, a biologia, a arquitetura, a cultura e os indivíduos. A necessidade de se manter local, sem abandonar o global é, segundo o autor, um desafio para as cidades atuais, pois existe a tendência a padronizações. Entretanto, uma cidade, por exemplo, deve manter suas diferenças como parte de sua identidade e também basear-se no global para atender aos diversos indivíduos que se utilizam deste espaço.

Considerações parciais

A hospitalidade é estudada, ao longo do tempo, por diversos pesquisadores, como Baptista (2008) e Camargo (2004), dentre outros. Cada um deles define a hospitalidade com base em seus estudos e vivências, mas aquilo com todos concordam é que a hospitalidade somente ocorre quando dois ou mais indivíduos se relacionam.

No contexto abordado neste estudo, o conceito de inserir o outro em seu espaço é o mais adequado, pois, diante deste bairro, o “novo” Brooklin, que se apresenta para a sociedade, as relações de hospitalidade serão, muito provavelmente, diferentes das relações vividas pelos moradores da antiga favela do Jardim Edith em anos anteriores, entre si. Fato diferenciado ocorrerá com os moradores que não foram obrigados a deixar suas moradias, que permaneceram no Bairro, acompanharam suas transformações e passaram a viver sem a presença dos barracos da favela.

Como abordado anteriormente, as dimensões da hospitalidade estarão presentes em um mesmo espaço, porém com características diferentes daquelas vividas quando esse espaço era uma área invadida, sem saneamento básico, infraestrutura minimamente adequada, acesso a transporte coletivo ou a educação.

O Projeto em questão busca criar uma relação de hospitalidade entre esses atores, com a reinserção dos antigos “favelados” a um ambiente organizado e com infraestrutura, equipamentos de saúde, educação e profissionalização, bem

como espaços para o lazer. Assim, minimizar-se-iam as possibilidades do ócio negativo, ou seja, pessoas que passam maior parte do seu tempo sem uma atividade voltada para a contribuição pessoal ou social, o que gera o sentimento de exclusão e inferioridade social.

Diante dos relatos anteriores, é possível constatar que a cidade de São Paulo necessita de projetos urbanos que tenham a participação dos setores privados, pois o governo não possui condições financeiras e políticas que viabilizem, por si só, com sucesso, a realização de uma requalificação urbana.

Da mesma maneira, os relatos apontam para uma necessidade de maturidade na abordagem dos temas sociais relacionados a esses projetos, pois a solução para a remoção de famílias de um espaço que será reurbanizado não está na ditadura da expulsão. O sucesso do projeto está na responsabilidade compartilhada de todos os envolvidos, para que, em consenso, encontrem a melhor alternativa que durante anos manterá a vida de muitas famílias sem definição. A reinserção dessas pessoas em um novo local no mesmo espaço em que viviam anteriormente requer tempo, e a alocação em outro local deve oferecer minimamente as mesmas condições que elas possuíam anteriormente, além de investimentos financeiros e conciliação para um convívio equilibrado e amistoso.

Referências

APOLO 11. Apolo 11, 2010. Disponível em: <http://www.apolo11.com/display.php?imagem=imagens/2010/av_berrini_1980_2002_big.jpg>. Acesso em: 10 out. 2012.

ARRUDA, E. *Flickr*. 2008. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/____dinho/2315987035/>. Acesso em: 16 ago. 2012.

BAPTISTA, Isabel. *Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares*. Revista Hospitalidade, São Paulo, n. 5, p. 5-14, dezembro, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964. Disponível em: <<http://camaramunicipal.sp.qaplweb.com.br/iah/fulltext/leis/L6591.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

CAMARGO, Luiz. Octávio De Lima. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. (Prefeitura de São Paulo) *Estudo de viabilidade econômico – financeiro CEPAC - Relatório final*. 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/cepac/oucae_estudo_de_viabilidade.pdf>. Acesso em: 09 out. 2012.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; EDUSP, 2000.

GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LÉONARD- ROQUE, Veronique. Cidade-Refúgio. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CHIOVETTI, Simão Pedro. *Simão Pedro* (Deputado Estadual).2012. Disponível em: <<http://simaopedro.com.br/moradores-do-jardim-edith-conquistam-uma-das-esquinas-mais-caras-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

PESSOA, Laura C. Ribeiro e Bógus, Lúcia M. Machado. *Operações Urbanas – Nova forma de incorporação imobiliária: O caso das Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo. Cadernos Metrópole, 2008.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/subprefeituras/ipload/pinheiros/arquivos/LEI 13 260 01.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/subprefeituras/ipload/pinheiros/arquivos/LEI_13_260_01.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Operações Urbanas financiam habitações de interesse social*, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=42022>. Acesso em: 01 out. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo, 22 jun. 2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/agua_espraiada/index.php?p=30994>. Acesso em: 10 out. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Executiva de Comunicação *Nota de esclarecimento: operação urbana água espraiada*, 2013. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=151641>>. Acesso em: 02 set. 2013.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*, 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

O TURISMO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

EDUCATIONAL TOURISM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION
AND CITIZENSHIP EDUCATION

Cíntia Elisa Dhein *

Natália da Rocha Guex **

* Professora do Curso Superior em Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Mestre em Turismo. Bacharela em Turismo. Licenciada em Ciências Sociais.
✉ cintia.dhein@puers.br

* Bacharela em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
✉ guexnatalia@gmail.com

Resumo

Este artigo é um estudo sobre a capacidade de o Turismo Pedagógico, realizado na Educação Infantil, contribuir com a educação para a cidadania. Deseja-se, com este trabalho, incentivar práticas de Turismo Pedagógico (desde a Educação Infantil) e a reflexão sobre o papel do Turismo frente ao fomento à cidadania. A pesquisa desenvolvida tem cunho exploratório e abordagem qualitativa, foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e do estudo de caso da Escola de Educação Infantil Mimo de Gente, de Porto Alegre, RS. Durante a pesquisa, acompanharam-se as aulas-passeio realizadas pelos alunos, realizou-se entrevista com a diretora da escola e aplicaram-se questionários aos professores e responsáveis pelos alunos. A pesquisa permitiu compreender o conceito de cidadania e sua relevância; identificar as atribuições da educação e sua relação com a cidadania; investigar o papel do turismo enquanto instrumento pedagógico; entender a dinâmica das aulas-passeio realizadas pela Escola de Educação Infantil Mimo de Gente; e verificar se os pais e professores da Escola em estudo identificam as aulas-passeio como atividades de turismo pedagógico e as percebem como fomentadoras de cidadania.

Palavras-chave: Turismo Pedagógico. Educação. Cidadania. Aula-passeio. Escola de Educação Infantil Mimo de Gente.

A b s t r a c t

This article is a study of the Pedagogical Tourism in Early Childhood School, and its ability to contribute to Citizenship Education. We want to encourage Pedagogical Tourism practices in Early Childhood School and the reflection on the role of Tourism in fostering citizenship. The research was developed in a qualitative and exploratory approach, performed by bibliographical survey and case study of *Mimo de Gente* early childhood school. The students were observed during the educational tours, an interview with the school principal was made and questionnaires were administered to teachers and parents. The study allowed us to understand the concept of citizenship and its relevance; identify the goals of education and its relationship to citizenship; investigate the role of tourism as an educational tool; understand the dynamics of the educational tours held at *Mimo de Gente* early childhood school; and check if parents and teachers of *Mimo de Gente* school identify educational tours as pedagogical tourism activities, and understand them as a fomentation of citizenship.

Key words: Pedagogical Tourism. Education. Citizenship. Educational Tour. Mimo de Gente Early Childhood School.

1 Introdução

O turismo pedagógico, modalidade de turismo que serve às escolas em suas práticas educativas, são atividades extraclasse nas quais transportam-se os alunos para diferentes locais com finalidades pedagógicas. Seu objetivo principal é, portanto, contribuir com a educação para que esta alcance seus objetivos. Conforme a Constituição Brasileira de 1988, à educação cabe o preparo da pessoa para o exercício da cidadania. Mas o que seria esta cidadania?

O termo cidadania surge na Grécia antiga e representa o direito à decisão sobre a vida da coletividade; no entanto, poucos eram considerados cidadãos nessa época. Ao longo dos tempos, muitas foram as concepções acerca do conceito de cidadania, e, não raras vezes, ele foi utilizado como bandeira em movimentos populares que defendiam seus ideais de liberdade e igualdade, e de uma participação popular nos rumos econômicos, sociais e políticos da sociedade. Entretanto, ainda hoje muitos não compreendem esse conceito e suas implicações, o que faz com que seja necessária a reflexão sobre seu significado e evolução histórica.

O presente artigo consiste, portanto, em uma análise do Turismo Pedagógico enquanto instrumento da educação para a cidadania. Para tanto, buscou-se analisar o papel do turismo enquanto instrumento pedagógico; a relevância e o conceito de cidadania; as atribuições da educação e sua relação com a cidadania. A metodologia de cunho exploratório, desenvolvida com uma abordagem qualitativa, realiza-se aqui por meio da pesquisa bibliográfica e documental, e do estudo de caso da Escola de Educação Infantil Mimo de Gente.

Este artigo organiza-se, inicialmente, mediante o resgate teórico dos temas Educação e Cidadania, para, posteriormente, abordar o Turismo e suas relações com ambos. Finalmente, são apresentados os resultados da pesquisa e a análise desses resultados. Ainda que o tema abordado seja de grande relevância, até o presente momento poucos estudos foram realizados nessa área; dessa forma, espera-se que este trabalho resulte em fonte de estudos para o Turismo e a Educação acerca da cidadania. Deseja-se, também, com este estudo, incentivar as práticas de Turismo Pedagógico (desde a Educação Infantil) e a reflexão sobre o papel do Turismo frente ao fomento à cidadania.

2 Educação e Cidadania

Conforme a Constituição Brasileira de 1988, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família; deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A educação não é, pois, para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência (DURKHEIM, 1973). A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e deve ensinar como se tornar cidadão (MORIN, 2000).

O conceito de cidadania surge na *pólis* grega; portanto, a cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres (COVRE, 1998). Conforme Machado (2001, p. 41, grifos do autor) “na Grécia antiga os habitantes da cidade se dividiam em *políticos* e *idiotas*. Os *políticos* eram os que participavam da vida da *pólis*; aos *idiotas* cabia, no máximo, preocuparem-se consigo mesmos”.

No Brasil, os movimentos patrióticos que reivindicavam liberdade são, também, os primeiros movimentos para o estabelecimento da cidadania no país.

Estes, em seguida, motivam as lutas pela independência, pela abolição da escravidão e, na República, por alternâncias democráticas (SANTANA, 2011). Entretanto, somente após o fim da ditadura militar, a palavra “cidadania” passa a ser utilizada por grande parte da população, que buscava a construção da democracia no Brasil. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram (CARVALHO, 2004).

Inicialmente, a própria Constituição Brasileira de 1988 era chamada de Constituição Cidadã, pois pensava-se que, ao se conquistar o direito de eleger representantes, a liberdade, a segurança, o emprego e a justiça social estariam garantidos. A Constituição ampliou os direitos vinculados à participação da população na definição dos rumos do país, entretanto:

Problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento (CARVALHO, 2004, p. 8).

A prática da cidadania pode ser estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor (COVRE, 1998). Essa prática exige do indivíduo o conhecimento de seus direitos e a busca por sua validação –por meio da reivindicação e da externalização de opiniões. Segundo Covre (1998, p. 36), “uma vez legislados os direitos (civis, políticos e sociais), eles tornaram-se reivindicáveis pelos cidadãos, que podem lutar para realizá-los efetivamente”. Desta forma, o ser humano passa a ter relevância social. Para Morin (2004, p. 107), “na democracia, o indivíduo é cidadão, pessoa jurídica e responsável; por um lado, exprime seus desejos e interesses, por outro, é responsável e solidário com sua cidade”.

Educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização da participação motivada e competente, da simbiose entre interesses pessoais e sociais, da disposição de sentir em si as dores do mundo (MACHADO, 2001). A essa educação cabe o desenvolvimento intelectual e humano dos indivíduos, possibilitado pelo conhecimento dos meios social e espacial que os cercam, do sentimento de pertencimento à coletividade, da manutenção dos valores de responsabilidade e solidariedade e da construção do senso crítico.

Essa “autoformação” começa na Educação Infantil, uma vez que essa é a primeira etapa da educação básica. Para tanto, na Educação Infantil devem ser desenvolvidos determinados valores nas crianças, os quais seriam, segundo Spodek e Saracho (1998, p. 325), “o respeito pelo valor do indivíduo, os conceitos de liberdade e responsabilidade, a importância da tomada de decisões democráticas e o respeito pela integridade física e pela propriedade das pessoas”. Conforme Bassedas; Huguet e Solé (1999, p. 71, grifos dos autores):

Faz sentido que, por meio do âmbito da experiência, a criança possa sistematizar as suas vivências práticas e cotidianas nos *sistemas sociais mais próximos e nos habitats onde vive* (família e escola), o que lhe permite construir a sua identidade junto aos grupos a que pertence, nas quais pode experimentar agora as vantagens e os inconvenientes da vida em sociedade, a compreensão das normas que a regulam, a sua transgressão e as consequências que isso envolve, bem como a sua própria participação no estabelecimento de pautas que ajudem a regular a atuação; tudo isso desde a vivência que a autonomia crescente proporciona, o que não é alheio ao próprio conhecimento que está sendo construído.

No Brasil, muitas são as normas que norteiam e regulam as práticas educacionais visando ao alcance de seus objetivos. É evidente, no entanto, que suas premissas são básicas e representam, em geral, o ponto principal da proposta nacional para a educação, ficando a critério das instituições de ensino os métodos para colocá-las em prática.

3 Turismo Pedagógico e Cidadania

Embora em alguns círculos, principalmente de leigos, veja-se o turismo apenas como “a indústria de viagens de prazer”, trata-se de um fenômeno que avança para além das questões comerciais e econômicas (MOESCH, 2000, p. 11). O Turismo é um campo de práticas histórico-sociais que pressupõe o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos (GASTAL; MOESCH, 2007). Portanto, trata-se de um fenômeno sociocultural, que envolve processos de estranhamento e gera um profundo valor simbólico aos sujeitos que o praticam.

Turismo e Educação se aproximam devido às relações sociais possibilitadas por essas atividades. Em ambas as áreas, as experiências são muito significativas para o participante, e podem conduzi-lo a entendimentos diversos sobre as relações humanas e as formas de compreender e organizar o mundo (MELO; PERINOTTO; SOUZA, 2011). Andriolo e Faustino (1999) definem o Turismo Pedagógico como a modalidade de turismo que serve às escolas em suas atividades educativas, frisando que o fim maior da atividade não é o lazer. Portanto, a atividade turística deve estar ligada ao ensino, à pedagogia. Nesse sentido, pode-se entender o turismo pedagógico como uma atividade que mescla ensino e turismo, apropriando-se de alguns de seus elementos (DA HORA; CAVALCANTI, 2003). Essas práticas buscam oferecer aos estudantes a oportunidade de aprender na prática os conteúdos de sala de aula, contextualizando-os e sendo, portanto, um facilitador no processo ensino-aprendizagem.

A realização do Turismo Pedagógico pretende reunir a atividade pedagógica, voltada para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do aluno, e a ludicidade, encontrada naturalmente nos passeios (MELO; PERINOTTO; SOUZA, 2011). Conforme Moesch (2000, p. 28) “o conhecimento pertinente é aquele capaz de situar qualquer informação em seu contexto”.

A mobilidade proporcionada pelo turismo pedagógico põe os alunos em contato com muitas pessoas, amplia e enriquece as maneiras de pensar e de atuar, expandindo o acervo cultural (BENI, 1988 apud MELO; PERINOTTO; SOUZA, 2011). Ao desenvolverem-se essas atividades:

Deve haver alguns aspectos do lugar a ser visitado que o distinguem daquilo que é encontrado convencionalmente na vida cotidiana. As experiências turísticas envolvem algum aspecto ou elemento que induz experiências prazerosas, as quais, em comparação com o dia a dia, se situam além do habitual (URRY, 1996, p. 28).

As características fundamentais do Turismo Pedagógico não se expressam pela viagem em si, mas principalmente, por suas motivações, cujas bases estão centradas na aquisição de conhecimentos *in loco* (MILAN, 2007). O estranhamento – fruto da relação estabelecida pelo turista com o novo e com o inesperado, ao experienciar, vivenciar e conviver – pode acontecer dentro da cidade onde o estudante habita. Ainda que essas atividades sejam realizadas em espaços

já conhecidos pelos alunos, é preciso abordar e destacar certos aspectos que diferenciem a experiência naquele lugar das tidas anteriormente. A relevância dessa experiência turístico-pedagógica está na possibilidade de transformação do olhar do morador em um novo olhar, o de turista, da capacidade de perceber de outra forma um espaço já conhecido. Isso possibilita a ampliação de sua percepção do todo, a fim de, posteriormente reconverter esse olhar, para que esse se torne realista, analítico, crítico, o que implica participação.

Essa ideia encontra amparo dentro de algumas correntes pedagógicas, principalmente, as que sofrem influência dos princípios de Célestin Freinet – professor francês do início do século XX, que, ao perceber que o interesse de seus alunos estava fora da sala de aula, desenvolveu a técnica das aulas-passeio, que consistiam em atividades extraclasse. Nessas atividades, as crianças tinham contato com o mundo a sua volta (a natureza, os afazeres das pessoas da vila etc.). Ao retornar para a escola, essas crianças relatavam o que haviam visto, e o que se percebia era um grande entusiasmo. Percebeu-se, então, que essas experiências proporcionavam uma forma mais autêntica de aprendizagem, pois os temas a serem trabalhados se desenvolviam de uma forma mais significativa para as crianças.

O turismo, quando aliado ao desenvolvimento da cidadania a partir da aprendizagem sobre a cidade, pode desempenhar um papel importante na apropriação dessa cidade por parte de seu morador, na medida em que faz a mediação entre espaço e sujeito (ABREU, 2011):

O papel do professor deve ser o de incentivar os alunos a construir o conhecimento da região onde vive, desde os limites territoriais até as características geográficas, econômicas e políticas; essas informações servirão para ele se localizar como cidadão (AB SABER, 2001 apud RAYKIL; RAYKIL, 2005, p. 06).

São essas vivências que possibilitam que os alunos se tornem turistas cidadãos, ou seja, moradores que resgatam a cultura da sua cidade fazendo uso do estranhamento da mesma, ao descobrir, no espaço cotidiano, novas culturas, formas étnicas e oportunidades de lazer e entretenimento.

O turista cidadão irá apropriar-se com maior competência dos espaços e situações. A cidade nos seus fixos deixa de ser

uma desconhecida, mesmo para seus próprios moradores, e torna-se o território familiar ao qual se constrói pertencimento e identificação (GASTAL, 2006, p. 09).

Conforme Milan (2007, p. 32) o “turismo pedagógico propicia ao aluno aprender mais sobre si mesmo, pois, ao vivenciar experiências concretas que fazem parte de sua própria história, passa a ter interesse em preservá-la e até mesmo em enriquecê-la”. Segundo Raykil e Raykil (2005, p. 12), são esses “turistas potenciais que, quando adultos, além de promover o aquecimento da economia dos destinos turísticos, seriam defensores do patrimônio natural e cultural em qualquer parte do mundo”.

O que se pretende, portanto, é organizar:

Situações de aprendizagem relacionadas aos conteúdos curriculares, valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas, tais como o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito ao outro e fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração conjunta de regras de convivência, dentre outras (PERINOTTO, 2008, p. 102).

Como visto, a educação possui papel fundamental na formação do indivíduo e no seu preparo para o exercício da cidadania. É na Educação Infantil que as crianças iniciam seu processo de formação, oportunizado por diversas práticas pedagógicas – todas com a intenção de proporcionar à criança experiências relevantes para o seu desenvolvimento. O turismo possibilita vivências significativas e, por meio do Turismo Pedagógico, essas vivências se tornam aprendizados.

4 O Turismo Pedagógico na Escola Mimo de Gente: as observações *In Loco* e o entendimento da equipe diretiva, dos pais e professores a respeito da atividade

Com o intuito de se compreender se o Turismo Pedagógico, realizado na Educação Infantil, pode contribuir com a educação para a cidadania, realizou-se uma entrevista com profissionais e pais de alunos da Escola de Educação Infantil Mimo de Gente. Também fez-se a observação de duas aulas-passeio: uma, ao Teatro Novo DC, para assistir à peça “Para Sempre Terra do Nunca”, em 23 de

abril de 2012, e, outra, ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, em 19 de junho de 2012. Também foram encaminhados 80 questionários aos responsáveis e 40 às professoras da escola. Desses, retornaram respondidos: 20 questionários de professoras e 20 de responsáveis. Tem-se como base para a análise dos resultados obtidos o estudo bibliográfico realizado acerca dos temas cidadania, educação e turismo pedagógico, apresentados na fundamentação teórica.

O Turismo Pedagógico desenvolvido por meio das aulas-passeio é realizado na Escola de Educação Infantil Mimo de Gente desde sua fundação, no ano de 1990; entretanto, esse termo não era utilizado na escola, pois a direção não estava familiarizada com o seu significado. Ao tomar conhecimento do conceito, a direção, os responsáveis e as professoras afirmaram julgar as aulas-passeio práticas dessa modalidade de turismo. Na escola, essas atividades possuem a denominação de “passeio”, e ocorrem em média, três vezes por ano, sendo direcionadas aos alunos do Maternal 2, Jardim A e Jardim B – de faixa etária de 3 a 6 anos. Das 20 professoras que responderam ao questionário, 12 já realizaram aulas-passeio com seus alunos; 7 não realizaram e 1 não respondeu à questão. Dos 20 responsáveis que responderam ao questionário, apenas 1 afirmou que seu filho não realizou aulas-passeio; os demais participaram de 3 ou mais atividades desta natureza.

Os destinos já visitados pela escola são: teatros, fazendinhas, praças, parques e museus. As opções são limitadas devido ao não preparo de alguns locais para receber crianças nessa faixa etária ou por causa do grande tamanho do grupo. Conforme a Diretora (2012):

“nem sempre tem uma programação que é adequada ou, às vezes, a gente precisa levar um grupo maior e não tem espaço para todo mundo”.

A organização desses passeios – a obtenção de informações sobre as atividades, a capacidade, os valores, a reserva dos espaços, entradas/ingressos e a determinação do transporte a ser utilizado, ou seja, o contato com as empresas e o planejamento das atividades – é feita por um dos membros da direção da escola (que varia conforme quem está disponível no momento), sem o auxílio de qualquer profissional de turismo. As atividades são elaboradas e propostas pelas professoras ao longo do ano letivo, conforme surge a possibilidade de inseri-las nos projetos de trabalho. Conforme salienta Milan (2007, p. 36):

Para garantir um melhor aproveitamento é recomendável, na organização desses eventos, a intervenção de uma agência de

turismo, em razão dos cuidados e precauções necessários ao conforto e à segurança dos viajantes. Além da escolha do meio de transporte, a agência de turismo deve garantir assistência ao participante, contratação de serviços específicos e de um acompanhante técnico especializado, ademais de estar devidamente integrada com os objetivos propostos pela instituição de ensino.

Nas semanas que antecedem as atividades, as professoras trabalham em sala de aula elementos vinculados às aulas-passeios, como: *O que irão encontrar lá? Como devem se comportar?* Em decorrência disso, as crianças se envolvem com a proposta e desenvolvem uma grande expectativa pela chegada do dia do passeio. Durante o período deste estudo, pôde-se acompanhar duas aulas-passeios: a primeira, a um teatro, e a segunda a um museu. Em ambas as atividades participaram cerca de 70 crianças, pertencentes aos níveis: Maternal 2, Jardim A e Jardim B, acompanhadas por duas professoras por turma.

Ao se realizar a observação das aulas-passeio, foi possível perceber que as crianças demonstram sua curiosidade desde a saída da escola (dentro do ônibus), ao descobrir o trajeto; passando por locais conhecidos e desconhecidos apontam e apresentam uns aos outros o que observam. No destino, percebe-se, em um primeiro momento, certa estranheza por parte das crianças, que, aos poucos, vão fazendo descobertas, ficando mais à vontade no novo ambiente. Ao longo da experiência, é possível constatar que muitas crianças se apropriam dos espaços (criam laços afetivos com o meio) e, por meio do contato com novas pessoas (como no caso dos monitores e guias do museu), desenvolvem a sociabilidade, ampliando sua capacidade comunicativa e sua autonomia.

Ao retornar para a escola, após o passeio, as professoras exploram as percepções das crianças, produzindo trabalhos, debatendo sobre o que foi visto, estimulando a participação de todos e o respeito à opinião do outro (o colega), incentivando o desenvolvimento da reflexão, do senso crítico e do respeito ao próximo. O retorno é sempre positivo, pois a maioria das crianças consegue absorver o que é proposto (Diretora).

A Diretora julga fundamental a realização das aulas-passeio, pois

“são formas de aprendizagem fora da escola, que geram um estímulo diferente ao que as crianças estão acostumadas em sala de aula”.

Os responsáveis e professoras, que responderam aos questionários, consideram essas práticas positivas. Para a maioria dos pais, a grande contribuição

dessas atividades para o desenvolvimento de seu filho é a ampliação do conhecimento a partir da realização de descobertas. Ainda, o desenvolvimento do gosto pela cultura e o turismo, foi observado por alguns pais. Em alguns casos, as aulas-passeio são a única possibilidade que a criança tem de conhecer determinados lugares, conforme relato do Responsável 08:

“A escola proporciona passeios que nem sempre a família consegue proporcionar devido à falta de tempo e aos custos que, individuais, são mais caros. Além disso, passear com os amigos que têm o mesmo interesse é mais significativo”.

Algumas professoras percebem a transformação do aprendizado do abstrato (conteúdo de sala de aula) para o concreto como sendo a grande contribuição pedagógica dessas práticas:

“As crianças podem vivenciar na prática o que é passado em sala de aula e ver com outros olhos a ‘teoria’. (Professora 19, grifos da professora)

Constatou-se, a partir da teoria, que o turismo pedagógico pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania se capaz de possibilitar:

- a) atividades que geram interesse nas crianças;
- b) novas descobertas;
- c) interações com o meio social e espacial;
- d) a apropriação dos espaços pelas crianças;
- e) a construção da identidade e da sensação de pertencimento a um grupo;
- f) o desenvolvimento de valores como: responsabilidade e solidariedade;
- g) o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico.

Indagou-se aos responsáveis e às professoras sobre quais desses elementos eram proporcionados pelas práticas de turismo pedagógico às crianças, e 55% deles percebem que são proporcionados todos os itens.

As atividades de turismo pedagógico geram interesse nas crianças, segundo 80% das professoras e 90% dos responsáveis. A Professora 11 afirma que as crianças *“tem mais interesse em aprender em passeios, pois saem da rotina da escola”*. Para Freinet (apud TREVISAN; ANGOTTI, 2009), o processo educativo deve ser construído a partir das necessidades, interesses e curiosidades que a própria criança apresenta, fazendo com que essa torne-se protagonista no seu desenvolvimento.

Todos os responsáveis e professores responderam que esse tipo de atividade proporciona a realização de novas descobertas. Conforme relata a Responsável 12, ao afirmar que nestas atividades *“as crianças têm a possibilidade de conhecer*

novos lugares, outras culturas de forma a interagir com os colegas, o que trará uma nova visão de mundo para elas”.

A interação das crianças com o meio social e espacial durante os passeios é percebida por 75% das professoras e 85% dos responsáveis. Já 55% dos responsáveis e professoras percebem a ocorrência da apropriação dos espaços pelas crianças, e 70% percebem a construção da identidade e da sensação de pertencimento a um grupo. Apropriar-se de um espaço pressupõe a construção de significados e a criação de laços afetivos com o meio. Ao se desenvolver esse vínculo, o indivíduo passa a respeitar, valorizar e cultivar o ambiente, tornando-se solidário a esse.

Fato indispensável à cidadania, conforme Morin (2000, p. 65) “um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria”. Para tanto, não basta apropriar-se dos espaços somente, mas identificar-se com os demais indivíduos que compõem a sociedade em que vive, o que se torna possível a partir da sensação de pertencimento a um grupo. Essa sensação está alicerçada na percepção de afinidades entre as identidades individuais dos sujeitos de uma comunidade. 65% das professoras e 85% dos responsáveis julgam que as práticas de Turismo Pedagógico auxiliam no desenvolvimento de valores como responsabilidade e solidariedade.

Como observado por 90% dos responsáveis e 80% das professoras, o Turismo Pedagógico favorece o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico – fundamentais para a formação da postura ativa exigida pela cidadania:

“Com estas práticas, passeios/turismo pedagógico, a criança aprende a analisar, fazer um contraponto, observar o que lhe é falado com a realidade, há a possibilidade de o indivíduo construir seu próprio conhecimento/cidadão crítico e ativo” (Professora 01).

Pais, professoras e direção acreditam que o turismo pedagógico auxilia no preparo da criança para o exercício da cidadania. Para eles, tal fato se justifica, pois essas atividades proporcionam o respeito ao próximo, ao diferente, ao meio ambiente; o conhecimento de direitos e deveres; o sentimento de pertencimento a um grupo e da valorização do espaço em que vive, entre outros fatores, conforme o relato que segue:

“Acredito que nos passeios podemos envolver valores e ações que contribuem tanto para a interação e o cuidado para com o outro, como para a natureza e a sociedade.” (Professora 18).

Para a Diretora, o turismo pedagógico fomenta o desenvolvimento da cidadania, ao auxiliar no preparo da criança para a vida em sociedade, proporcionando a valorização da história local e o respeito às regras do lugar.

5 Considerações Finais

O Turismo Pedagógico surge como uma prática que busca auxiliar a educação no alcance de seus objetivos. Os saberes encontram-se, muitas vezes, fragmentados, separados em disciplinas, fornecendo aos alunos uma grande quantidade de informação, mas pouco conhecimento. Enquanto isso, as exigências de um mundo globalizado são cada vez maiores, interdisciplinares e complexas.

A educação tem, ainda, o grande dever de preparar os indivíduos para o exercício da cidadania. Essa, por sua vez, pode ser compreendida como elemento essencial para a vida em sociedade, pois confere relevância social aos indivíduos. Para ser cidadão é necessário ter uma postura ativa e crítica diante da coletividade, em que a reivindicação de direitos, o respeito aos deveres e a solidariedade para com os demais indivíduos devem estar presentes. Ao se exercer a cidadania busca-se contribuir para a transformação da sociedade, segundo ideais de liberdade, igualdade e justiça.

O Turismo, então, aliado à educação, oportuniza aos estudantes o aprendizado na prática dos conteúdos de sala de aula, contextualizando-os, ao viabilizar a interação entre o sujeito e o meio, através da vivência *in loco*. Isso é possível por meio das aulas-passeio – atividades extraclasse em que se transportam os alunos para diferentes lugares com finalidade pedagógica.

É crescente o número de instituições de ensino que utilizam o Turismo como prática pedagógica. Tem-se o caso da Escola de Educação Infantil Mimo de Gente como exemplo de viabilidade da proposta. Entretanto, observou-se ser necessária uma maior atenção no que se refere à organização das atividades, uma vez que o planejamento deve ser realizado em conjunto por um profissional da escola e um profissional de Turismo qualificado (agente de viagem e/ou turismólogo especializados), a fim de que sejam somados os conhecimentos educacionais aos conhecimentos sobre os destinos e as empresas prestadoras de serviços (como transporte, alimentação e guia de turismo). O objetivo da aula-passeio deve estar claro para professores, pais e alunos; devem ser elaboradas atividades preparatórias (antes da saída) e conclusivas (após o retorno).

Infelizmente, muitos locais não estão preparados (física ou profissionalmente) para receber grandes grupos de crianças, o que dificulta a realização do Turismo Pedagógico na Educação Infantil; entretanto, essa realidade encontra-se em transformação. Hoje, percebe-se a preocupação de museus, casas de cultura e teatros em adaptar seus espaços e preparar seus funcionários para receber um público com faixa etária cada vez menor.

O Turismo Pedagógico (através das aulas-passeio) tem a capacidade de contribuir com a educação para a cidadania, pois possibilita a ocorrência de atividades de interesse para as crianças, novas descobertas, interação com os meios social e espacial, apropriação dos espaços, construção da identidade e sensação de pertencimento a um grupo e dos valores de responsabilidade e solidariedade, além de desenvolvimento da autonomia e do senso crítico. Nota, ainda, que é fundamental, a difusão do Turismo Pedagógico no meio escolar, a fim de se propagar seus benefícios.

Referências

ABREU, Carina Vasconcellos. *Educação e o turista cidadão: viva o centro a pé*. 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/10/TDE-2012-04-17T151942Z-3758/Publico/437867.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ANDRIOLO, Arley; FAUSTINO, Evandro. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos)

DA HORA, Alberto Segundo Spínola; CAVALCANTI, Keila Brandão. Turismo pedagógico: conversão e reconversão do Olhar. In: REJOWSKI, Miriam; COSTA, Benny Kramer (Org.). *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

GASTAL, Susana. *Turista cidadão: uma contribuição ao estudo da cidadania no Brasil*. 2006. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0338-2.pdf>. Acesso em: 26 set. 2011.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

MACHADO, Nílson José. *Cidadania e educação*. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Ensaios Transversais)

MELO, Karol Monteiro Mota; PERINOTTO, André Riani Costa; SOUZA, Rita de Cássia Alves de. O turismo a serviço da educação: as aulas-passeio promovidas por escola particular em Parnaíba (PI). *Revista Rosa dos Ventos*, Rosa dos Ventos, v. 3, n. 01, 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewArticle/681>>. Acesso em: 5 set. 2011.

MILAN, Priscila Loro. *Viajar para aprender: turismo pedagógico na região dos Campos Gerais – PR*. 2007. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2007-09-12T064409Z-242/Publico/Priscila%20Loro%20Milan.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.

MOESCH, Marutschka. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2004.

PERINOTTO, André R.C. *Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental*. 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=186>>. Acesso em: 5 set. 2011.

RAYKIL, Cristiano; RAYKIL, Eladyr Boaventura. Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino-aprendizagem. *Revista Global Tourism*, São Paulo, v. 2, n. 2, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Turismo%20Pedagogico.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2011.

SANTANA, Marcos Silvio. O Que é Cidadania? Disponível em: <www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>. Acesso em: 29 set. 2011.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olivia N. *Ensinando crianças de três a oito anos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TREVISAN, Graziela; ANGOTTI, Maristela. *Pedagogia Freinet e as contribuições para se pensar a educação infantil atual*. 2009. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_36814451840.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2012.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporânea*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. (Coleção Megalópolis)

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA: ANÁLISE DO CONTEXTO, DO CRESCIMENTO E DA QUALIDADE DE CURSOS OFERECIDOS NO BRASIL

TECHNOLOGICAL COLLEGE COURSES: CONTEXT
ANALYSIS, GROWTH AND QUALITY OF THESE
COURSES IN BRAZIL

Roberto Sarquis Berte *

* Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo. Gerente do Núcleo de Educação Profissional do Senac-RS.

✉ rsberte@senacrs.com.br

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre crescimento e qualidade dos Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos no Brasil. A análise envolve uma avaliação e contextualização desses cursos no país. A partir da abordagem sobre qualidade na educação superior, a evolução desses cursos em termos de crescimento, nos últimos dez anos, é demonstrada com dados extraídos de relatórios do Ministério da Educação MEC/Inep. Por fim, apresenta-se uma comparação entre cursos dessa modalidade e cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil. Este paralelo teve o objetivo de avaliar e comparar alguns indicadores isomórficos: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, Conceito Preliminar de Curso – CPC e Conceito de Cursos – CC. Tais indicadores são reconhecidos pela comunidade acadêmica brasileira como instrumentos que aferem a qualidade da educação superior e são utilizados pelo MEC/Inep para avaliar cursos superiores no Brasil.

Palavras-chave: Educação superior. Avaliação. Enade. Indicador de qualidade.

A b s t r a c t

This paper suggests a reflection on the growth and quality of Technological College Courses in Brazil. The analysis includes a review, and features the contextualization of Technological College Courses in our country. From an approach to quality in higher education, their evolution in terms of growth over the last ten years is presented based on data extracted from the reports of the Ministry of Education MEC / Inep. In the end, it presents a comparison between courses of this modality and bachelor degree programs in Engineering in Brazil. This parallel aims to evaluate and to compare some isomorphic indicators such as *Enade*, CPC and CC which are recognized by the Brazilian academic community as indicators measuring the quality of higher education, used by MEC / Inep to rate degree courses in Brazil.

Key words: Higher education. Evaluation. Enade. Quality indicators.

1 Introdução

O crescimento de mais de dez vezes nas matrículas no ensino superior tecnológico na última década confirma a aposta do país nessa graduação como uma resposta imediata à falta de profissionais qualificados para atender a demandas de trabalho. Os esforços para o desenvolvimento da formação de tecnólogos vêm de governos, entidades de classe e empresas que, junto às instituições de ensino, trabalham na formatação de programas específicos para atender à necessidade de cada região.

Mudanças ocorridas na década de 90 representaram impulsos à proliferação e à diversificação da oferta de cursos tecnológicos no país, abarcando um leque amplo de áreas profissionais. Com relação ao suporte legal, houve a promulgação da Lei Federal nº 8.711/93, que dispôs sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e da Lei Federal nº 8.948/94, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Fatores de ordem socioeconômica desempenharam papel fundamental nessa mudança de trajetória da graduação tecnológica: a histórica contenção de vagas no ensino superior público, o aumento dos concluintes de Ensino Médio sem chances financeiras de arcar com despesas em cursos da oferta tradicional

privada, a diversificação das atividades econômicas, a incorporação das inovações tecnológicas no mundo do trabalho, as mudanças no paradigma do uso da força de trabalho e as recomendações dos organismos internacionais de financiamento e de incentivo à criação dessa alternativa de curso superior no Brasil.

Diversos estudos têm se voltado à reflexão sobre o ensino superior no Brasil. Pesquisadores e docentes, sob diferentes enfoques, têm se mostrado preocupados com sua configuração e expansão, seja em determinadas localidades (CANOPF; FESTINALLI; ICHIKAWA, 2005), na administração (OLIVEIRA; SAUERBRONN, 2007; SILVA; FISCHER, 2008) ou especificamente na administração pública (COELHO, 2008), na graduação presencial e na graduação a distância (TORRECILLAS; MIRAMAR, 2008), ou mesmo na pós-graduação (WOOD JR.; PAULA, 2004; VIANA; MANTOVANI; VIEIRA, 2008). As conclusões variam das constatações sobre o ensino atual em proposições e opções futuras das escolas e do ensino no Brasil e no mundo (FISCHER, 2001; FRIGA; BETTIS; SULLIVAN, 2004).

Contudo, poucos estudos têm apresentado como recorte específico do ensino superior os cursos de graduação situados na educação profissional. Atualmente, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, a educação profissional no Brasil é constituída em três níveis, sendo um deles a educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Neste nível, estão os Cursos Superiores de Tecnologia – CSTs –, cursos de graduação também conhecidos como cursos tecnológicos ou tecnólogos. Os CSTs começaram a ser ofertados na educação profissional brasileira na década de 1970, em função da necessidade de formação e qualificação de trabalhadores para atender à demanda das empresas instaladas no período de industrialização e modernização, promovido pelo governo brasileiro em meados do século vinte.

No entanto, persistia a visão de uma educação para o trabalho associada à formação profissional de classes menos favorecidas. Essa iniciativa não alterou a mentalidade das elites sobre um entendimento que privilegiava, especificamente, os cursos superiores plenos. A influência histórica que marcou esse preconceito manteve-se sobre a educação profissional. Ao longo das últimas seis décadas, a inovação nos processos produtivos passou a requerer cada vez mais dos trabalhadores uma escolaridade básica acompanhada de contínua qualificação profissional.

2 Contexto do setor educacional de nível tecnológico no Brasil

Nos últimos 10 anos, o Brasil passou a fomentar a educação profissional de nível superior como uma resposta estratégica tanto de escolarização quanto de atendimento ao setor produtivo. Alguns fatores parecem ter pressionado essa iniciativa. Um deles é que há um contingente expressivo de alunos formados no Ensino Médio buscando a continuidade dos estudos, resultado da ampliação das vagas na educação básica nos últimos 10 anos. O segundo fator é a pressão que a chamada economia baseada no conhecimento – EBC – coloca sobre os sistemas educacionais para qualificar os trabalhadores de forma que as organizações possam inserir-se na economia globalizada. Um terceiro é a tendência educacional mundial de investimentos na educação profissional. Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, mais da metade dos alunos egressos do Ensino Superior forma-se nessa modalidade de ensino (Parecer CNE/CES no 436/2001).

A partir da nova LDB, conhecida pelo nome de seu idealizador – Lei Darcy Ribeiro –, que entende ser a educação profissional integrada às diferentes formas de educação (Parecer CNE/CP no 29/2002), esse preconceito em relação à educação profissional começou a ser alterado. Esse redimensionamento, proposto nesta Lei e nas regulamentações posteriores, proporcionou o reinício da trajetória do ensino tecnológico no Brasil. A organização e o incentivo dados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) a essa modalidade educacional trouxeram uma nova perspectiva de formação superior para o Brasil, aproximando-a daquela que já existe em outros países (Parecer CNE/CES no 436/2001).

A partir de então, instituições públicas de ensino revitalizaram seus cursos, e os primeiros centros de educação tecnológica (CETs) começaram a ser credenciados pela iniciativa privada (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2003, p.4). Os CETs tiveram um significativo crescimento quanto ao número de vagas, de alunos matriculados e de instituições ofertantes, nos últimos cinco anos no Brasil. Esses cursos são graduações voltadas ao mundo do trabalho, à inovação científica e tecnológica e à gestão de produção e serviços. A principal diferença entre os cursos de graduação tecnológicos, que conferem o diploma de tecnólogo, e os cursos tradicionais de Ensino Superior, que conferem o diploma de licenciatura ou bacharelado, está na proposta e nos propósitos de cada um.

Os cursos tecnológicos vêm atender a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento e estão orientados por características como foco, rapidez e flexibilidade, enquanto as outras modalidades de ensino

superior visam a formar generalistas. Os CSTs são, portanto, cursos distintos das graduações tradicionais (Parecer CNE/CES no 436/2001); entretanto, seus concluintes ficam aptos a prosseguirem seus estudos em nível de pós-graduação.

No Brasil, houve um rápido crescimento dos CSTs a partir de 1999. Segundo o Censo da Educação Profissional, os cursos tecnológicos cresceram 74% entre 2000-02. Em 1999, as faculdades e os CETs ofereciam 74 cursos tecnológicos, enquanto em 2004 esse número passou para 758. Entre estes, 51,8% pertenciam ao setor privado e 48,2% eram ofertados pelo setor público (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2008). Apontado pela mídia como o “novo filão do mercado”, esses cursos tendem a manter seu crescimento. Em 2006, os CSTs representavam 15% das graduações nacionais (BRASIL, 2006b).

A sociedade tem dado respostas ao crescimento da oferta por meio da rápida absorção do tecnólogo no mercado de trabalho. Apesar de ainda modesta, se comparada ao universo de cursos superiores de graduação tradicional, a oferta dessa modalidade tem sido legitimada nos últimos anos pela regulamentação do MEC e pela crescente aceitação social dos cursos.

O Censo da Educação Superior de 2006 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) demonstra que a área de administração é uma das mais procuradas. Segundo esses dados, dos 736.829 alunos que concluíram cursos de graduação presencial — bacharelados, licenciaturas e tecnológicos — em 2006, 299.246 alunos estão na grande área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, ou seja, 40,61%. Entre estes, 123.816 alunos estão nas áreas específicas de comércio e administração e de gerenciamento e administração, ou seja, 16,8% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2008).

O mesmo crescimento tem sido observado nos CSTs em gestão, apesar de não se dispor de informações tão detalhadas quanto as referentes ao Ensino Superior em geral. O predomínio dos cursos superiores, em especial, em Administração no Brasil traz novos desafios ao campo, pois há um contingente de alunos formados com um perfil diferenciado, de especialista nas áreas de gestão. A formação desses alunos demanda dos docentes práticas de ensino específicas e pedagogias próprias. Além disso, uma parcela dos tecnólogos formados passa a buscar continuidade nos estudos em cursos de pós-graduação, uma vez que, legalmente, estão habilitados para tal, inclusive nos cursos *stricto sensu*. Todos esses fatos afetam o grande campo da graduação e pós-graduação, bem como a atuação dos professores e pesquisadores.

Refletir sobre essas questões é o principal desafio deste artigo. No entanto, para discutir sobre esta realidade é necessário compreender o que são os CSTs, descrever sua história, especificidades e crescimento para compreender sua existência e analisar sua inserção no Ensino Superior. Por fim, são apresentados dados e comparações que possam auxiliar no entendimento do crescimento dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil.

3 A evolução da educação profissional de nível tecnológico no Brasil

Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação fazem parte da oferta total de Ensino Superior brasileiro. Enquanto em anos anteriores sua participação no cenário educacional nacional era tímida e até mesmo desconhecida, em termos gerais, agora esses cursos vêm crescendo e se solidificando na rede de ensino, pública e privada, tornando-se reconhecidos e, gradativamente, aceitos no mercado de trabalho e na sociedade.

Esse panorama começa a alterar-se a partir da nova LDB, quando a educação profissional começa a passar por profundas mudanças no Brasil. Com isso, o mesmo crescimento que pode ser observado na oferta de cursos bacharelados na área de Administração, também é visto nos cursos tecnológicos, ou CSTs, em Gestão. Para explorar este cenário, serão enfocados os aspectos legais e os dados estatísticos que são relevantes para alcançar o objetivo do artigo.

A Tabela 1 indica os resultados do número de matrículas por grau acadêmico no período de 2001 a 2010. Conforme descrito na seção Metodologia, deve-se ressaltar que, em 2010, deixa de existir a caracterização “Bacharelado e Licenciatura”, o que implica algumas ponderações na análise da evolução do número de matrículas nos cursos de licenciatura ou de bacharelado. Pode-se observar uma elevação significativa da proporção de matrículas nos cursos tecnológicos, que passaram de 2,3% para 12,3% ao longo do período.

Ano	Total	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Tecnólogo	Não Informado	Não Aplicável ¹
2001	3.036.113	2.036.724	279.356	648.666	69.797	1.570	...
2002	3.520.627	2.340.407	306.465	789.575	81.348	2.832	...
2003	3.936.933	2.600.193	332.885	885.384	114.770	3.701	...
2004	4.223.344	2.788.406	344.570	928.599	158.916	2.853	...

¹ A categoria “Não Aplicável” corresponde à Área Básica de Curso.

2005	4.567.798	3.001.095	356.605	970.331	237.066	2.701	...
2006	4.883.852	3.172.626	361.093	1.023.582	325.901	650	...
2007	5.250.147	3.419.495	345.778	1.062.073	414.822	7.979	...
2008	5.808.017	3.772.939	333.024	1.159.750	539.651	2.653	...
2009	5.954.021	3.867.551	214.028	1.191.763	680.679
2010	6.379.299	4.226.717	...	1.354.989	781.609	...	15.984

Tabela 1 – Evolução do Número de Matrículas por Grau Acadêmico Brasil – 2001- 2010

Fonte: MEC/Inep

Ao considerar a modalidade de ensino na distribuição do número de matrículas por grau acadêmico, observa-se que, em 2010, os cursos presenciais atingem os totais de 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 de grau tecnológico. A educação a distância, por sua vez, soma 426.241 matrículas de licenciatura, 268.173 de bacharelado e 235.765 em Cursos Superiores de Tecnologia (CST). Os percentuais representativos desses dados são apresentados no Gráfico 1.

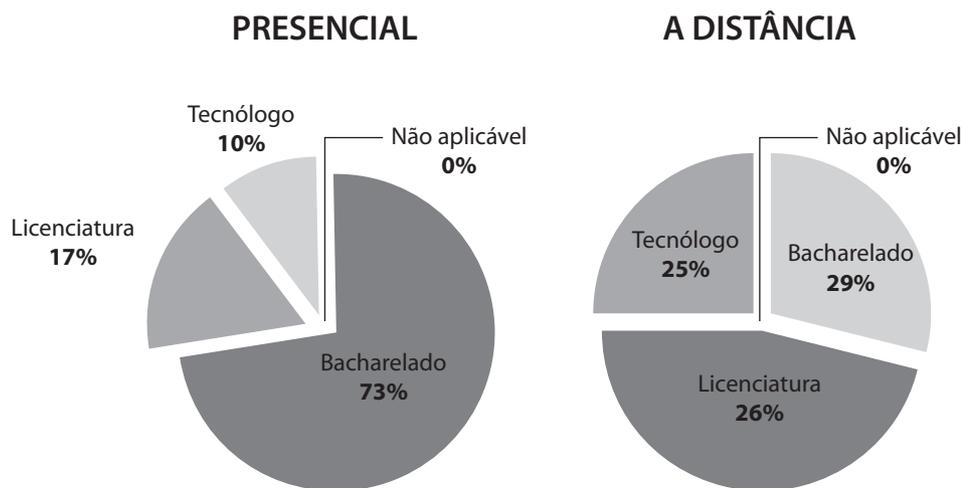


Gráfico 1 – Distribuição do Número de Matrículas de Graduação por Grau Acadêmico e Modalidade de Ensino – Brasil – 2010²

Fonte: MEC/Inep, 2013

² A categoria “Não Aplicável” corresponde à Área Básica de Curso

O número de matrículas nos cursos tecnológicos, em 2001, era de 69.797 e atingiu, em 2010, um total de 781.609 – aumento de mais de dez vezes no período (Gráfico 2). O crescimento dos CST aponta no sentido dos investimentos na educação profissional e tecnológica de nível superior, principalmente pela iniciativa privada, mas também pela expansão dos IFES (Institutos Federais de Ensino Superior).

O número de matrículas nessas instituições em CST aumentou 481% de 2001 para 2010. Do total de 63.481 matrículas em cursos tecnológicos das Instituições Federais no ano de 2010, 47.439 estão nos IFES.

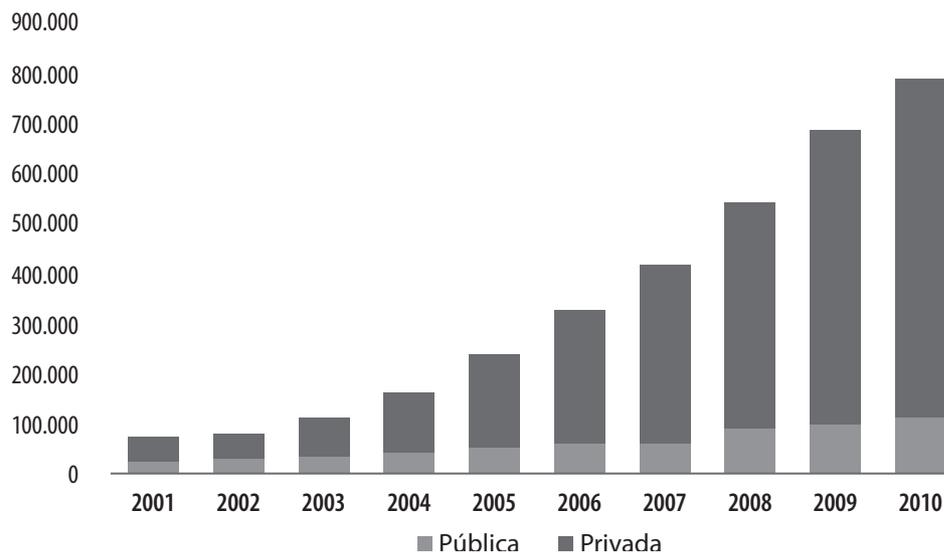


Gráfico 2 – Evolução número de matrículas – 2001-2010

Fonte: MEC/Inep, 2013

O Gráfico 3 ilustra a tendência de crescimento observada para as matrículas dos CST presenciais e a distância ao longo do período.

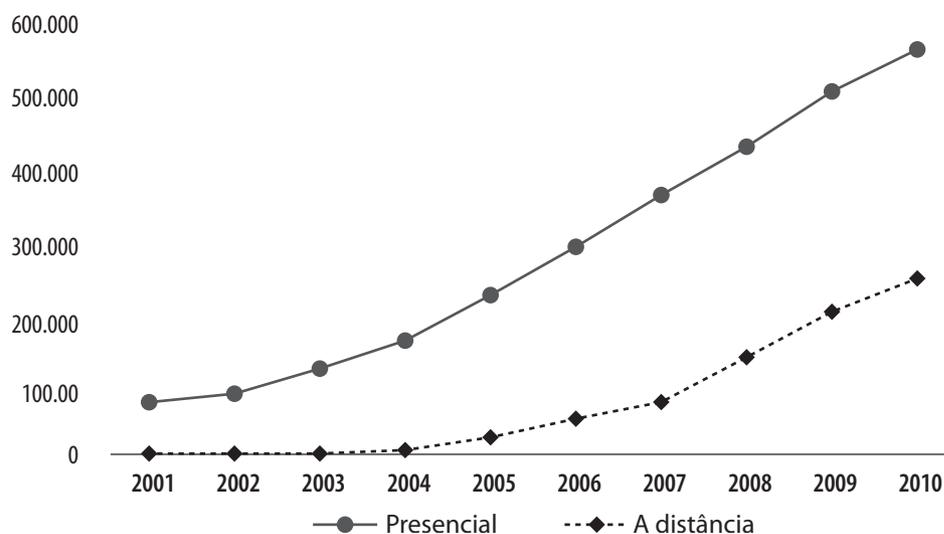


Gráfico 3 – Evolução do Número de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia por Modalidade de Ensino – Brasil – 2001-2010

Fonte: MEC/Inep

4 A qualidade na educação superior, em especial, nos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil

A qualidade no domínio da educação profissional e nos CSTs tornou-se uma questão de importância crescente, tanto para os investigadores e profissionais da educação, como para a comunidade em geral (VIEBRANTZ, 2010). Uma variedade de abordagens sobre qualidade tem sido desenvolvidas e implementadas em diferentes setores como, por exemplo, no ensino superior (CRUICKSHANK, 2003), nas escolas, na educação profissional e tecnológica (GREENWOOD; GAUNT, 1994), no setor de educação a distância (YASIN et al., 2004), ou na indústria de serviços em geral (DOUGLAS; FREDENDALL, 2004; ITTNER; LARCKER, 1997).

As abordagens sobre qualidade em educação diferem em vários aspectos, como âmbito ou metodologia. Morosini (2001), ao examinar diferentes concepções de qualidade, busca relacioná-las com estratégias advindas de experiências internacionais, considerando que estas têm sido encaradas como modelos para a realidade brasileira. A pesquisadora, no ensaio denominado *Qualidade Universitária: isomorfismo, diversidade e equidade*, registra que a noção de qualidade na educação apresentava três tipos ideais, os quais poderiam ser encarados como modelos para a realidade brasileira: a qualidade isomórfica, a qualidade da diversidade e a qualidade da equidade.

4.1 Qualidade Isomórfica

Teorias organizacionais de administração universitária concebem a qualidade como um processo caracterizado por um conjunto de fases: planejamento, ação, avaliação e promoção. No final dos anos 1980 e década seguinte, foi registrado o desvirtuamento da concepção de qualidade, como um conjunto de fases, para a predominância de uma dessas fases, a da avaliação. São identificadas, no tempo e no espaço, diversas concepções e práticas de avaliação: a) desde aquelas avaliações dirigidas, prioritariamente, por princípios financeiros até aquelas dirigidas pela qualidade como substrato educativo; b) desde as baseadas em metodologias que objetivavam simplesmente a avaliação *per se* até aquelas que objetivavam a avaliação para credenciamento; c) desde as que avaliavam programas de estudos até aquelas que avaliavam instituições.

Nesta postura, a qualidade, segundo Morosini (2001), tende ao conceito de isomorfismo e padronização e são identificados diversos tipos e padrões de

qualidade basicamente voltados ao mercado. Nos últimos anos, alguns países da União Europeia, liderados pelo Reino Unido e também a Austrália, vêm desenvolvendo a ideia de que a qualidade universitária está relacionada com empregabilidade. Knight e Yorke (2003) registram que a empregabilidade é multidimensional e muito complexa de ser avaliada e constroem um modelo – USEM, composto de três fatores: qualidades pessoais (E), habilidades-chave (S) e o processo de desenvolvimento destas habilidades (U), metacognição, além, da categoria tradicional, de conteúdos (MOROSINI, 2001).

4.2 Qualidade da especificidade

É o conceito de qualidade que se encerra nas tendências à diversidade. Trazem consigo indicadores de standardização, paralelos à preservação das especificidades. A UNESCO considera qualidade e diversidade os eixos das políticas educativas. No documento “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação”, resultante da Conferência Mundial sobre Ensino Superior (1998), qualidade em Educação Superior

é um conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades: ensino, programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, ambiente acadêmico em geral. Uma autoavaliação interna e transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade. Devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem fazer parte integrante do processo de avaliação institucional. (ART. 11, Alínea.a). (DELORS, 2006, p.47)

A União Europeia tem capitaneado a concepção de busca de qualidade com respeito às especificidades. Tal postura tem como pano de fundo a concepção do processo de integração entre países: muito mais pelas diferenças do que pelas similaridades. Não há imposição de um padrão único, certo, mas o fortalecimento de princípios e ações “que deram certo” e a disseminação de tais modelos para vencer os desafios de padrões insuficientes. Entre as inúmeras estratégias para o

fortalecimento das nações a serem desenvolvidas, são apontados os projetos-pilotos, as recomendações sobre Qualidade na Educação Superior e o estabelecimento de uma rede de qualidade, European Quality Assurance Network – ENQA.

4.3 Qualidade da equidade.

Duas ideias prévias são defendidas nesta postura: qualidade e equidade são conceitos inseparáveis; e a comunidade educativa é responsável pela aplicabilidade e pelo êxito ou fracasso de políticas educativas de qualidade com equidade. São citados nove fatores-chave para a busca da qualidade com equidade:

- extensão da educação;
- tratamento da diversidade;
- autonomia escolar;
- currículo/autonomia curricular;
- participação da comunidade educativa e gestão dos centros;
- direção escolar;
- professorado;
- avaliação;
- inovação e investigação educativas.

É ressaltado que a qualidade está para além da simples padronização de indicadores, abarcando estudos qualitativos e quantitativos (INCE, 1999).

A postura de qualidade com equidade também é defendida pela UNESCO. Na Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe (PROMEDLAC VII), os ministros de educação concluíram com a adoção da Declaração de Cochabamba, dando seguimento ao Foro Mundial sobre a Educação, em Dakar, abril de 2000.

Parte-se da aceitação que o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação deve ocorrer no marco de um projeto social e educativo comprometido com a equidade e com a qualidade. ...não podemos esquecer que a opção por tornar mais eficientes estas aprendizagens deve considerar mais as potencialidades do que as pessoas – e muito particularmente os professores – e o respeito às identidades culturais, antes que as próprias promessas da tecnologia. (FORO MUNDIAL, 2000, p.4).

5 A relação entre a qualidade na educação superior: o exemplo do Bacharelado em Engenharia e de Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil

Embora as questões de qualidade envolvam os conceitos já demonstrados sobre especificidade e equidade, para que possamos realizar uma comparação mais sintética e objetiva da qualidade dos Cursos Superiores de Tecnologia neste artigo, utilizaremos preponderantemente o conceito do isomorfismo. Neste sentido, valer-nos-emos de dados disponibilizados pelo Inep, acerca da qualidade medida, especialmente pelos indicadores, Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), CPC (Conceito Preliminar de Curso) e CC (Conceito de Curso), para fazermos uma comparação com os mesmos dados referentes aos bacharelados de Engenharia no Brasil. A escolha deve-se principalmente pela similaridade em relação aos aspectos técnicos entre os cursos citados, pelos atributos de seus currículos estarem próximos às demandas da realidade do mundo do trabalho e pelos conceitos teóricos cuja aplicabilidade pode ocorrer de forma imediata.

Dentro desta perspectiva, elaboramos uma análise e consolidação dos dados disponíveis no MEC/Inep acerca dos indicadores propostos para a avaliação Enade, CPC e CC dos cursos citados no Brasil, identificando quais foram os conceitos obtidos por esses cursos no Brasil no ano de 2011.

	Cursos Tecnólogos no Brasil			
	Enade	CPC	CC	Total
Conceito 1	46	13	1	60
Conceito 2	176	180	24	380
Conceito 3	214	223	469	906
Conceito 4	94	69	753	916
Conceito 5	38	3	128	169
	568	488	1.375	2.431

Tabela 2 – Conceitos obtidos nos indicadores citados pelos Cursos Tecnólogos no Brasil no Ano de 2011

Fonte: MEC/Inep

Na Tabela 2, podemos observar os conceitos que obtiveram os Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil em relação ao Enade, CPC e CC. Se considerarmos

o Conceito 3 como padrão de corte, podemos perceber que, em relação ao indicador CC, dos 1.375 cursos que tiveram seus dados e conceitos publicados no ano de 2011, 1.350 obtiveram Conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5). Ou seja, cerca de 98% dos CSTs analisados e que tiveram seus conceitos publicados no ano de 2011 obtiveram Conceito 3 ou superior neste indicador.

Se considerarmos o Conceito 3 como padrão de corte, podemos perceber que, em relação ao indicador CPC, dos 488 Cursos que tiveram seus dados e conceitos publicados no ano de 2011, 295 obtiveram Conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5). Ou seja, cerca de 60% dos CSTs analisados, que tiveram seus conceitos publicados no ano de 2011, obtiveram Conceito 3 ou superior neste indicador.

Fazendo uma análise apenas pelo indicador do Enade, chegamos ao Gráfico 4, demonstrado abaixo:

Enade - Tecnólogos

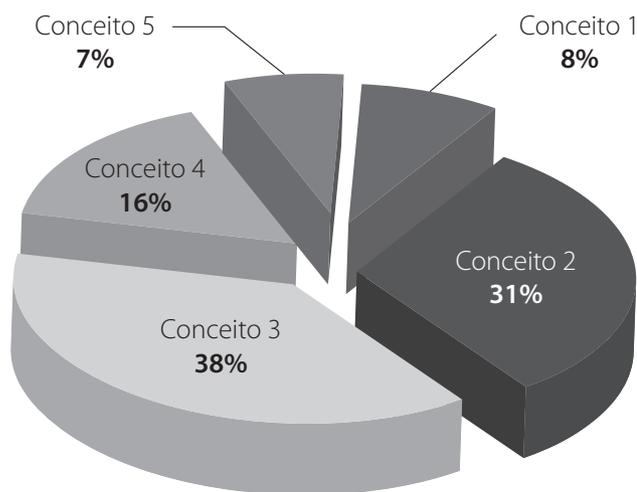


Gráfico 4 – Resultado Enade dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil em 2011

Fonte: MEC/Inep

Se observarmos o gráfico acima e novamente considerarmos o Conceito 3 como padrão de corte, podemos perceber que, no total geral dos 568 cursos que prestaram o Enade e tiveram seus dados e conceitos publicados no ano de 2011, 346 obtiveram conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5). Ou seja, cerca de 61% dos CSTs analisados, que tiveram seus conceitos publicados no ano de 2011, obtiveram conceito 3 ou superior.

Para que possamos fazer a comparação com os bacharelados de Engenharia no Brasil, utilizaremos as mesmas bases de dados comparativos. Vejamos então, na Tabela 3, os dados em relação ao Enade, CPC e CC dos bacharelados de Engenharia no Brasil.

	Bacharelado de Engenharia no Brasil			
	Enade	CPC	CC	Total
Conceito 1	109	12	1	122
Conceito 2	351	261	23	635
Conceito 3	318	462	294	1.074
Conceito 4	175	215	487	877
Conceito 5	94	47	177	318
	1.047	997	982	3.026

Tabela 3 – Conceitos obtidos nos indicadores citados pelos bacharelados de Engenharia no Brasil no Ano de 2011

Fonte: MEC/Inep

Na Tabela 3, podemos observar a quantidade dos bacharelados em Engenharia no Brasil e os conceitos que obtiveram em relação ao Enade, CPC e CC. Se considerarmos o Conceito 3 como padrão de corte, podemos perceber que, em relação ao indicador CC, dos 982 Cursos que tiveram seus dados e conceitos publicados no ano de 2011, 958 obtiveram Conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5). Ou seja, cerca de 98% dos bacharelados em Engenharia no Brasil analisados, que tiveram seus conceitos publicados no ano de 2011, obtiveram Conceito 3 ou superior neste indicador.

Se considerarmos o Conceito 3 como padrão de corte, podemos perceber que, em relação ao indicador CPC, dos 997 cursos que tiveram seus dados e conceitos publicados no ano de 2011, 724 obtiveram Conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5). Ou seja, cerca de 73% dos bacharelados em Engenharia no Brasil analisados, que tiveram seus conceitos publicados no ano de 2011, obtiveram Conceito 3 ou superior neste indicador.

Fazendo uma análise agora apenas pelo indicador do Enade chegamos ao Gráfico 5 demonstrado a seguir.

Enade - Bacharelado Engenharia

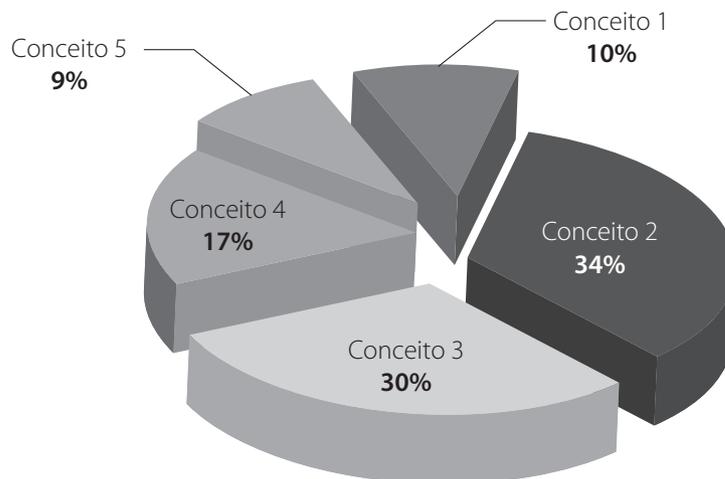


Gráfico 5 – Enade dos Cursos de bacharelado em Engenharia no Brasil no Ano de 2011

Fonte: MEC/Inep

Se observarmos o gráfico acima e novamente considerarmos o Conceito 3 como padrão de corte, podemos perceber que, no total geral dos 1.047 cursos que prestaram o Enade e tiveram seus dados e conceitos publicados no ano de 2011, 587 obtiveram conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5). Ou seja, cerca de 56% dos bacharelados em Engenharia no Brasil analisados, que tiveram seus conceitos publicados no ano de 2011, obtiveram conceito 3 ou superior.

Na comparação entre os Cursos Superiores de Tecnologia e os Cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil, utilizando os indicadores Enade e o Geral, e considerando seus conceitos publicados no ano de 2011, que obtiveram Conceito 3 ou superior (Conceito 3, Conceito 4 e Conceito 5), podemos observar que o padrão de qualidade, assim medido, nos Cursos Superiores de Tecnologia é ligeiramente superior no Enade, 61% dos Cursos Superiores de Tecnologia contra 56% nos Cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil; menor no CPC, 60% dos Cursos Superiores de Tecnologia contra 73% nos Cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil, e igual no CC, 98% dos Cursos Superiores de Tecnologia contra 98% nos Cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil.

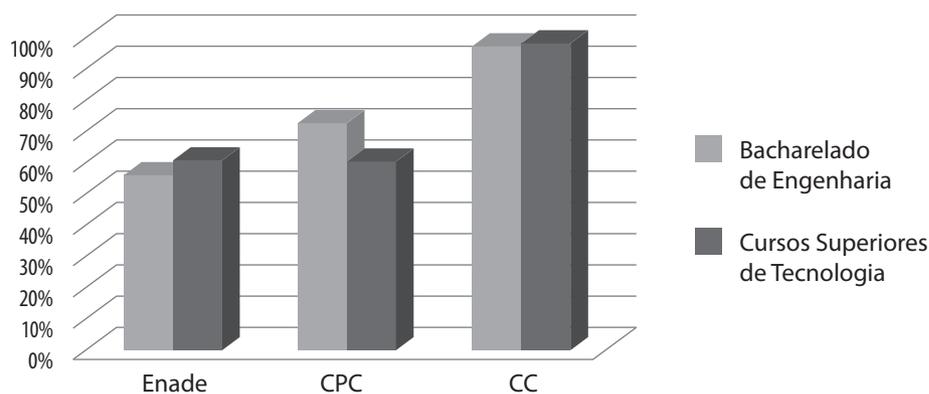


Gráfico 6 – Comparação entre os cursos de bacharelado de Engenharia e Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil - ano de 2011

Fonte: MEC/INEP, 2013

Considerações finais

Este artigo propôs uma reflexão sobre o crescimento e a qualidade dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) oferecidos no Brasil. A análise envolveu uma avaliação e contextualização dos CSTs no Brasil, sua evolução em termos de crescimento nos últimos dez anos demonstrada com dados extraídos dos relatórios no MEC/Inep, uma abordagem sobre qualidade na educação superior e, por fim, uma comparação com os Cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil. Esta comparação teve apenas o objetivo de avaliar e comparar alguns indicadores isomórficos (Enade, CPC e CC) reconhecidos pela comunidade acadêmica brasileira como indicadores que medem a qualidade da educação superior e que são utilizados pelo MEC/Inep para fazer a avaliação dos cursos superiores no Brasil.

Os CSTs são cursos de graduação direcionados a desenvolver a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos e habilidades essenciais ao desempenho de atividades vinculadas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Os profissionais formados nessa modalidade de ensino denominam-se tecnólogos. São profissionais de nível superior, voltados à produção e à inovação científico-tecnológica e capacitam-se para gestão de processos de produção de bens e serviços. Os cursos têm menor duração porque se concentram no mundo produtivo. A carga horária, dependendo do curso, fica entre 1.600 e 2.400 horas - equivalente a um período de dois a quatro anos.

Na comparação entre os Cursos Superiores de Tecnologia e os Cursos de Bacharelado em Engenharia no Brasil, foram considerados aqueles publicados no ano de 2011 que obtiveram Conceito 3 ou superior, observando o padrão de qualidade assim medido.

Pelos dados e gráficos demonstrados ao longo do artigo, observamos que a qualidade dos indicadores dos Cursos Superiores de Tecnologia é ligeiramente superior no indicador Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), um pouco inferior no CPC (Conceito Preliminar de Curso) e igual no CC (Conceito de Curso), em relação aos indicadores de qualidade dos Bacharelados em Engenharia no Brasil.

Este artigo não pretende esgotar o estudo de variáveis que podem influir no crescimento e na qualidade dos CSTs no Brasil, mas estes indicativos da qualidade auferida, junto a outras questões já citadas neste artigo e ainda não analisadas, podem justificar o crescimento de mais de dez vezes nas matrículas no ensino superior tecnológico na última década no Brasil.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. *Educação profissional de nível tecnológico*. Maio 2003.

BRASIL. *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997*: Regulamenta o §2o do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal n. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 02/06/2012.

_____. *Parecer n. 29, 2002*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 02/06/2012

_____. *Parecer n. 436, 2001*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 02/06/2012

_____. *Catálogo Nacional dos Cursos superiores de tecnologia*. 31 jul. 2006b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 02/06/2012

CANOPE, L.; FESTINALLI, R. C.; ICHIKAWA, E. Y. A expansão do ensino superior em administração no sudoeste do Paraná: reflexões introdutórias. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 3, p. 79-97, jul./set. 2005.

COELHO, F. S. Uma radiografia do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1995-2006). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 2008. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

CRUICKSHANK, M. Total quality management in the higher education sector: a literature review from an international and Australian perspective. *TQM & Business Excellence*, Austrália, v. 14, n. 1, p. 59-67, dez. 2003.

DOUGLAS, T. J.; FREDENDALL, L. D. Evaluating the deming management model of total quality in services. *Decision Sciences*, Washington, DC, v. 35, n. 3, p. 393-422, July/Sept. 2004.

FISCHER, T. M. D. A difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. *Revista de Administração Contemporânea*, Edição Especial, p. 123-139, 2001.

FRIGA, P. N.; BETTIS, R. A.; SULLIVAN, R. S. Mudanças no ensino em administração: novas estratégias para o século XXI. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 1, p. 96-115, jan./mar. 2004.

GREENWOOD, M. S.; GAUNT, H. J. *Quality management for schools*. London: Cassell, 1994.

HARVEY, Lee. New Realities: the relationship between higher education and employment. European Association of Institutional Research. Lund: August, 1999. Disponível em: <www.uce.ac.crq/publications/cp/eair99>. Acesso em: 15 set. 2000.

INCE. Equidad y calidad en educación. *Revista de Educación*, Madrid, n. 319, mayo/ago. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. *Censo da Educação Profissional*, 1999. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: abr. 2008.

ITTNER, C. D.; LARCKER, D. F. Quality strategy, strategic control systems, and organizational performance. *Accounting, Organizations and Society*, Washington, DC, v. 22, n.3/4, p. 293-314, Apr./May 1997.

KNIGHT, Peter; YORKE, Mantz. *Assesment, learning and employability*. London: The Society for Research into Higher Education & Open University Press, 2003.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade, *Interface, Comunic, Saúde. Educ*, v.5, n.9, p.89-102, 2001.

OLIVEIRA, F. B.; SAUERBRONN, F. F. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. *RAP*, v. 41, ed. especial comemorativa, p. 149-170, 2007.

SILVA; M. R.; FISCHER, T. Ensino de administração: um estudo da trajetória curricular de cursos de graduação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

TORRECILLAS, G. L. S.; MIRAMAR, R. M. V. Educação a distância na administração e em outras graduações: a experiência de uma IES do Distrito Federal. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

VIANA, A. B. N.; MANTOVANI, D. M. N.; VIEIRA, A. R. Análise dos programas de pós-graduação avaliados pela Capes: relação entre conceitos dos programas e índice de publicação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32., Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

VIEBRANTZ, R. *A Qualidade da graduação na educação superior tecnológica no Brasil: Impactos e Desafios*. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2010. 405 p. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2542>. Acesso em: 10 maio 2010.

WOOD JR., T.; PAULA, A. P. P. O fenômeno dos MPAs brasileiros: hibridismo, diversidade e tensões. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 1, p. 116-229, jan./mar. 2004.

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL DE GRADUAÇÃO (PEG) NA ATUAÇÃO DO ALUNO-DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ANALYSIS OF THE CONTRIBUTION OF A SPECIAL
UNDERGRADUATION PROGRAM (PEG) WITH
STUDENT PERFORMANCE - TEACHERS IN
VOCATIONAL EDUCATION

Eduardo Pauli *

Elvino Michel **

Helenesio Cabral ***

Karla Marques da Rocha ****

Láise Chaves *****

R e s u m o

O Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (PEG), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vem atender à demanda de formação pedagógica para os profissionais que atuam, ou pretendem atuar, como professores na Educação Profissional. A busca pelo aperfeiçoamento na docência é unânime entre aqueles que ingressam no curso; entretanto, buscamos, através da pesquisa apresentada neste artigo, analisar a contribuição do PEG na vida profissional do aluno, enquanto professor já atuante na docência. Para isso, buscamos por meio de uma pesquisa quantitativa com alunos do 1º e do 3º semestres, respostas que pudessem nos levar a reflexões acerca deste trabalho. Avaliamos desta forma que os alunos ingressam no curso sem ter clareza dos objetivos do programa, mas sim esperando que o curso proponha técnicas e

* Bacharel em Sistemas de Informação e Licenciado no Programa de Graduação Especial de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

✉ edupauli@gmail.com

** Bacharel em Administração - Comércio Exterior e licenciado no Programa de Graduação Especial de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

✉ elvinomichel@hotmail.com

*** Tecnólogo em Irrigação e Drenagem e Licenciado no Programa de Graduação Especial de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica na UFSM. Especialista em Geomática e Mestrando em Engenharia Civil e Ambiental pela mesma instituição.

✉ helenesio@yahoo.com.br

**** Graduada em Educação Física pela UFSM. Graduada em Geografia pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA). Especialista em Interpretação de Imagens Orbitais e Sub-Orbitais (UFSM). Mestre em Educação (UNIFRA). Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora adjunta da UFSM.

✉ karlarocha@terra.com.br

***** Bacharel em Turismo e licenciada no Programa de Graduação Especial de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica na UFSM.

✉ laise_chaves@hotmail.com

metodologias para melhoramento de sua atuação profissional frente às salas de aula. Percebe-se a desinformação dos alunos quanto aos objetivos do curso. Mesmo com a apresentação do curso, que é feita a cada ingresso de novos alunos, a função do PEG não fica clara. A própria contagem de evadidos a cada semestre, não contemplada por esta pesquisa, pode ser uma das formas de verificar o contentamento e satisfação dos alunos do programa.

Palavras-chave: Formação de Professores. Aluno-docente. Expectativas.

Abstract

The Special Program of Undergraduate Teacher Training for Vocational Education (PEG), at the Federal University of Santa Maria, meets the demands of pedagogical training for professionals who work or intend to work as teachers in Vocational Education. The search for improvement in teaching is unanimous among those who enter the course, however, through this research we seek to analyze the contribution of PEG in the student's professional life as a teacher already active in teaching. For this, we sought answers that could make us think about this work through a qualitative and quantitative survey with students of the 1st and 3rd semesters. We concluded that the students enter the course without having the objectives of the program clear, but hoping that the course gives them techniques and methodologies for improving their professional performance while facing the classrooms. We can notice the misinformation of the students regarding the course objectives. Even with the presentation of the course, which is done to every new students, the role of PEG is not clear. Even the count of dropouts each semester, not covered by this research, can be one way to check the contentment and satisfaction of the students in the program.

Keywords: Teacher Education. Student-teacher. Expectations.

1 Introdução

O Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica (PEG) da Universidade Federal de Santa Maria – RS (UFSM) foi criado com o objetivo de formar professores em nível superior para a docência na Educação Profissional. Os alunos ali são capacitados para atuarem como professores no Ensino Médio, nas disciplinas técnicas, em espaços escolares e não escolares. Ressalta-se, com o programa, a necessidade de qualificação profissional para aqueles que desejam exercer ou exercem a docência, sem muitas vezes terem tido oportunidade de uma formação pedagógica condizente com a necessidade da profissão.

Nas convivências em sala de aula, é possível observar que os perfis de alunos são bastante distintos e se dividem entre aqueles que não atuam na docência e aqueles que já fazem parte de um quadro professoral. Diante disso, buscamos a resposta para a seguinte questão: *qual é a contribuição que o PEG tem na vida profissional do aluno, enquanto professor já atuante na docência?*

Sendo assim, a pesquisa, ora relatada neste artigo, objetiva analisar a contribuição do PEG na vida profissional do aluno enquanto professor já atuante na docência. Nesse sentido, busca elencar os principais apontamentos feitos pelos alunos-docentes, como fatores relevantes para o melhoramento de sua atuação profissional, identificando, a partir desses apontamentos, qual é a contribuição que o programa traz para o aluno que já é docente.

O tema proposto é de fundamental importância, pois através dele criamos e/ou aprimoramos as habilidades de analisar, avaliar, compreender e sistematizar. Também faz parte do conceito de pesquisa o currículo, que não é somente uma lista de conteúdos, mas é também a expressão da função social da escola. Avaliar não é somente observar no sentido de perceber as múltiplas dimensões, o processo de aprendizagem, os conceitos, conteúdos e habilidades; é também perceber a aplicação que o aluno mostra-se capaz de dar aos conhecimentos aprendidos e às habilidades em outras situações de aprendizagem.

O processo de educação inclui as etapas de aprender, evoluir, crescer, adaptar-se, criar e inovar. As tecnologias educacionais precisam ser utilizadas de forma que privilegiem os processos significativos de ensino e de aprendizagem (processos de criação); a metodologia investigativa pode contribuir de forma significativa na aprendizagem; o professor não é mais um mero transmissor de conhecimento (neste caso, as tecnologias são mais dinâmicas e eficientes), e sim um mediador da construção do mesmo.

2 A Educação e a Formação Profissional

A educação é um fenômeno que pode ser observado em qualquer sociedade e nos grupos que a constituem. É sabido que a educação não se dá somente no ambiente escolar, mas no convívio e nas práticas das diferentes culturas, nos hábitos, costumes e valores. Estes vão sendo transferidos para as novas gerações desde o comportamento de ser, estar, agir e conviver, respeitando as individualidades de cada um. (MARQUES, 2000, pg.73).

De acordo com Freire, M., “não existe docência sem discência [...]” (FREIRE M., 2003, p. 23). Assim, vimos a importância do aluno, da escola, suas características, sua estrutura física e de capital humano, da sua política pedagógica, de seus objetivos e suas concepções, da importância da integração da escola com a família e com a sociedade, a fim de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem e da qualidade de nosso ensino.

Freire (1996, 42 e 96) enfatiza também que não há inteligibilidade que não seja comunicação, intercomunicação, dialogicidade. Neste sentido, ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades necessárias para a sua construção. Torna-se fundamental que professores e alunos tenham uma postura de diálogo, aberta, indagadora, curiosa.

As aulas serão sempre um novo fenômeno no qual a comunicação didática apresenta-se em suas múltiplas formas de desafios para cada sujeito envolvido em sua criação: “[...] por ser social, nossa existência, por ser social nossa palavra, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais” (FREIRE, 1987, p. 78).

Demo (2000, p. 32) reforça que, na dimensão pedagógica, inclui-se a capacidade de saber pensar, com base no raciocínio, e o aprender a aprender conjugando reciprocamente teoria e prática. É mais, vinculadas à relação entre educação e sociedade, “a pesquisa busca na prática a renovação da teoria e na teoria a renovação da prática” (2000, p. 9).

Uma das formas de integrar teoria e prática é a teorização das práticas, que significa, segundo Demo (2000, p. 43),

Tomar práticas como ponto de partida para a crítica e autocrítica, elaborar esse questionamento, descobrindo suas lacunas, e reinventar a própria prática. Do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e vigor, assim toda a prática precisa voltar à teoria, para poder renascer.

Zeichner (1993, p. 18) diz que “[...] a reflexão não é um conjunto de técnicas que possam ser empacotadas e ensinadas aos professores”. O professor aprende com a sua própria experiência; é conhecimento através da análise. E complementa: “[...] ser reflexivo é uma maneira de ser professor”.

Segundo Arroyo (2002), a escola deve ser um local de direitos e humanização, pois educar é mais que revelar saberes; é a própria revelação da condição humana de quem ensina e de quem aprende. O que é ensinado é menos importante do que a postura da professora ou do professor. A questão não é o que se aprende, mas como se ensina. E não apenas como se ensina aos alunos, mas pensando-se em toda a comunidade educativa, avaliando-se o projeto educativo, buscando-se encontrar novas soluções para os problemas vivenciados (ALARCÃO, 2003).

Seria interessante que os educadores tivessem um interlocutor que instigasse seu olhar, provocando-as em suas certezas e problematizando suas práticas para que assim elas pudessem abrir-se ao mundo, aventurando-se (FREIRE, M., 2003). A arte do ofício do mestre é conseguir transmitir o conhecimento técnico, ajudar na construção de competências, mas, ao mesmo tempo, desenvolver nos alunos o respeito às diferenças, à liberdade de cada um e estimulá-los a serem autônomos e terem suas próprias ideias (ARROYO, 2002).

A prática que envolve o ensino e a aprendizagem deve ser construtiva, ou seja, despertar no aluno a vontade de aprender, de querer mais e melhor. Esse é o grande desafio da educação inovadora, que corresponde ao docente construir um projeto de educação no qual teoria e prática formem uma unidade e produzam conexões entre os conteúdos com os acontecimentos do cotidiano (SAMPAIO, 2010, p.100). Perrenoud (1993) entende que a prática reflexiva é adquirida na sua formação inicial, tornando-se parte da identidade profissional do professor e demonstrando seu caráter eficaz dentro de um tempo característico, mas não unidimensional ou unilateral.

A formação docente em sala de aula auxilia no processo, tanto de atualizar, quanto de trazer segurança para um professor que recém está iniciando sua trajetória docente. Segundo Bolzan e Isaia (2008), os docentes passam por quatro fases na sua carreira. A primeira é o momento preparatório, em que passam por experiências prévias pedagógicas iniciando-os, ainda com timidez na docência. Nessa fase ainda não há “uma clara ideia sobre quais caminhos trilhar para a produção de uma aula [...]” (BOLZAN E ISAIA, 2008, p.54). O segundo momento, apresentado pelas autoras, é a efetivação na docência,

[...] na qual a característica mais marcante é a falta de preparação específica para este nível de ensino. Grande parte das escolhas é acidental na busca de iniciar uma atividade laboral após a graduação. Também evidenciamos a ausência de clareza sobre quais os rumos da atividade docente, uma vez que as exigências não são claramente explicitadas pelas instâncias institucionais [...] (BOLZAN; ISAIA, 2008, p.54).

A terceira fase é aquela em que o docente parte para os cursos de pós-graduação, buscando o aperfeiçoamento acadêmico na docência. O quarto e último movimento apontado é o da professoralidade docente, em que os professores encontram-se maduros e engajados em atividades educativas voltadas para o aprendizado do aluno. Nesse momento podemos observar que o docente está mais seguro de sua atividade e não mais com os anseios apresentados durante o decorrer do primeiro momento apontado (BOLZAN; ISAIA, 2008).

Entretanto, estudos comprovam que os docentes, em sua maioria, tiveram apenas sua formação na área específica sem contato com atividades curriculares que os preparassem pedagogicamente para atuar na profissão (BOLZAN E ISAIA, 2008).

2.2 O Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional¹

O Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional possibilita a atuação do profissional nos componentes curriculares da sua área técnica, em espaços escolares e não escolares, com jovens e adultos que estejam matriculados na educação básica ou ainda no ensino superior, se assim desejarem, bem como aqueles que estejam atuando em espaços profissionais.

O profissional formado poderá atuar como docente em escolas de Educação Profissional, particulares e públicas, bem como em sindicatos, ONG's e programas que ofereçam cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e/ou cursos de Educação Profissional de nível médio, nos componentes curriculares de sua atuação técnica profissional.

A elaboração, execução e implementação deste curso foi provocada pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI que, ao propor a revisão da estrutura e organização da universidade, abriu espaço para a ampliação da oferta de novos cursos, bem como o aumento de vagas.

¹ Capítulo elaborado com base no Projeto Político Pedagógico do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional da Universidade Federal de Santa Maria-RS.

Esta proposta está em consonância com alguns pressupostos do REUNI, tais como: ampliação da oferta de educação superior pública, especialmente no período noturno, diversificação das modalidades de graduação com a criação de cursos tecnológicos e de formação geral destinados a atender a demandas específicas da região de abrangência da Universidade Federal de Santa Maria.

Com a ampliação das escolas técnicas no país, a Educação Profissional e tecnológica brasileira vivencia a maior expansão de sua história. Surge, então, a necessidade de formar profissionais capacitados para a docência na Educação Profissional. Neste sentido, o Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional vem atender à demanda de formação pedagógica para os profissionais que atuam, ou pretendem atuar, como professores na Educação Profissional. A proposta é impulsionar a cultura da avaliação emancipatória e participativa de modo que subsidie as mudanças exigidas pelo Programa Político Pedagógico (PPP).

Considerando a diversidade dos alunos que poderão ter acesso à oferta de Educação Profissional, surgiu a necessidade de se pensar sobre a formação do profissional que atuará como professor em etapas tão distintas do desenvolvimento humano, bem como em espaços escolares e não escolares tão diferenciados.

Tendo em vista que este professor poderá atuar em espaços escolares e não escolares, em diferentes níveis de ensino, ou com pessoas que estejam atuando em espaços profissionais, surge a necessidade de formar um profissional que contemple as expectativas dos alunos e contribua para a qualificação das condições de trabalho e de vida dos cidadãos. É necessário formar um professor que atenda às expectativas de qualidade dos processos de ensinar e de aprender e que contribua para qualificar as condições de formar integralmente um aluno para a vida, para o trabalho e para a cidadania.

Desta forma, a oferta do curso de formação de professores para a Educação Profissional justifica-se pela necessidade de formar profissionais capacitados para atuarem nos dois níveis da educação nacional, educação básica e ensino superior, respeitando a especificidade dos sujeitos que participam dos cursos de formação profissional.

A matriz curricular do curso possui um total de 990 horas, distribuídas em três semestres. Cada semestre é articulado por um seminário integrador, de 30 horas cada, com o objetivo de promover a integração vertical e horizontal do curso.

O estágio curricular tem um total de 315 horas, divididas em três momentos de 105 horas em cada semestre, com o objetivo de promover a inserção e a atuação do acadêmico no espaço de atuação docente desde o primeiro semestre do curso. As atividades inerentes ao estágio curricular, que serão orientadas e acompanhadas pelos professores lotados nas unidades parceiras como o Centro de Ciências Rurais (CCR), Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), Colégio Politécnico e Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, em conjunto com os professores lotados no departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação, com objetivo de articular o campo teórico com o campo metodológico prático.

O objetivo geral do PEG é formar professores em nível superior para a docência na Educação Profissional, capacitados para atuar no ensino das disciplinas técnicas, em espaços escolares e não escolares.

Já seus objetivos específicos são:

- oportunizar espaços de ensino e aprendizagem ao aluno, respeitando a diversidade de idade, sexo, gênero, cultura e credo;
- desenvolver o aprimoramento das competências e habilidades inerentes às práticas investigativas da docência;
- aprofundar os conhecimentos inerentes à complexidade do contexto sociocultural;
- estabelecer relações colaborativas que possibilitem a participação no planejamento e execução de projetos que favoreçam o desenvolvimento dos conteúdos curriculares em que o docente irá atuar;
- aplicar as tecnologias de informação e da comunicação, bem como a construção de metodologias, estratégias e materiais de apoio que propiciem a inovação do processo educacional;
- formar um profissional capaz de atuar na modalidade da Educação Profissional, na procura por soluções e alternativas para problemas educacionais como evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros;
- capacitar os profissionais que irão atuar na Educação Profissional dos conhecimentos científicos e técnicos necessários ao desenvolvimento das suas atividades pedagógicas no campo específico do conhecimento com o qual irá trabalhar;
- proporcionar uma orientação teórico-prática interdisciplinar das atividades
- práticas, mediante um professor-orientador da área específica (técnico-científica) com um professor-orientador da área pedagógica.

3 Metodologia

O presente artigo foi estruturado a partir de uma pesquisa descritiva, cujo objetivo principal é a descrição de “características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002 p. 42). Como o objetivo desta pesquisa dá-se sob o efeito de analisar a contribuição do PEG, na vida profissional do aluno, enquanto professor já atuante na docência, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica que “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002 p.45). Nesse momento identificamos uma conceituação acerca dos temas educação e formação profissional e uma análise do projeto político pedagógico do PEG.

A pesquisa qualitativa é adequada quando se pretende obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, entretanto não permite trabalhar questões probabilísticas, o que é possível em pesquisa quantitativa (DENCKER, 1998). Desta forma, o questionário foi estruturado de forma a quantificar e qualificar a pesquisa, pois através da pesquisa quantitativa é possível quantificar e percentualizar as opiniões, e então analisar os resultados de forma qualitativa. “Isso permite levantar atitudes, pontos de vista, preferências que as pessoas têm a respeito de determinados assuntos, fatos de um grupo definido de pessoas” (MICHEL, 2009).

Na tabela a seguir é possível visualizar a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa.

	Qualitativa	Quantitativa
Amostra	Não probabilística Não representativa	Probabilística Representativa
Formulário para coleta	Roteiro não estruturado	Questionário estruturado
Abordagem	Profunda	Superficial
Análise	Conteúdo	Estatística

Tabela 1 – Comparativa - Pesquisa qualitativa e quantitativa

Fonte: Samara Barros (1997 apud Dencker, 1998, p. 47).

Entende-se, a partir do observado na tabela, a importância da união de ambos os métodos, visto que um acabará por complementar o outro à medida que os resultados forem apresentados e estudados. O questionário aplicado como

coleta de dados foi dividido em duas partes, uma primeira com dados básicos, os quais serão analisados de forma que surjam resultados numéricos e probabilísticos, e uma segunda parte com perguntas abertas, que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, emitindo opiniões (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O público pesquisado neste trabalho são os alunos já docentes ingressantes no curso (1º semestre), cujas expectativas acerca do curso foram verificadas, e os alunos aptos ao egresso (3º semestre), cujas considerações acerca da contribuição do curso para sua atuação profissional foram ouvidas. Desta forma foi possível analisar a contribuição que o PEG tem na vida do aluno já docente, bem como fazer um mapeamento da evolução dos alunos docentes do curso.

4 Análise e discussão dos resultados

Os questionários foram aplicados aos alunos do PEG no período de dezembro de 2012 a janeiro de 2013 e foi direcionado àqueles que já atuam na docência. Como o objetivo deste trabalho é o de analisar a contribuição do PEG na vida profissional do aluno, enquanto professor já atuante na docência, buscamos trabalhar com a relação de expectativa e satisfação do pesquisado. Desta forma, o público-alvo foram os alunos do 1º e do 3º semestre, como já mencionado. Os alunos do 1º semestre foram escolhidos por apresentarem suas expectativas quanto ao curso, bem como suas dificuldades na docência; e os alunos do 3º semestre, por serem prováveis formandos que já têm a capacidade de responder se suas expectativas e dificuldades foram sanadas ou diminuídas após o curso.

Do total de 311 solicitações enviadas via formulário Google Docs por endereço eletrônico (e-mail), 41 pessoas contribuíram com suas respostas. Destas, 19 alunos eram do primeiro semestre; um aluno do 2º semestre respondeu à pesquisa, sendo descartado, visto que o público alvo não contemplava o 2º semestre. Do 3º semestre, 21 pessoas responderam à pesquisa; da mesma forma, duas delas foram descartadas por serem alunos que não atuam na docência. Assim, tivemos um total de 38 respondentes válidos.

A análise dos resultados foi dividida, para tanto, em dois grupos: o de alunos-docentes do 1º Semestre, o qual se denominou de Grupo A; e de alunos-docentes do 3º Semestre, que se denominou de Grupo B.

Quanto ao grupo A, dos 19 pesquisados, apresentamos um resultado de oito pessoas do sexo masculino e onze do sexo feminino; seis pessoas na faixa etária de 22 a 26 anos; nove pessoas de 26 a 32 anos e quatro pessoas com mais de 32 anos. Destas, dez pessoas atuam em instituições federais, sete em particulares e duas em ambas. Dentre as instituições federais, a UFSM foi a apontada. Entre as particulares, citaram-se nomes como Somática Educar, Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Computadores e Suprimentos (CS), Fundação Bradesco, Universidade Anhanguera e Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA).

Na primeira pergunta, sobre como a pessoa ficou sabendo da existência do curso, 15 pessoas apontaram indicações de colegas de outros cursos, colegas de trabalho, amigos e familiares; o restante apontou o site da UFSM como fonte de informação. Logo após, perguntou-se às pessoas sobre o motivo que as levou a ingressar no PEG; o complemento ao Mestrado foi um dos motivos apontados, como é possível observar no relato a seguir, feito por um dos respondentes:

“A experiência do Mestrado mostrou-se ser insuficiente em preencher os requisitos para uma boa atuação profissional da docência. Entrei no PEG, pois estava atrás de uma formação mais voltada à docência, onde aprendesse conhecimentos pedagógicos, metodologias e outros assuntos relevantes a formação de professores.”

Dentre outros motivos relacionados, encontramos fatores como busca pelo aperfeiçoamento docente a partir da capacitação profissional ofertada pelo PEG, a necessidade do curso para atuação dentro dos institutos federais, bem como em outras instituições, e concursos que exigem formação docente – como relata um dos respondentes, o curso “[...] é necessário para lecionar nos IF’s” –, e ampliação da área de atuação. Segundo o plano político pedagógico do curso, a necessidade de formar professores capacitados para atuar na Educação Profissional surgiu a partir da ampliação das escolas técnicas no país, nas quais há exigência de formação profissional para atuar nos cursos de Educação Profissional, conforme relatou o aluno.

Uma das perguntas consideradas de maior relevância para o cumprimento do objetivo desta pesquisa era a que buscava identificar quais seriam as expectativas do aluno-docente com o curso. A busca por se tornar um docente

completo, um bom professor, apareceu juntamente com a busca por aprender e melhorar as técnicas e metodologias para aplicação da docência e do conhecimento para “[...] dar aulas dinâmicas, aplicando as estratégias de ensinagem, de modo a tornar a aula mais atrativa para os alunos”. Um único acadêmico citou a formação pedagógica como fator de relevância para o ingresso no curso: “Espera-se que o curso ajude na formação pedagógica, ensinando conhecimentos que não só serão aplicados na sala de aula, mas em diversos aspectos da nossa vida. Trata-se de uma formação de caráter”.

Também perguntamos quais seriam as maiores dificuldades encontradas na docência e, entre as respostas, encontramos a falta de apoio do governo e a dificuldade na elaboração do plano de aula, devido à falta de conhecimento de metodologias que deverão ser aplicadas. A diferença de perfis entre as turmas de alunos também foi apontada como fator de dificuldade na docência. Um dos respondentes ressaltou a inexistência de laboratórios bem equipados para aulas práticas e a falta de recursos que algumas instituições apresentam. Outros apontamentos foram, a dificuldade no planejamento das aulas, a falta de preparo didático, o desinteresse dos alunos, bem como a base fraca no ensino fundamental e médio. Um dos respondentes ressaltou que “na prática docente, as dificuldades podem ser listadas, quanto a adequação dos métodos, instrumentos e técnicas de trabalho adequado”. Estabelecer relações colaborativas, que possibilitem a participação no planejamento, e execução de projetos, que favoreçam o desenvolvimento dos conteúdos curriculares em que o docente irá atuar, são objetivos específicos do curso. São indícios da proposta do programa em colaborar com os currículos do curso, bem como com a necessidade do professor de se adequar e adequar suas disciplinas a eles.

A última questão direcionada ao grupo A perguntou se o aluno esperava que o PEG ajudasse-o a superar as dificuldades encontradas na docência e, caso a resposta fosse “sim”, de que forma isso ocorreria. Os participantes responderam que, sim, esperam que o curso ajude-os a superarem as dificuldades, e apontaram como justificativas a busca por conhecimentos passados em sala de aula e a importância dos estágios. Citaram também a esperança de que o PEG apresente técnicas para melhorar a atuação docente, a forma de avaliação dos estudantes, e agregue conhecimento para torná-los profissionais melhores. Percebemos, nesta questão, que as pessoas não remeteram suas respostas às dificuldades apresentadas na questão anterior, mas apresentaram novas dificuldades. Ressaltaram ainda a busca por “caminhos alternativos para a solução

de problemas vividos atualmente, utilizando-se, para isso, as políticas educacionais vigentes e as metodologias alternativas”; o desejo de que o curso forneça informações para a busca de solução de problemas, e, também, que, através dos conhecimentos pedagógicos, possam superar as dificuldades encontradas na carreira. Uma única pessoa disse que não tinha expectativas positivas de que o curso a ajudasse a superar suas dificuldades docentes.

É um dos objetivos do curso capacitar os profissionais, que irão atuar na Educação Profissional, com os conhecimentos científicos e técnicos necessários ao desenvolvimento das suas atividades pedagógicas no campo específico do conhecimento com o qual irão trabalhar. Esse objetivo pode colaborar diretamente com a questão apontada, pois, capacitando os profissionais, será possível dar a eles competência para sanar suas dificuldades da carreira.

Na análise do Grupo B, havia sete pessoas do sexo masculino e doze do sexo feminino. Três pessoas disseram ter de 22 a 26 anos, oito de 26 a 32 e oito com mais de 32 anos. Quanto às instituições em que atuam, oito apontaram instituições federais, citando a UFSM e o Colégio Politécnico. Onze pessoas citaram instituições privadas, como a Universidade Luterana do Brasil, o Colégio Fátima, CS, Serviço Nacional do Comércio (Senac), Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Serviço Nacional da Indústria (Senai).

Quanto às respostas do Grupo B (alunos-docentes do 3º semestre), quando indagados sobre como tomaram conhecimento do curso, cinco pessoas disseram ter sido por meio da internet; duas pessoas, por meio da escola em que trabalhavam; uma disse ter sido por meio de notícias na televisão sobre a necessidade da formação docente como requisito para certos concursos públicos e o restante por meio de contatos de amigos, familiares e colegas de Mestrado.

Quando perguntados acerca do motivo que os levou a ingressar no PEG, obtivemos respostas como a exigência da formação de professores para atuação em cursos técnicos, a exigência também em concursos públicos e a busca por conhecimento na área pedagógica, assim como já havia sido citado pelo grupo A. A busca pela licenciatura como qualificação profissional e o desejo por melhorar a didática de trabalho foram também citados como motivos para a busca pelo aperfeiçoamento através do curso.

Dentre as dificuldades enfrentadas na docência, a falta de atenção dos alunos foi apontada, assim como a necessidade de alternativas para despertar o interesse dos mesmos. Segundo um dos respondentes, há “[...] nas coordenações

da instituição falta de comunicação”, o que foi apontado como uma das maiores dificuldades encontradas pelos docentes. Também os salários baixos foram citados como um dos problemas enfrentados pelos professores, assim como a falta de prática, de experiência e o despreparo frente a imprevistos encontrados em sala de aula.

As dificuldades apresentadas acima não são mencionadas quando perguntou-se aos alunos se o Programa Especial de Graduação ajudou-os a superá-las. No entanto, descrições como a importância que o Programa teve, em propiciar a interação entre os alunos-docentes e a troca de experiências permitidas dentro de sala de aula foram comuns.

A dificuldade em lidar com os alunos também foi citada quando um respondente apresentou a informação de que o PEG contribuiu para aumentar a capacidade de diálogo entre professor e aluno em sala de aula. Os recursos pedagógicos utilizados em sala de aula, bem como a simples observação dos professores do curso foram apontados como formas de contribuir para sanar as dificuldades encontradas. Temas como necessidade de melhora na construção do planejamento das aulas foram citados em concordância com a necessidade de aprender a construir ou melhorar planos de aula. Uma pessoa disse: “conto nos dedos as disciplinas que me foram úteis e produtivas, pois o restante foi muito moroso e desnecessário”, o que demonstra que o aluno não interpretou o curso como forma produtiva de superar as dificuldades apresentadas na docência.

A penúltima questão perguntou se o curso alcançou a expectativa do aluno enquanto docente. Oito pessoas responderam que sim, e que serão melhores professores depois de terem passado pelo curso. Uma pessoa disse ser uma lástima que não se consiga colocar em prática tudo o que aprenderam, nem ter tempo suficiente para trocar experiências com os demais colegas docentes. Algumas questões, como a expectativa por mais dicas de recursos e de metodologias a serem utilizadas em sala de aula, foram levantadas como deficiência do curso. Uma pessoa respondeu que o curso não atendeu a suas expectativas, e cinco disseram que atendeu parcialmente, que o curso “deixou a desejar em alguns aspectos”, não citando quais eram.

Por fim, solicitou-se aos alunos do grupo B que fizessem uma avaliação de seu progresso profissional desde que ingressaram no curso até o estágio em que se encontrava agora, ou seja, o 3º semestre. O fato de encontrar na licenciatura uma base teórica educacional, não encontrada no bacharelado, foi um ponto apresentado. A mesma pessoa informou que nunca tinha tido contato

com os textos da área de educação, que lhes foram apresentados, e que eles proporcionaram-lhe uma nova visão sobre educação e metodologias. Também foi citado que o contato com práticas educacionais e bases teóricas da área trouxe ao aluno uma humanização pessoal, que não era evidenciada anteriormente. Segundo as palavras do aluno,

“como sou das exatas (Informática) acho que me humanizei mais [...]. Muitas vezes os professores (os que tive, pelo menos) dessas áreas são muito técnicos, só pensam em passar conteúdo e não se preocupam com o aprendizado dos alunos. Aprendi que devo me esforçar para mudar isso na minha área [...].”

Outra questão levantada por pesquisados do grupo B, ainda na avaliação final de seu progresso profissional, foi a oportunidade, que o curso proporcionou, de trabalhar a desinibição frente à sala de aula e a observação dos professores foi apontada como importante para o espelhamento dos alunos em sala. Uma pessoa citou que enquanto docente, o PEG ajudou pouco, visto que “o fazer pedagógico só se deu na prática do dia a dia, nem sempre encontrando ganchos com o PEG”.

Considerações Finais

Em uma análise final, foi possível observar que os alunos não conhecem os objetivos do PEG quando optam por ingressar no curso, visto que – em grande parte – esperavam que o curso apresentasse formas, métodos e técnicas de ensino a fim de se tornarem “bons” ou “melhores” professores.

O grupo A apresentou expectativas que deixaram claro o desconhecimento dos objetivos do curso. Já o grupo B apresentou respostas que fizeram com que concluíssemos que, no decorrer do curso, eles puderam observar, durante a experiência em sala de aula, quais eram os objetivos do curso.

Acredita-se ser pertinente que pesquisas deste formato sejam realizadas periodicamente, pois percebemos a desinformação dos alunos quanto aos objetivos do curso.

A própria contagem de evadidos a cada semestre, não contemplada por esta pesquisa, pode ser uma das formas de verificar-se o contentamento e satisfação dos alunos do programa.

Referências

- ALARCÃO, Isabel (2003): *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo, Cortez, 2003.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOLZAN, Doris Pires Vargas; ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Compreendendo os movimentos construtivos da docência superior: construções sobre pedagogia universitária. *Linhas Críticas*. Brasília, v. 14, n. 26, p. 43-59, jan./jun. 2008.
- DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 4 ed. Campinas: Autores associados, 2000.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.
- FREIRE, Madalena. Observação, registro, reflexão. Instrumentos metodológicos I. Série Seminários. 3. ed. São Paulo, SP: Espaço Pedagógico, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2003.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.
- MARQUES, Mário Osório. *Formação do profissional da educação*. 3. ed. Ijuí, RS: Editora Unijui, 2000.
- MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. 2. ed. atual. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

PERRENOUD, Philippe. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

SAMPAIO, Dulce Moreira. *Educação e a reconexão do ser: um caminho para a transformação humana e planetária*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

ZEICHNER, K. *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Lisboa: Educa, 1993.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL AUDIT AS A TOOL FOR ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

Jéssica Fischer *

Tanize Dias **

Lúcia de Fátima Socoowski Anello ***

Resumo

A Auditoria Ambiental trata-se de um processo gerido por um auditor líder e executado por uma equipe previamente definida, com o intuito de avaliar o desempenho, o comprometimento ambiental e a conformidade legal quanto à política ambiental de uma organização. O presente artigo tem como objetivo promover a compreensão de Auditoria Ambiental, através de conceituação da mesma, baseada no que definem os estudiosos do ramo em suas teses, e abordar a transversalidade da Auditoria Ambiental como uma ferramenta de Gestão Ambiental, explicitando a relação entre esta e o licenciamento ambiental, bem como os diversos tipos de auditoria. Desta forma, disponibilizamos alguns dos diversos conceitos existentes na literatura sobre o tema investigado no trabalho. Assim sendo, mediante o levantamento de dados secundários e devido à vasta gama de informações existentes sobre o assunto, foi possível obtermos um maior aporte teórico-analítico que colabore para a compreensão do tema da Auditoria Ambiental e seu papel na preservação e conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Auditoria Ambiental. Conceitos. Definições. Gestão Ambiental.

* Tecnóloga em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande/Instituto de Oceanografia – Campus São Lourenço do Sul, RS. Tecnóloga em Gestão Ambiental.
✉ jehfischer@hotmail.com

** Tecnóloga em Gestão Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande/Instituto de Oceanografia – Campus São Lourenço do Sul, RS. Tecnóloga em Gestão Ambiental.
✉ tanizedias88@hotmail.com

*** Doutora em Educação Ambiental. Docente do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental na Universidade Federal de Rio Grande – Instituto de Oceanografia, Campus São Lourenço do Sul, RS.
✉ luciaanello@hotmail.com

Abstract

Environmental Audit is a process managed by a lead auditor and run by a team previously defined, in order to evaluate performance, environmental commitment and legal compliance of the policy of an organization. The present work aims to promote understanding of Environmental Audit, through conceptualization of it, based on what scholars in this area say about it, and to address the mainstreaming of the Environmental Audit as a tool for environmental management, explaining the relationship between this and environmental licensing, as well as the different types of audit. Thus, we provide some of the various concepts in the literature on the topic investigated in this study. Thus, through the analysis of secondary data and due to the wide range of information about the subject, it was possible, in this study, to obtain a greater theoretical and analytical framework to collaborate to understand the theme of the Environmental Audit and its role in preserving and conserving biodiversity.

Keywords: Environmental Audit. Concepts. Definitions. Environmental Management.

1 Introdução

O presente artigo tem como finalidade abordar diversos conceitos de Auditoria Ambiental, com vistas à compressão deste processo metodológico e de sua transversalidade. De acordo com o disposto no Anexo I, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 306 (2002), a Auditoria Ambiental trata-se de:

Processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou se as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria estabelecidos nesta Resolução, e para comunicar os resultados desse processo.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo consistiu na revisão bibliográfica, em que se buscou conceituar e definir os procedimentos e elementos que constituem o processo de Auditoria Ambiental. Tal revisão buscou teóricos consagrados na área de gestão ambiental, a exemplo de Barbieri (2007), Campos e Lerípio (2009), Seiffert (2010), La Rovere. (2011). A revisão dos princípios, conceitos e definições foram cotejados e triangulados com as orientações técnicas contidas nas Resoluções CONAMA, nas normas técnicas da série International Organization for Standardization (ISO) 14000 (1996).

Desta forma, torna-se possível compreender, além de outras questões, as principais características da Auditoria Ambiental, dentre as quais, a de que se trata de um processo gerido por um auditor líder e executado por uma equipe previamente definida, com o intuito de avaliar o desempenho, o comprometimento ambiental e a conformidade legal quanto à política ambiental de uma organização. A auditoria pode ser interna ou externa, ou seja, pode ser realizada por uma pessoa ou uma equipe, pertencente ou não aos quadros da organização, que age em nome do órgão superior de administração da organização. Além disso, pode ser realizada visando-se a adquirir certificações, a potencializar a eficiência ambiental das organizações, à conscientização ambiental dos funcionários e ao atendimento das expectativas da comunidade em que está inserida, isto é, o comprometimento com o desenvolvimento sustentável, independente do tamanho ou da atividade que determinada organização desenvolve.

2 O Contexto de Surgimento da Auditoria Ambiental

O mundo vem passando por sensíveis transformações nos últimos 50 anos devido a grandes catástrofes, ocorridas principalmente nas indústrias químicas, o que gerou a necessidade de uma avaliação concisa e minuciosa de processos produtivos. Embora a Auditoria tenha, inicialmente, como principal foco a segurança e a saúde do trabalhador, devido a restrições da legislação nesse sentido, com a fundação do Clube de Roma em 1968, os temas ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável começaram a ser tratados de uma forma mais séria.

O Relatório do Clube de Roma foi o ponto de partida para as discussões em torno da necessidade de se procurar preservar recursos e buscar o desenvolvimento sustentável, mencionado por Seiffert (2010) como adoção de um padrão requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas,

com qualidade de vida. Em resposta a essa necessidade de sustentabilidade, os governos endureceram a legislação referente aos temas ambientais, e a sociedade cobra, de forma mais efetiva, por meio do consumo seletivo, das associações e das organizações não governamentais, mudanças e adaptações dos processos para que estes se tornem mais “verdes”.

É importante compreender o que significa tornar-se “verde”, ou “ecologizar-se”, pois isso está no caminho do entendimento do que é sustentabilidade. Na discussão da sustentabilidade como paradigma para o desenvolvimento, sob o ponto de vista tecnológico, apontado por Daly (1996 *apud* MARTINS; SOLER; SOARES 2001:163), tem-se o seguinte:

[...] a) não utilizar recursos renováveis (florestas, solos, água, animais) em uma velocidade superior à requerida para sua renovação; b) não consumir os recursos não renováveis (combustíveis fósseis, minerais) a uma velocidade superior à que se necessita para encontrar substituto para eles; c) não produzir elementos contaminantes a uma velocidade superior à que a Terra exige para assimilá-los e absorvê-los.

Tal formulação sistematiza um marco do ponto de vista tecnológico e ecológico, porém não dá conta das questões sociais, culturais e políticas. Portanto, a Auditoria Ambiental é instrumento de verificação da efetividade dos processos de adequação ecológica, no âmbito de procedimentos, dispositivos e equipamentos capazes de racionalizar o uso dos recursos naturais. Tal verificação está vinculada a vários aspectos, dos quais se destacam três: os marcos legais, as normas técnicas e os indicadores ambientais. Todos são frutos de processos políticos, sendo o primeiro predominantemente político; o segundo, político institucional; e o terceiro, político científico. A relação entre eles oferece o consenso sobre a função da auditoria como instrumento de avaliação. Dessa forma, possibilita o estabelecimento das condições para que os resultados da auditoria sejam aceitos como referencial para a avaliação da gestão ambiental.

A implantação de sistemas de gestão ambiental e as diversas certificações nessa área são esforços dos setores produtivos e de prestação de serviços de responder à pressão sociogovernamental, mas, de nada vale implantar um método de gestão, um sistema, se este não puder ser avaliado de acordo com critérios objetivos. Esse papel, de instrumento de avaliação, é cumprido pela auditoria.

É importante salientar que a Auditoria Ambiental apropria-se de conceitos da auditoria contábil; sendo assim, pode-se dizer que aquela expressa o balanço do consumo de recursos naturais e da eficiência da proteção ambiental de determinada organização e processos. Também aponta os “passivos ambientais” – os problemas e responsabilidades sobre os danos ambientais, a exemplo de contaminação do meio físico, supressão de habitats etc. Nesse sentido, as auditorias também são utilizadas para balizar negociações comerciais entre corporações e governos.

Cabe destacar também que a Auditoria Ambiental surgiu com o objetivo principal de verificar o cumprimento da legislação. Ela era vista pelas empresas norte-americanas como uma ferramenta de gerenciamento, utilizada para identificar, de forma antecipada, os problemas provocados por suas operações. Essas empresas consideravam a Auditoria Ambiental um meio de minimizar os custos envolvidos com reparos, reorganizações, saúde e reivindicações. Muitas delas aplicavam a auditoria para se prepararem para inspeções de agências de proteção ambiental Environmental Protection Agency (EPA) e para melhorarem suas relações com aquele órgão governamental. É nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1970 que tem início a realização de auditorias voluntárias, que consistiam em análises críticas do desempenho ambiental ou para verificação de conformidades nas empresas e destinavam-se a reduzir os riscos dos investidores. O órgão americano de proteção ao meio ambiente (EPA) tornou as auditorias ambientais compulsórias em alguns setores industriais.

No Brasil, a Auditoria Ambiental é relativamente nova, pois foi a partir do final da década de 1980 que tais auditorias tornaram-se uma ferramenta comum de gestão nos países desenvolvidos, e é cada vez maior sua aplicação nos países em desenvolvimento, tanto pelas empresas internacionais quanto pelas nacionais. Em nosso país, as auditorias ambientais já fazem parte do cotidiano das empresas, seja na busca pela certificação de acordo com a norma NBR ISO 14001(2004), pelo incremento e rigor da legislação ambiental ou pela determinação da realização de auditorias ambientais por alguns Estados.

Em 1996, a série de normas ISO 14000 começa a ser adotada pelos países participantes da ISO. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) apresentou, em dezembro de 1996, as normas NBR ISO 14010 (1996), 14011(1996) e 14012(1996), relacionadas à Auditoria Ambiental, as quais foram substituídas pela norma ABNT NBR ISO 19011(2002), que, por sua vez, foi substituída pela ISO 19011(2012). Nesta, ao ser explanada, foi possível constarem-se

as seguintes alterações: ampliação do escopo de auditoria de sistemas de gestão da qualidade e meio ambiente para auditoria de sistemas de gestão de qualquer natureza; introdução de métodos de auditoria remota e o conceito de risco; a confidencialidade foi acrescentada como um novo princípio de auditoria; fornece orientação sobre como estabelecer e gerenciar um programa de auditoria, estabelecer os objetivos do programa de auditoria e coordenar as atividades de auditoria. São também fornecidas orientação sobre como planejar e realizar uma auditoria de um sistema de gestão e orientação relacionada com a competência e a avaliação de auditores de sistemas de gestão e das equipes de auditoria, o que torna mais rígido o processo de avaliação e de determinação de competência.

3 Conceitos e definições

De acordo com o disposto no Anexo I da Resolução CONAMA 306(2002), a Auditoria Ambiental trata-se de:

Processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria estabelecidos nesta Resolução, e para comunicar os resultados desse processo.

Dentre a vasta gama de referenciais teóricos que estão disponíveis atualmente, é de fácil percepção a grande evolução das auditorias ambientais ao longo do tempo. Entretanto, é notório que esta ferramenta é alvo de discussões como, por exemplo, a sua obrigatoriedade. Para melhor evidenciar esta questão, foi necessário um breve aporte da opinião de alguns pesquisadores sobre o tema.

Segundo Barbieri (2007) as auditorias ambientais, em seus primórdios, buscavam assegurar a adequação das empresas às leis ambientais dentro de uma postura defensiva; ou seja, procuravam identificar possíveis problemas relacionados a multas, indenizações e outras penalidades ou restrições contidas nas diversas leis de âmbito macro e microabrangeentes. Também nesse período muitas organizações começaram a realizar auditorias voluntárias, e os órgãos governamentais passaram a estimular tal prática. Além disso, o autor define a Auditoria Ambiental, em relação

às Normas ISO 19.011(2002, p. 2), como “[...] um processo sistemático, documentado e independente para obter evidências de auditoria e avaliá-las objetivamente para determinar a extensão na qual os critérios de auditoria são atendidos.” Ainda de acordo com Barbieri (2007, p. 190) a expressão Auditoria Ambiental:

Tornou-se bastante elástica, podendo significar uma diversidade de atividades de caráter analítico voltadas para identificar, averiguar e apurar fatos e problemas ambientais de qualquer magnitude e com diferentes objetivos.

E mesmo sendo um instrumento autônomo de Gestão Ambiental, a Auditoria Ambiental tem por objetivo averiguar o cumprimento da legislação ambiental, de forma rígida, buscando assegurar que o controle interno da empresa atenda à adequação das normas, com uma forma preventiva e defensiva.

La Rovere (2011, apud Campos e Lerípio 2009, p. 7), conceitua a Auditoria Ambiental, como sendo “[...] uma ferramenta, que possibilita um ‘retrato’ instantâneo do processo produtivo, passando a ser possível identificar os pontos ‘fortes’ e ‘fracos’ da organização com o meio ambiente.”, e Kuhre (1996) *apud* Campos e Lerípio (2009, p.7) a defende como “[...] um processo sistemático para obter, avaliar e reportar fatos de conformidade ou não conformidade ambiental, de acordo com algum critério definido previamente”.

Seiffert (2010) aborda a Auditoria Ambiental como um instrumento de Gestão Ambiental de abrangência micro, tanto da esfera pública quanto privada. No contexto da esfera pública, a auditoria trata-se de um processo do instrumento de comando e controle denominado Fiscalização Ambiental, sendo definida como o processo realizado pelo órgão de controle ambiental que envolve uma verificação abrangente e sistemática do desempenho ambiental da organização, através da avaliação de seu processo produtivo e dos impactos ambientais gerados. Fixa-se assim como um tipo de auditoria que monitora a verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ao empreendimento. Em relação aos monitoramentos, as auditorias ambientais são instrumentos utilizados com menor frequência pelo órgão de controle ambiental, geralmente realizada após o recebimento de uma denúncia.

Ainda considerando Seiffert (2010), no contexto da esfera privada, a Auditoria Ambiental é abordada como um dos instrumentos de gestão ambiental focados em sistemas de adequação e eficiência global, que envolve uma visão sistêmica

e trata-se de um processo sistematizado de verificação e documentação do desempenho ambiental de uma organização, com relação a um objetivo pré-definido em conformidade com requisitos específicos. O processo pressupõe: definição de escopo, objetivos, frequência, metodologia, cronograma, pessoas responsáveis etc. Normalmente, surge como uma demanda objetiva associada à implantação de SGA's (Sistemas de Gestão Ambiental) e deve ser realizada periodicamente para facilitar o processo de Gestão Ambiental.

La Rovere (2011) define a Auditoria Ambiental como um instrumento usado por empresas para auxiliá-las a controlar o atendimento a políticas, práticas, procedimentos e/ou requisitos estipulados com o objetivo de evitar a degradação ambiental. É considerada ferramenta básica para a obtenção de maior controle e segurança do desempenho ambiental de uma empresa, bem como para evitar acidentes.

No que tange ao Tribunal de Contas da União – (TCU) (2001, p. 12), o processo de Auditoria Ambiental traduz um “[...] conjunto de procedimentos aplicados ao exame e avaliação dos aspectos ambientais envolvidos em políticas, programas, projetos e atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades sujeitos ao seu controle”. A Constituição de 1988 ampliou a esfera de competência do TCU, assegurando-lhe maior poder de atuação, inclusive na área ambiental. A partir de 1998, com a definição de sua estratégia de atuação nessa área, e de forma crescente, o TCU vem desempenhando um importante papel na avaliação das políticas ambientais públicas do governo federal. A realização de diversas auditorias operacionais em instituições e programas governamentais tem resultado em minuciosos diagnósticos e relevantes recomendações, no sentido de tornar mais efetivas as políticas públicas ambientais.

Atualmente, além do Tribunal de Contas da União, no Brasil, existem vários tribunais estaduais e municipais que realizam auditorias ambientais. O TCU não está isolado na sua preocupação em exercer o controle externo também na área ambiental. A emergência desse tema como uma questão política maior no cenário internacional levou outras Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFSs) a desenvolverem instrumentos e métodos para a Auditoria Ambiental, segundo a legislação de seus respectivos países. Os governos têm adotado leis, políticas e programas voltados especificamente para as questões de biodiversidade. As EFSs podem desempenhar um papel importante na proteção da biodiversidade, por meio da realização de auditoria nas ações de seus respectivos governos.

4 Questões relevantes para o entendimento da transversalidade da Auditoria Ambiental na Gestão Ambiental

De acordo com a legislação brasileira, deve-se proceder ao licenciamento ambiental antes da instalação de um empreendimento ou atividade potencialmente danosa ao meio ambiente como, por exemplo:

- fontes de poluição e medidas de controle e prevenção;
- uso de energia e água e medidas de economia;
- processos de produção e distribuição;
- pesquisas e desenvolvimentos de produtos;
- uso, armazenagem, manuseio e transporte de produtos controlados;
- subprodutos e desperdícios;
- estações de tratamento de águas residuais (esgoto);
- sítios contaminados;
- reformas e manutenções de prédios e instalações;
- panes, acidentes e medidas de emergência e mitigação;
- saúde ocupacional e segurança do trabalho;
- as condições de operação, manutenção dos equipamentos, sistemas de controle e poluição, entre outros.

Em todos os casos, ocorre uma avaliação de forma objetiva para determinar se as atividades relacionadas a eles estão em conformidade com as leis e normas ambientais vigentes. A auditoria torna-se, então, importante para o licenciamento porque trata de verificar as conformidades, possibilitando então obterem-se resultados e conclusões sobre se tal empreendimento avaliado pode ser ou não licenciado, além da importância da verificação da existência de uma política ambiental documentada, implementada, mantida e difundida a todas as pessoas que estejam trabalhando na instalação auditada, incluindo funcionários de empresas terceirizadas. Exerce também um papel importante quanto à proteção e à conservação da biodiversidade, uma vez que, a partir do uso de técnicas tradicionais de auditoria, os auditores podem investigar o uso de recursos públicos em projetos e programas voltados para a conservação e a biodiversidade, a conformidade com acordos, leis e políticas, ao que se dá o nome de Auditoria em Biodiversidade. Esta visa a abordar a consistência de estratégias, ações e programas governamentais com as leis e regulamentos ou com as convenções internacionais das quais o país é signatário. Ela pode responder ao seguinte questionamento: *o governo está cumprindo os compromissos assumidos*

em tratados, leis, políticas e programas? E, através da resposta a essa pergunta, poderão ser previstas adequações aos compromissos assumidos.

Como vimos, a Auditoria Ambiental possui diversos intuitos, podendo visar ao licenciamento, à certificação ou à conservação da biodiversidade. Logo, torna-se importante conhecermos os tipos de auditorias existentes, que vão além dos já citados e que se relacionam direta ou indiretamente com questões ambientais. Para tal, utilizaremos os tipos de auditoria ambiental destacados por La Rovere (2011), segundo o autor, o objetivo das auditorias ambientais é que define sua classificação, podendo ser as seguintes:

- **Auditoria de conformidade legal** (compliance): ferramenta utilizada para verificar a real situação da empresa mediante a legislação ambiental vigente no país;
- **Auditoria de desempenho ambiental**: avalia a conformidade da unidade auditada com a legislação, os regulamentos aplicáveis e os indicadores de desempenho ambientais setoriais aplicáveis à unidade;
- **Auditoria de sistema de gestão ambiental**: avalia o cumprimento dos princípios estabelecidos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da empresa e suas adequações e eficácias;
- **Auditoria de certificação**: avalia a conformidade da empresa com princípios estabelecidos nas normas pela qual a empresa esteja desejando se certificar;
- **Auditoria de descomissionamento** (decommissioning): avalia os danos ao ecossistema e à população do entorno de alguma unidade empresarial, em consequência de sua desativação (paralisação definitiva de suas atividades);
- **Auditoria de responsabilidade**: destinada a avaliar o passivo ambiental das empresas, ou seja, as responsabilidades ambientais das empresas. Geralmente é usada nas ocasiões de fusões, aquisições diretas ou indiretas ou de refinanciamento de empresas;
- **Auditoria de sítios**: destinada a avaliar o estágio de contaminação de um determinado local;
- **Auditoria pontual**: destinada a otimizar a gestão dos recursos, a melhorar a eficiência do processo produtivo e, conseqüentemente, minimizar a geração de resíduos, o uso de energia ou de outros insumos.

Além dessa conceituação de tipos de auditorias existentes, é importante considerarmos sua classificação quanto à forma de aplicação da mesma e ao envolvimento dos profissionais auditores; assim, podem ser classificadas como:

- **Auditoria Interna**: realizada periodicamente pelos funcionários da própria empresa ou contratados por ela, geralmente, como preparação para auditorias de terceira

ou segunda parte ou para verificação da conformidade do sistema de gestão;

- **Auditoria de Segunda Parte** (Externa): são realizadas por terceiros, que tenham interesse no resultado da auditoria. São, por exemplo, fornecedores, clientes e outras partes interessadas, porém sem o objetivo de certificação. Geralmente são utilizadas para a verificação de empresas durante um processo de contratação e, por isso podem se basear em critérios definidos pelo realizador da auditoria;

- **Auditoria de Terceira Parte** (Externa): são as auditorias de certificação, recertificação, ou manutenção do certificado. São realizadas sempre por terceiros independentes, que não tenham interesses no resultado da auditoria, geralmente um órgão certificador.

Considerações Finais

Após a conceituação de Auditoria Ambiental visando à compreensão do tema e a um maior aporte teórico-analítico, pode-se verificar que, embora abordada por diferentes autores, as definições encontram-se sempre em linhas de pensamento semelhantes. Isso permite também entender que a auditoria é um instrumento de gestão que pode ser definido como o processo de exame e/ou avaliação independente, cujo objetivo é identificar se uma determinada operação cumpre certos requisitos e critérios estabelecidos, podendo ser interna ou externa; ou seja, realizada por um funcionário da organização ou por um auditor contratado este deve expressar suas conclusões de forma clara e independente.

Auditoria Ambiental é uma ferramenta que entra no sistema de gestão ambiental garantindo a execução rápida e qualificada de licenciamentos e, assim, dos empreendimentos, que são notoriamente morosos devido à burocracia e à falta de qualificação técnica. Sendo assim, os mecanismos que o Licenciamento Ambiental deve concretizar para seu controle eficaz são vários, dentre eles, a Auditoria Ambiental, devido a sua particularidade técnico-profissional, independente do Poder Público. Existem outros mecanismos, como a própria sociedade, que se vale das Audiências Públicas para discordar de qualquer Licenciamento. Este é necessário para a própria sociedade controlar, não somente o empreendimento, mas também os órgãos governamentais responsáveis pelas Licenças, que nem sempre estão ao lado da lei, da sociedade, mas ao lado do empreendedor, seja por causa do capital, ou da política pública em que estão inseridos, que por sua vez em grande maioria visam ao crescimento econômico.

Além disso, constata-se também que embora a Auditoria Ambiental seja tratada de maneira errônea como *fiscalização, ato obrigatório, solução definitiva para problemas ambientais e força de lei punitiva*, na realidade a fiscalização leva consigo ou não o ato de punição, ao contrario das auditorias. A auditoria não é obrigatória segundo as entidades como o *International Chamber of Commerce* (ICC) e a ISO e outras citadas por Barbieri (2007). Tais entidades defendem-na como instrumento voluntário; portanto, ela seria um elemento de diferenciação entre as empresas. Todavia, a obrigatoriedade se dá quando a Auditoria Ambiental visa a atender a uma determinação do setor publico ou do órgão ambiental. Esta ordenação dar-se-á a partir do potencial poluidor ou de degradação ambiental da referida organização; logo, a menos que as organizações atuem com caráter proativo, não haverá extinção dos problemas ambientais.

Finalmente, cabe ressaltar que a Auditoria Ambiental é um instrumento técnico válido, que busca melhorar as relações de parceria, envolvimento e confiança da organização com seus “*stakeholders*”, aumentar a eficiência ambiental das organizações, a conscientização ambiental dos funcionários, o atendimento às expectativas da comunidade em que a organização está inserida, o comprometimento com o desenvolvimento sustentável, a submissão à legislação e a melhoria nas relações de trabalho e com a criatividade para novos desafios.

Em suma, o presente trabalho permitiu-nos compreender que as auditorias ambientais surgiram a partir do momento em que a sociedade alcançou o entendimento de que a evolução tecnológica trouxe consigo a necessidade por avaliações metódicas. Tais avaliações são necessárias a fim de garantir que os recursos naturais não se esgotem e de prevenir grandes catástrofes.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Família de normas ISO 14000. *NBR ISO 14000*. Rio de Janeiro, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 14001*: Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 19011*: diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BARBIERI, J. C. *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.

BRASIL. TCU. *Manual de Auditoria Ambiental do Tribunal de Contas da União*. Brasília: TCU, 2001.

CAMPOS, L. M. S.; LERÍPIO, A. A. *Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. (Brasil) *Resolução Conama nº 306*, de 5 de julho de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. de 2002. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/> > Acesso em: 04 set. 2013.

KUHRE, W. Lee. *ISO 14010s environmental auditing*. PTR-PH, 1996. In CAMPOS, L. M. S.; LERÍPIO, A. A. *Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

LA ROVERE, E. L. (Coord.). *Manual de auditoria ambiental*. . 3. ed.. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

LA ROVERE, E. L. (Coord.). *Manual de auditoria ambiental*. Rio de Janeiro: Quality-mark, 2001.

MARTINS, S.R.; SOLER, A.C.P.; SOARES, A.M. *Instrumentos tecnológicos e jurídicos para a construção da sociedade sustentável*. In VIANA, G. SILVA, M. e DINIZ, N. (Org.) *O Desafio da Sustentabilidade. Um debate sócio ambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SEIFFERT, M. E. B. *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTIVAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM CURSO DE EXTENSÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

MOTIVATION OF PARTICIPANTS IN EXTENSION
COURSES IN FOOD AND QUALITY OF LIFE IN THE
PROCESS OF TEACHING-LEARNING

Luciana Dapieve Patias *

Lize Stangarlin **

Mariana Moura Ercolani Novack ***

Karla Marques da Rocha ****

R e s u m o

Atualmente, os cursos de extensão servem para complementar os conhecimentos em determinada área, visando a proporcionar oportunidades de desenvolvimento social e humano, além da difusão do conhecimento. Objetivou-se, com a pesquisa ora relatada neste artigo, capacitar os participantes de um curso de extensão quanto à importância da alimentação e da qualidade de vida, investigando, posteriormente, as mudanças de conduta do grupo constituído para essa qualificação. A pesquisa quali-quantitativa possui perfil descritivo e utiliza a técnica de levantamento de dados para investigar o propósito. Participaram de um curso extensão sobre alimentação e qualidade de vida, na cidade de Faxinal do Soturno, RS, adultos de idades diversificadas. Para complementar os dados, foi aplicado um questionário com o intuito de analisar, entre outras informações, a motivação pela qual os participantes buscaram o curso. Observou-se que a maioria dos participantes realizou o curso na busca

* Nutricionista, Mestre em Tecnologia dos Alimentos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

✉ lu_patias@yahoo.com.br

** Nutricionista, doutoranda em Tecnologia dos Alimentos pela UFSM.

✉ lizestangarlin@hotmail.com

*** Nutricionista, doutoranda em Tecnologia dos Alimentos pela UFSM.

✉ mariananovack@gmail.com

**** Doutora em Informática na Educação. Docente da UFSM.

✉ karlarocha@terra.com.br

de novos conhecimentos. Verificou-se também que mais da metade dos participantes relataram estarem bastante motivados e estimulados para o mesmo. A maioria salientou o entusiasmo por experimentar novas experiências em relação à aprendizagem, principalmente quando elas agregam conhecimentos que vão além da vida profissional. Dessa forma, ressalta-se a importância da consecução de cursos de extensão sobre diversos temas que atinjam a comunidade, de forma a expandir o conhecimento para além das escolas e universidades.

Palavras-chave: Curso extensão. Ensino-aprendizagem. Motivação.

Abstract

Currently, extension courses are to complement the knowledge in a particular area in order to provide opportunities for social and human development, and diffusion of knowledge. The objective of this research is to train participants to an extension course on the importance of nutrition and quality of life, investigating later changes in the behavior of the group constituted for this qualification. The qualitative and quantitative research has descriptive profile and uses the technique of data collection to investigate a purpose. Adults of different ages who attended an extension course on nutrition and quality of life in the city of Faxinal do Soturno, RS, provided the data. To complement the data, a questionnaire was applied in order to analyze, among other information, the motivation participants had to look for the course. It was observed that the majority of participants took the course in search of new knowledge. It was also found that more than half of the participants reported being highly motivated and stimulated for it. The majority emphasizes the enthusiasm for trying new experiences in relation to learning, especially when they add knowledge beyond professional life. Thus, it emphasizes the importance of achieving extension courses on various topics that reach the community in order to expand knowledge beyond schools and universities.

Keywords: Extension course. Teaching-learning. Motivation.

1 Introdução

A educação é um insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e, conseqüentemente, para a inserção soberana e sustentável do Brasil no cenário internacional. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender (BRANDÃO, 1993). Hoje, o conhecimento é a principal riqueza das nações. Assim, pode-se dizer que se vive na era do conhecimento, na sociedade do conhecimento. Este fato pode ser corroborado, sobretudo, em consequência da informatização e do processo de globalização das telecomunicações. Pode ser que, de fato, já se tenha ingressado na era do conhecimento, mesmo admitindo que grandes massas da população estejam excluídas dele. No entanto, o que se constata é a predominância da difusão de dados e informações e não de conhecimentos (GADOTTI, 2000; COUTINHO; LISBOA, 2011). Nos últimos anos, o Brasil conquistou importantes avanços na ciência e tecnologia. Atualmente, o país ocupa a 17ª posição no *ranking* mundial de produção de novos conhecimentos científicos. O Ministério da Educação (MEC) tem destacado papel nesses resultados (MEC, 2004).

Com o objetivo de consolidar-se como sustentável, soberana e inclusiva, a educação têm sido constantemente convocada não somente para atender às novas configurações do mercado de trabalho, mas também para contribuir na elevação da escolaridade e do conhecimento dos indivíduos. Dessa forma, a Educação Profissional e Tecnológica consolida-se como importante estrutura para que todas as pessoas possam ter efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas, o que constitui uma das dimensões que melhor evidencia as inter-relações do sistema educativo e de outros sistemas sociais (MEC, 2004).

Atualmente, um tema recorrente no cotidiano das instituições de ensino é a inclusão social. As ações sociais, no âmbito de inclusão, dizem respeito à inserção dos indivíduos portadores de algum tipo de deficiência física ou mental, no convívio social, no trabalho remunerado e no ambiente escolar (MENDES, 2008; PRADO, 2010). Da mesma forma, a inclusão refere-se à inserção de pessoas que já se encontram fora da faixa etária considerada regular, nos cursos profissionalizantes de nível técnico, no ensino médio ou mesmo em cursos de extensão.

Porém, algumas iniciativas do governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação, priorizam a inclusão social, política e cultural de pessoas que não tiveram oportunidades de estudar, seja na infância ou na adolescência. Na atualidade, tem-se disponibilizados programas como a rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica

de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), os quais se destinam à formação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada (MEC, 2007).

Os cursos de extensão, como uma forma de inclusão e capacitação podem servir como uma forma de se complementarem os conhecimentos numa determinada área, já que visam a proporcionar oportunidades de desenvolvimento social e humano, além de buscar a difusão do conhecimento a um número cada vez maior de pessoas. Um dos seus objetivos é o desenvolvimento de competências e habilidades para enfrentar os desafios e as dificuldades inerentes à vida em sociedade. Mediante esses pressupostos, justifica-se a criação dos cursos de extensão desenvolvidos por alunos do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Profissional (PEG), junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em parceria com a prefeitura municipal de Faxinal do Soturno (RS).

O presente artigo, portanto, tem como temática central a motivação dos participantes de um curso de extensão sobre Alimentação e Qualidade de vida, no processo de ensino-aprendizagem, visto que a motivação é um dos aspectos importantes para a aprendizagem (GODOI; FREITAS; CARVALHO, 2011). A problemática surge à medida que não se conheciam as razões que levaram os indivíduos a buscarem um curso sobre esse assunto. Por isso, objetivaram-se com o curso, capacitar os participantes quanto à importância da alimentação e da qualidade de vida, investigando-se, através de uma pesquisa, as mudanças de conduta e as motivações do grupo constituído para essa qualificação.

2 Metodologia da pesquisa

Entende-se como método científico a forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo ou aplicá-lo. Método representa um conjunto de processos ou operações mentais que se deve empregar na investigação, sendo uma linha de raciocínio adotada em um processo de pesquisa (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa de natureza quali-quantitativa, devido a sua relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, busca a interpretação dos fatos e a atribuição de significados, os quais muitas vezes apresentam-se de forma subjetiva. Classifica-se a pesquisa que será aqui relatada, ainda, como sendo descritiva, pois tem como objetivo prover o pesquisador de dados sobre as características de grupos e estimar proporções de deter-

minadas especificidades (GIL, 2006). Com relação ao tipo de investigação, a pesquisa buscou trabalhar com o procedimento técnico “levantamento”, que tem como objetivo a interrogação direta das pessoas com o propósito de conhecer seu comportamento.

A pesquisa, conforme já mencionada, foi realizada com os participantes de um curso de extensão sobre Alimentação e Qualidade de Vida, na cidade de Faxinal do Soturno, RS, ministrado pelos alunos do PEG da UFSM. Para serem incluídos na pesquisa os participantes deveriam realizar todos os módulos do curso e ter disponibilidade e interesse. A partir deste levantamento, foram selecionados 51 participantes, de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias para participarem do estudo. Os dados foram coletados durante o período de abril a junho de 2012. O curso apresentou uma carga horária de 15 horas, sendo composto por cinco módulos, divididos em cinco finais de semana, de três horas cada. O curso em foco abordou assuntos relacionados à alimentação e à qualidade de vida tais como: química dos alimentos, pirâmide alimentar e porções dos alimentos, obesidade, diabetes, dislipidemia e alimentos funcionais.

Para complementar os dados, foi elaborado e aplicado um questionário com o intuito de constatar a motivação pela qual os participantes buscaram o curso, o conhecimento sobre o assunto, a avaliação do grau de compreensão dos participantes e a verificação dos pontos positivos e negativos durante o curso quanto ao conteúdo abordado. O questionário aplicado no início do curso continha 12 questões, e o aplicado ao término, 16 questões, ambos com perguntas abertas e fechadas. No primeiro momento, constatou-se a motivação que levou os participantes a buscarem o curso, o conhecimento sobre o assunto, o grau de compreensão dos participantes a buscarem o curso. Já a aplicação do questionário ao término do curso, foi referente à avaliação e à motivação com relação ao curso, a sua aprendizagem, à abordagem do conteúdo e aos métodos utilizados.

3 Resultados e discussão

Em um primeiro momento, realizou-se uma análise quantitativa dos dados, com verificação de números absolutos e percentuais da população da pesquisa. Após aplicação do questionário, com o intuito de verificar o perfil socioeconômico dos participantes, constatou-se a participação de 51 indivíduos, sendo 92% do sexo feminino (n=47) e 8% do sexo masculino (n=4), o que apontou uma predominância feminina. Dentre os participantes do curso de extensão, a faixa etária variou, sendo 18% (n=9) entre 15 e 20 anos de idade; 12% (n=6) de 21 a 30 anos; 8% (n=4) de 31 a 40 anos;

14% (n=7) de 41 a 50 anos; 25% (n=13) de 51 a 60 anos e 23% (n=12) acima de 60 anos, o que demonstra a prevalência de participantes de mais idade no curso.

Com relação ao estado civil dos participantes, 45% (n=23) eram casados, 37% (n=19) eram solteiros (a), 12% (n=6) viúvos (a), e 6% (n=3) divorciados (a). Os participantes apresentavam os seguintes graus de escolaridade: 23% (n=12), Ensino Fundamental incompleto; 14% (n=7), Ensino Fundamental completo; 12% (n=6), Ensino Médio incompleto; 23% (n=12), Ensino Médio completo; 12% (n=6), Técnico Profissionalizante incompleto; 6% (n=3), Superior incompleto; 10% (n=5), Superior completo. Quando indagados sobre a profissão, a maioria relatou trabalhar na agricultura e ser aposentado.

No que diz respeito à motivação pelo curso, pode-se constatar que 66% participaram do curso para adquirir maior conhecimento sobre os assuntos abordados, e 92% dos participantes nunca tinham realizado um curso anteriormente. Além disso, verificou-se, nessa população participante do curso, a presença de patologias crônicas degenerativas não transmissíveis (hipertensão, dislipidemias e diabetes mellitus), constatada em 56% do grupo.

Ao término do curso sobre Alimentação e Qualidade de vida, aplicou-se o segundo questionário. A respeito das respostas do segundo questionário, de uma forma geral, a das pessoas questionadas demonstraram que se envolveram e se interessaram pelo curso de extensão oferecido, por estarem bastante motivadas com o assunto, o que se demonstra na Figura 1 com a percentagem 91%.

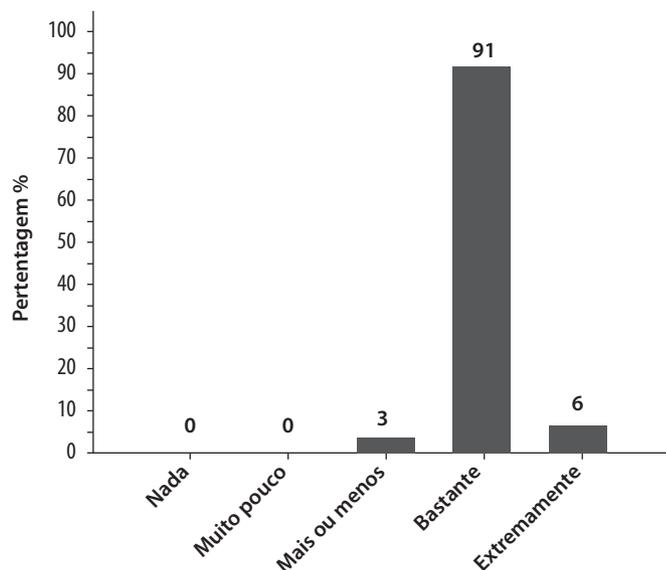


Figura 1 – Motivação dos participantes após o término do curso

Fonte: os autores

Da mesma forma, os questionários mostraram que 65% da população que participou do curso sentiram-se, após sua realização, motivados a mudar os hábitos alimentares, e 56% dessa população afirmaram que passaram a cuidar da alimentação e realizar atividade física após terem frequentado o curso. Estes dados vêm ao encontro da literatura que define *motivação* ou *motivo*, como aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar de curso (BZUNECK, 2000). Também, conforme os autores Balancho e Coelho (1996), a motivação pode ser entendida como um processo e, como tal, é aquilo que suscita ou incita uma conduta, que sustenta uma atividade progressiva, que canaliza essa atividade para um dado sentido.

Quando indagados sobre o estímulo em fazer o curso, percebe-se que, mais da metade da população (56%), respondeu sentir-se bastante estimulada (figura 2).

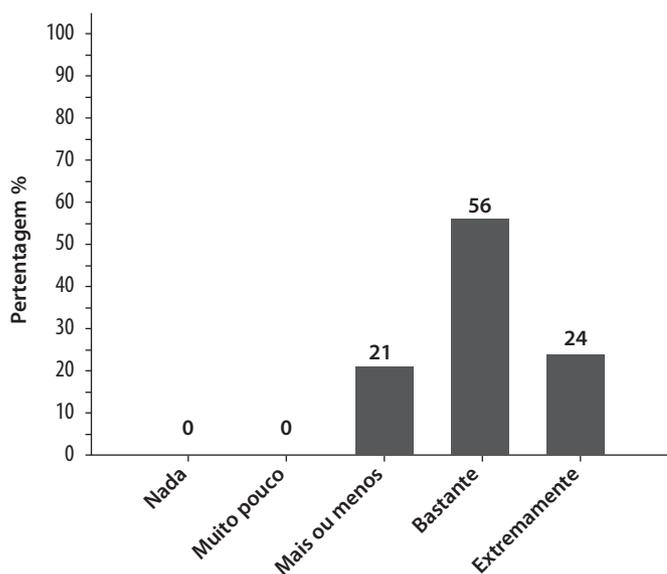


Figura 2 – Estímulo em participar do curso de “Alimentação e qualidade de vida”

Fonte: os autores

Quase todos participantes (97%) relataram gostar de experimentar novas experiências em relação à aprendizagem e à busca de informações. Nesse mesmo raciocínio, Boruchovitch e Bzuneck (2001) dizem que a motivação desempenha um papel importante nos resultados que os professores e alunos almejam. Dessa forma, o tema motivação, ligado à aprendizagem, está sempre em evidência nos ambientes de ensino-aprendizagem, chegando a haver desistências quando os alunos não se sentem motivados.

Os resultados demonstraram que a possibilidade de se empregarem os conhecimentos adquiridos, tanto na vida pessoal como profissional, foi o que mais deixou os participantes motivados (40%), seguido da aprendizagem adquirida (31%) e da oportunidade

de convivência com outras pessoas (29%). Conforme Catholico (2009), cada indivíduo utiliza sua capacidade de aprender as informações orientadas pelo seu estilo de aprendizagem, e cada professor tem o seu estilo. Este, por sua vez, é relacionado à sua prática pedagógica, e a harmonia entre os estilos dos indivíduos e professores vai construir uma aprendizagem favorável ou não. Os estudos que surgem em torno do tema da aprendizagem indicam que cada indivíduo teria um ritmo e uma forma característica de aprender; ou seja, os indivíduos não aprenderiam de uma forma homogênea. Sendo assim, vários fatores eliciariam o processo de aprendizagem como fatores físicos, ambientais, cognitivos, afetivos, culturais e socioeconômicos (FELDER; SILVERMAN, 1988).

Os dados mostraram que 68% dos participantes observaram mudanças após a realização do curso em relação à compreensão sobre o tema qualidade de vida (figura 3), o que permite pensar que a cognição, geralmente, gera ação. Primeiramente, o indivíduo retém as informações, logo em seguida as compreende e as organiza, instalando-se a dimensão sequencial/ global. Tal dimensão indica como o indivíduo progride no entendimento de uma situação com que está lidando, de uma forma gradual, dominando detalhe a detalhe, ou inicialmente de um modo mais lento e depois a grandes saltos. Os indivíduos sequenciais absorvem informações na medida em que ela é apresentada, de forma linear. Já os globais precisam de um conhecimento mais completo do conteúdo para que ocorra a aprendizagem, eles dão saltos holísticos em sua compreensão (FELDER; SILVERMAN, 1988).

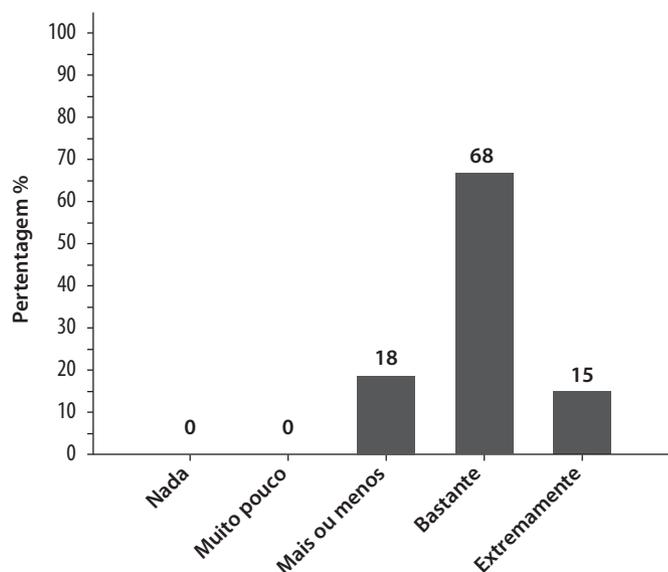


Figura 3 – Mudanças dos participantes em relação à compreensão sobre o tema qualidade de vida

Fonte: os autores

Em relação à abordagem dos conteúdos, o método de que os participantes mais gostaram foi a aula expositiva (77%), seguido do uso de vídeos (16%) e uso de imagens (7%) (FIGURA 4). A combinação das linguagens áudio e visual permite uma maior retenção mnemônica e, por isso, uma maior facilidade na aprendizagem. As imagens são importantes recursos para a comunicação de ideias científicas, além da indiscutível importância como recursos para a visualização, o que contribui para a inteligibilidade de diversos textos científicos. As imagens também desempenham um papel fundamental na constituição das ideias científicas e na sua conceitualização (MARTINS, 2002).

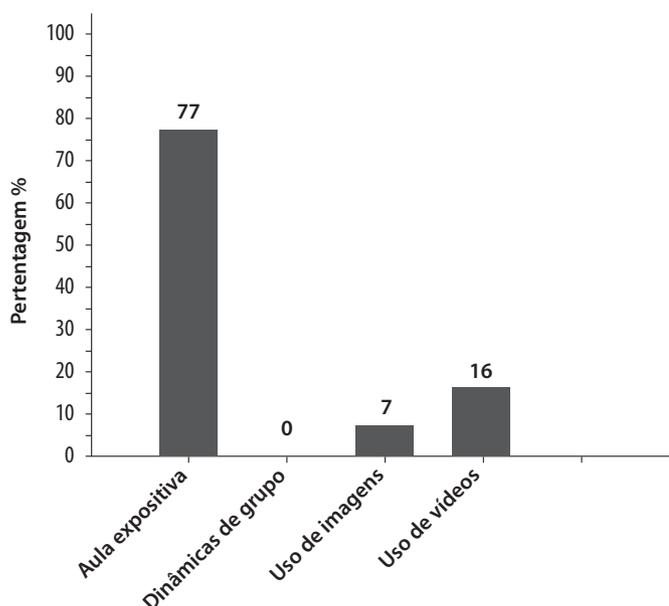


Figura 4 – Métodos utilizados para abordar os conteúdos de que os participantes mais gostaram.

Fonte: os autores

Aos participantes foi perguntado como definiriam qualidade de vida. Como resposta, 100% dos participantes relataram que é ter uma boa alimentação e realizar atividade física. A seguir podemos observar alguns depoimentos de alguns participantes:

É ter muito amor próprio e muita autoestima, se cuidar na alimentação, ter uma atividade física, fazer exames periódicos, atividades sociais.

Equilíbrio do funcionamento físico, psíquico e social.

Definiria como um conjunto de fatores que façam com que as pessoas tenham hábitos saudáveis.

Foi perguntado também aos participantes como classificam sua qualidade de vida: 65% a referem como boa; 32%, como regular, e 3%, ótima. Puderam-se constatar alguns relatos dos participantes:

Boa, mas vi com o curso que posso mudar muitas coisas ainda. Minha qualidade de vida, classifico-a boa, pois tenho alguns hábitos, como: prática de atividade física, alimentação saudável, pouco sal, entre outros.

Todas essas definições estão de acordo com a literatura, que define qualidade de vida como sendo “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994).

4 Considerações finais

A motivação surge do interior das pessoas; ninguém pode motivar ninguém; o que se pode tentar, de alguma forma, com base em técnicas e sensibilidades adequadas, é despertar a motivação de dentro das pessoas. Para a motivação na aprendizagem percebe-se que o indivíduo aprende por interesse próprio.

Por meio da investigação realizada neste estudo, conclui-se que a principal motivação pela qual os participantes buscaram o curso de Alimentação e Qualidade de vida foi a aquisição de conhecimentos que pudessem melhorar seus hábitos diários (alimentares e de prática de atividade física) e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida. Dessa forma, cabe ressaltar a necessidade e a importância de realização de cursos de extensão que atendam às comunidades que não têm acesso ao conhecimento mais técnico e prático. Esses conhecimentos podem ser colocados em prática pelos indivíduos dessas comunidades de forma a melhorarem sua qualidade de vida.

Referências

BALANCHO, M. J. S.; COELHO, F. M. *Motivar os alunos, criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*. 2. ed. Porto, Portugal: Texto, 1996.

BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (orgs.). *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

BZUNECK, J. A. As crenças de autoeficácia dos professores. In: SISTO, Firmino F.; OLIVEIRA, Gislene de C.; FINI, Lucila D. T. (Orgs.). *Leituras de psicologia para formação de professores*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CATHOLICO, R. A. R. *Estratégia de ensino em curso técnico a partir dos estilos de aprendizagem de Felder-Soloman*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

COUTINHO, C.; LISBOA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação*, v. 28, n. 1, p. 5-22, 2011.

FELDER, R. M.; SILVERMAN, L. K. Learning and teaching styles in engineering education. *Journal of Engineering Education*, v. 78, n. 7, p. 674-681, 1988.

GADOTTI Moacir. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo Perspec.* São Paulo, v.14, n.2, Abril/junho, 2000.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOI, C.; FREITAS, S.; CARVALHO, T. Motivação na aprendizagem organizacional: Construindo as categorias afetiva, cognitiva e social. *Revista Administração Mackenzie*, v.12, n. 2, p. 30-54, 2011. MARTINS, I. Visual imagery in school science text. In GRAESSER, A.; OTERO, J.; DELEON, J. A. *The psychology of scientific text comprehension*. Hillsdale, N. J. Lawrence Erlbaum Associates Publishers. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil). *PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)*. Documento base. Brasília, DF, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Propostas em discussão: *políticas públicas para a educação profissional*. Brasília, DF, 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2012.

MENDES, E. Pesquisas sobre inclusão escolar: Revisão da agenda de um grupo de pesquisa. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 2, n. 1, p. 4-25, 2008.

PRADO, G. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. *Inclusão . Social*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 143-149, 2010

WHOQOL GROUP. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). In: Orley J , Kuyken W, (editors). *Quality of life assessment: international perspectives*. Heigelberg: Springer Verlag, 1994.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MODELAGEM FUZZY PARA A GESTÃO DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A AQUISIÇÃO DE INSUMOS

FUZZY MODELING FOR SUPPLY MANAGEMENT:
A CASE STUDY ON THE PURCHASE OF SUPPLIES

Aline Botelho do Nascimento*
Regina Serrão Lanzillotti**

* Bacharel em Estatística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestranda do Curso de Ciências Computacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
✉ alinepompeia@gmail.com

** Professor Adjunto do Curso de Estatística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Graduada em Ciências Estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE - UFRJ) e Doutora em Ciências, Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE - UFRJ).
✉ reginalanzillotti@terra.com.br

Resumo

A necessidade de gerenciar projetos de modernização impõe constantemente melhorar os processos de aquisição de bens. A tradição com os fornecedores não é a única forma de atuação, mas o conhecimento da relação custo/benefício contribui para a melhoria do processo de gestão. O objetivo deste artigo é classificar os insumos de forma quali-quantitativa sob a ótica dos Conjuntos Fuzzy (CF), que relaciona “valor” e “tempo de entrega do bem pelo fornecedor”. O sistema lógico Fuzzy propicia a interação dessas variáveis pela Máquina de Inferência Fuzzy, que correlaciona antecedentes e consequentes com a geração de regras da Lógica Fuzzy. Esta proposta foi aplicada a uma Empresa Pública que deveria decidir entre fornecedores oriundos de órgãos sediados no Exterior ou não. Nas aquisições via Exterior, verificou-se maior índice para a “Aquisição fora do tempo hábil” (40,43%), enquanto esta especificação para o mercado interno foi praticamente a metade (20,93%). As aquisições que poderiam ser consideradas como “Aquisição com risco de atraso” foram mais frequentes na Iniciativa Privada (25,58%), enquanto, ao ser comprado no Exterior, o índice cai para a metade. O modelo adotado permitiu facilitar a tomada de decisão do gestor responsável pela aquisição de bens relacionados à rotina laboral.

Palavras-chave: Gestão de insumos. Lógica Fuzzy. Tomada de decisão.

Abstract

The current environment inside and outside organizations is dynamic and full of uncertainties. Managers are overloaded due to the complexity of organizational processes. The daily demands of fast and assertive decisions require the use of decision-making tools that could increase the quality and speed of decision-making process. The need to manage projects of modernization imposes constant improvement of the processes of purchasing goods. Tradition with suppliers is not the only form of action, but knowledge of the cost / benefit relation contributes with the improvement of the management process. The objective of this work is to classify the inputs in a Qualiquantitative manner from the perspective of Fuzzy Sets (CF), which lists “value” and “time of delivery of the goods by the supplier.” The fuzzy logic system favors the interaction of these variables by the Fuzzy Inference Machine that correlates antecedents and consequents with the generation of Fuzzy Logic rules. This proposal was applied to a public company that should decide between suppliers originating from organs located abroad or not. In acquisitions via exterior, there was a higher incidence of “Acquisition outside the timely” (40.43%), while this specification to the domestic market was almost half (20.93%). Acquisitions that could be considered “at risk delay” were more frequent in the Private Sector (25.58%), while when being purchased abroad, the rate is halved. The model adopted has facilitated decision making of the manager responsible for the acquisition of goods related to the work routine.

Keywords: Input Management. Fuzzy Logic. Decision Making.

1 Introdução

O ambiente atual, dentro e fora das organizações, é dinâmico e cheio de incertezas. Os gerentes estão sobrecarregados em razão da complexidade dos processos organizacionais. As exigências diárias de decisões rápidas e assertivas demandam o uso de ferramentas de tomada de decisão que possam aumentar a qualidade e velocidade do processo decisório (PEIXE et al., 2008). O processo de tomada de decisão dentro das organizações modernas demanda um profissional que conheça o ambiente em que a empresa está inserida e também esteja ciente

das suas constantes e frequentes mudanças. Por decisão, entende-se a escolha que alguém realiza entre, no mínimo, duas alternativas possíveis, utilizando o meio que julga ser o melhor disponível para atingir um determinado objetivo (CORRAR; THEÓPHILO, 2004).

Em meio à constante cobrança pela eficiência, um profissional deve dispor de conhecimentos técnicos do assunto sobre o qual vai opinar e também ser ágil no levantamento de todas as alternativas possíveis. Para atender a esta necessidade, o uso dos métodos quantitativos evoluiu para o conceito da Teoria da Decisão, a qual fornece diversas ferramentas e técnicas que contribuem para uma maior eficácia gerencial. Os métodos quantitativos modernos propiciam uma abordagem lógica de situações de incerteza, ambiente atual das organizações (PEIXE et al., 2008).

A necessidade de gerir novos projetos impõe melhorar constantemente os processos de aquisição de bens a serem utilizados. Embora a fidelidade dos fornecedores contribua para a melhoria do processo, não é a única forma a ser perseguida, mas avaliar a relação custo/benefício torna-se inevitável.

O estudo, ora relatado neste artigo, nasceu da necessidade de se avaliar em uma instituição pública, a demora na entrega de produtos fornecidos pelos órgãos de compra no Exterior ou não. Os insumos fornecidos com atraso têm encarecido demasiadamente o custo final de projetos de modernização, pois prolonga o término de sua execução. Em muitas organizações empresariais, a tomada de decisão na aquisição de insumos fica direcionada somente à oferta segundo os preços, mas é importante levar-se em consideração o tempo de entrega. Neste trabalho, não foram levados em consideração os impostos que incidem na comercialização, embora haja a necessidade do processo de licitação, o que onera o tempo para aquisição do bem.

A Lógica Fuzzy (nebulosa) permite a associação entre dados linguísticos e numéricos ao mesmo tempo e, recentemente, tem estado presente em aplicações no mundo dos negócios. A utilização de informação linguística é mais fácil que traduzir a realidade em variáveis numéricas. (CERESER, 2010). Por outro lado, a Lógica Fuzzy, uma técnica apropriada para lidar com situações de incerteza e subjetividade, configura-se como uma alternativa interessante, além de não necessitar de um tamanho de amostra grande.

O objetivo deste trabalho é classificar os insumos adquiridos para projetos de modernização sob a ótica dos Conjuntos Fuzzy (CF), relacionando as variáveis

linguísticas “valor” e “tempo de entrega do bem pelo fornecedor” mediante a inferência Fuzzy, que gera as regras antecedentes e consequentes (se...então).

2 Metodologia

A Lógica Fuzzy (LF) surgiu baseada na Teoria de Conjuntos Fuzzy, no ano de 1965, e o termo foi usado pela primeira vez em uma publicação feita por Lotfi A. Zadeh, na Califórnia (MALUTTA, 2004). Esta ciência destina-se a estudar os princípios formais do raciocínio aproximado, modelando modos imprecisos do raciocínio com papel fundamental na habilidade de tomar decisões. Esta lógica permite trabalhar com ambiguidade, abrindo uma perspectiva alternativa de estrutura que substitui a lei do meio excludente de Aristóteles pela lógica de Bertrand Russel, em que uma afirmativa ambígua pode ter valores em uma escala intervalar entre 0 e 1, valores considerados de pertinência. (LANZILLOTI, 1999). Segundo Braga, Barreto e Machado (1995), esta teoria permite dar forma matemática às expressões próprias da linguagem natural, sem diminuir a potência expressiva das mesmas.

2.1 Conjuntos Fuzzy

Um Conjunto Fuzzy A em um conjunto universo U é um conjunto de pares ordenados de um elemento genérico x , e seu grau de pertinência $\mu_A(x)$, que pode ser considerado como uma medida que expressa a possibilidade de um elemento ser membro de um CF.

$$A = \{(x, \mu_A(x) \mid x \in U)\}.$$

Quanto à representação, quando se tem um Conjunto Fuzzy Discreto (CFD) enumeram-se seus elementos junto com seus graus de pertinência, da seguinte forma:

$$A = \sum \mu_A(x_i) / x_i$$

em que o somatório refere-se à operação união (disjunção), e a notação $\mu_A(x_i) / x_i$ refere-se ao elemento x_i que pertence ao CF A com grau $\mu_A(x_i)$. Em geral, por simplicidade, somente são listados no conjunto A aqueles elementos cujo grau de pertinência é diferente de zero (ORTEGA, 2001).

Os CF não possuem fronteiras bem definidas e foram introduzidos uma vez que os conjuntos clássicos apresentavam limitações para tratar de problemas

em que o escalonamento das transições de uma classe para outra aconteciam de forma suave. A definição, as propriedades e operações dos Conjuntos Fuzzy fazem com que os Conjuntos Clássicos recaiam como um caso particular, tal como:

$$\mu_A(x) = \begin{cases} 1 & \text{se e somente se } x \in A \\ 0 & \text{se e somente se } x \notin A \end{cases}$$

em que U é o conjunto Universo, A é um subconjunto de U e x é um elemento de U , ou seja, a função característica é um mapeamento do conjunto universo no conjunto $[0; 1]$. Essa função característica discrimina, entre todos os elementos de U , aqueles que, segundo algum critério, pertencem ou não ao subconjunto A , dividindo o conjunto universo em duas partes com fronteira bem definida.

As operações básicas dos CF são a união (\cup), a intersecção (\cap) e o complemento, e eles podem ser expressos através da função característica. Seja A e B subconjuntos de U , então, temos respectivamente (ORTEGA, 2001):

$$\mu_{A \cup B}(x) = \max(\mu_A(x), \mu_B(x)),$$

$$\mu_{A \cap B}(x) = \min(\mu_A(x), \mu_B(x))$$

e

$$\mu_{\bar{A}}(x) = 1 - \mu_A.$$

Os CF podem ser representados por figuras geométricas. Neste trabalho foram empregados conjuntos trapezoidais e triangulares (Figura 1); foram utilizadas no suporte as variáveis “Valor das aquisições” e “Tempo das aquisições”, feitas por Empresas públicas ou não, que foram padronizadas em unidades do desvio padrão.

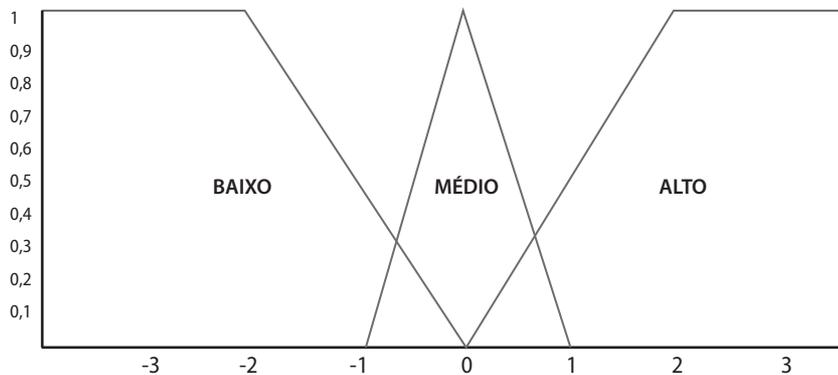


Figura 1 – Conjuntos Fuzzy para Valor Monetário e Tempo

Fonte: Os autores (2013)

2.2 Regras fuzzy:

A Regra Fuzzy (RF) é capaz de capturar algum conhecimento específico, sendo composta por uma parte antecedente (*Se*) e uma parte consequente (*Então*), resultando em uma estrutura do tipo:

$$Se \{antecedentes\} \text{ Então } \{consequentes\}$$

Um conjunto de regras descreve um sistema em suas várias possibilidades (ORTEGA, 2001). Os antecedentes descrevem uma condição (premissas), enquanto a parte consequente descreve uma conclusão ou uma ação que pode ser esboçada quando as premissas se verificam. Antecedentes definem uma Região Fuzzy (RF) no espaço das variáveis de entrada; já os consequentes, saída do sistema, qual seja a sua conclusão/ação (MALUTA, 2004).

2.3 Máquina de Inferência

Segundo Figueiredo e Teixeira (1998), para controlar adequadamente um processo, é preciso codificar o conhecimento que se tem sobre o mesmo na forma de regras antecedentes de um mecanismo que avalie se são pertinentes e as aplique produzindo uma saída, variáveis consequentes que foram consideradas as Linhas de Ação da Máquina de Inferência Fuzzy, Quadro 1.

Valor Tempo	Baixo	Médio	Alto
Baixo	Aquisição Mediante Certificação	Aquisição de Rotina	Aquisição Emergencial
Médio	Aquisição com Risco de Atraso	Aquisição Mediante Pesquisa de Mercado	Aquisição Mediante a Necessidade
Alto	Aquisição fora do Tempo Hábil	Aquisição fora do Tempo Hábil	Aquisição Inviável

Quadro 1 – Linhas de Ação (LA) da Máquina de Inferência Fuzzy

Fonte: Os autores (2013)

2.4 Mínimos e Máximos de Mandani

Na modelagem matemática de um conjunto de regras Fuzzy (n), os antecedentes, $x_i \in A_i \dots x_j \in B_j$ com os valores de pertinência

$$\mu_{A_j}(x_i), \mu_{B_j}(x_i)$$

adotou-se o método Mandani (LISBÔA; MENDES; BARP, 2010), que propõe uma relação Fuzzy binária em que os consequentes, decisão da relação Fuzzy, correspondem ao subconjunto fuzzy X e U cuja função de pertinência é dada por:

$$\mu(x_i, u_i) = \text{máximo}_{1 \leq j \leq n} \left\{ \text{mínimo} \left[\mu_{A_j}(x_i), \mu_{B_j}(x_i) \right] \right\}$$

2.5 Arquitetura do sistema lógico Fuzzy

A visualização do sistema lógico Fuzzy pode ser realizada segundo a Figura 2, que apresenta as variáveis linguísticas de entrada, a etapa de fuzzificação, a máquina de inferência e as saídas que correspondem às Linhas de Ação (LA).



Figura 2 – Arquitetura do Sistema Lógico Fuzzy

Fonte: Os autores (2013)

Esse fluxograma facilita o entendimento do estudo, pois apresenta uma forma sistêmica da utilização da Lógica Fuzzy na tomada de decisão para aquisição de insumos nos projetos de modernização de uma empresa.

3 Aplicação

Os insumos adquiridos por empresas, sediadas no Exterior ou não, serviram de entrada para o desenvolvimento do Sistema Lógico Fuzzy; as advindas de fora do país foram armazenadas por um Sistema de Informações Gerenciais do Abastecimento. Após consultas realizadas ao referido sistema, foi construído um banco de dados que possibilitou a obtenção das variáveis “Tempo” e o “Valor”. Neste trabalho, as variáveis linguísticas “Tempo” e “Valor” não são tratadas de

forma contínua, mas são classificadas em baixo/médio/alto, com transição ocorrendo de forma suave, pois se busca classificar os itens de forma qualiquantitativa, chegando-se a regras que auxiliam na tomada de decisões. Procedimento análogo foi realizado em relação às informações sobre os itens adquiridos no próprio país para a construção de um banco de dados.

Uma vez que a variabilidade de ambas as variáveis era expressiva, houve a necessidade de realizar a estratificação. O método utilizado considerou a grandeza dos valores das variáveis, tentando homogeneizar os grupos de modo que a variância dentro dos mesmos fosse minimizada, consequentemente maximizando a variabilidade entre eles, chegando-se a seis grupos, Tabela 1.

GRUPOS	EXTERIOR			NACIONAL		
	ITENS	PREÇO/ITEM	COEF. VARIAÇÃO	ITENS	PREÇO/ITEM	COEF. VARIAÇÃO
A	2	5887,50	0,10	2	6087,50	0,06
B	2	1513,50	0,03	3	1155,00	0,20
C	7	342,57	0,49	6	326,67	0,39
D	15	37,62	0,39	2	56,87	0,12
E	18	9,07	0,43	24	17,60	0,41
F	3	1,25	0,52	8	2,88	0,53

Tabela 1 – Estratificação do Valor de Compra

Fonte: Os autores (2013)

Os três primeiros grupos apresentaram preço médio por item mais expressivo tanto para insumos obtidos no Exterior quanto para os nacionais, enquanto nos três últimos grupos os valores foram bem mais inferiores. A quantidade de insumos adquiridos para as duas formas de aquisição não apresentaram diferenças relevantes em cada grupo. Uma vez que os três primeiros grupos apresentaram preço médio/ por item bem mais relevante do que os demais, optou-se em manter os três Conjuntos Fuzzy propostos anteriormente, validados pela estratificação.

Procedimento análogo foi realizado para o tempo de entrega e foram encontrados três grupos, o que convergiu para os três conjuntos fuzzy propostos anteriormente, Tabela 2.

GRUPOS	EXTERIOR			NACIONAL		
	ITENS	TEMPO (DIAS)/ITEM	COEF. VARIAÇÃO	ITENS	TEMPO (DIAS)/ITEM	COEF. VARIAÇÃO
A	8	777,50	0,02	12	161,83	0,09
B	9	573,67	0,07	8	123,75	0,09
C	30	437,80	0,20	23	67,83	0,26

Tabela 2 – Estratificação do Tempo de Entrega

Fonte: Os autores (2013)

Os insumos advindos de compras no Exterior e os adquiridos em rede nacional apresentaram pouca variabilidade em torno do valor médio para os grupos A e B, enquanto, no grupo C, a variabilidade alcançou até 26%. Os valores do tempo de entrega foram padronizados de forma análoga ao procedimento para a variável valor.

4 Resultados

A máquina de Inferência Fuzzy foi constituída levando-se em consideração a interação das classificações dos antecedentes “Valor” e “Tempo” convergiram para as ações de aquisição mediante a necessidade para implementar o projeto de modernização. As estatísticas estão na Tabela 3.

ESPECIFICAÇÃO	ITENS	FREQUÊNCIA (%)
EXTERIOR		
Aquisição com risco de atraso	6	12,77
Aquisição de rotina	1	2,13
Aquisição emergencial	1	2,13
Aquisição fora do tempo hábil	19	40,43
Aquisição inviável	7	14,89
Aquisição mediante certificação	7	14,89
Aquisição mediante necessidade	4	8,51
Aquisição mediante pesquisa de mercado	2	4,26
TOTAL	47	100
NACIONAL		
Aquisição com risco de atraso	11	25,58
Aquisição de rotina	4	9,30
Aquisição emergencial	6	13,95
Aquisição fora do tempo hábil	9	20,93

Aquisição inviável	3	6,98
Aquisição mediante certificação	6	13,95
Aquisição mediante necessidade	4	9,30
TOTAL	43	100

Tabela 3 – Estatística das ações de aquisição segundo a Máquina de Inferência

Fonte: Os autores (2013)

Nas aquisições via Exterior, verificou-se maior índice para a “Aquisição fora do tempo hábil” (40,43%), enquanto esta especificação para o mercado interno foi praticamente a metade (20,93%). A ação “Aquisição inviável” e “Aquisição mediante certificação” apresentaram o mesmo valor relativo, 14,89%, quando adquiridos no comércio Exterior. Para estas ações, a iniciativa privada apresentou percentuais mais baixos, 6,98% e 13,95%. As aquisições que poderiam ser consideradas como “Aquisição com risco de atraso” foram mais frequentes na Iniciativa Privada (25,58%), enquanto, ao ser comprado no Exterior, o índice cai para a metade.

Em função da expressividade das aquisições com risco de atraso no comércio interno, foram discriminadas as suas pertinências para serem confrontadas com as adquiridas no comércio Exterior (Tabela 4). Vale destacar que foram considerados como “Aquisição com risco de atraso” aqueles itens que apresentaram “Baixo Valor” e “Tempo Médio”, tomando-se como pertinência para esta ação, $\text{Max}(\mu_{\text{Baixo Valor}}; \mu_{\text{Tempo Médio}})$. Para se calcular a pertinência do item, optou-se pelo método de máximos e mínimos de Mandani, que utiliza a pertinência máxima entre as mínimas.

EXTERIOR		NACIONAL	
CÓD.	PERTINÊNCIA	CÓD.	PERTINÊNCIA
148	0,70	155	0,71
168	1,00	168	1,00
177	1,00	169	1,00
178	0,42	170	1,00
180	0,42	177	0,55
422	0,47	182	1,00
-	-	183	1,00
-	-	184	1,00

-	-	185	1,00
-	-	186	1,00
-	-	187	1,00
TOTAL DE ITENS	6	TOTAL DE ITENS	11,00
FREQ.(%)	12,77	FREQ.(%)	25,58

Tabela 4 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição com risco de atraso” por setor comercial

Fonte: Os autores (2013)

Nas aquisições via Exterior, três itens obtiveram pertinências altas que foram influenciadas pelo Baixo Valor, referentes aos itens cujos códigos são: 148, 168, 177. Por sua vez, no comércio nacional, todas as pertinências desta linha de ação podem ser consideradas altas, também influenciadas pela variável Baixo Valor. Vale destacar que foram considerados como “Aquisição com risco de atraso” itens que apresentaram Valor Baixo e Tempo Médio, critério adotado com rigidez.

Nas linhas de ação que apresentaram menor expressividade, tais como a aquisição dos itens classificadas como “Aquisição de Rotina”, suas pertinências encontram-se na Tabela 5.

EXTERIOR		NACIONAL	
COD.	PERTINÊNCIA	COD.	PERTINÊNCIA
429	1,00	156	1,00
-	-	176	0,65
-	-	420	0,50
-	-	422	0,42
TOTAL DE ITENS	1,00	TOTAL DE ITENS	4,00
FREQ.(%)	2,13	FREQ.(%)	9,30

Tabela 5 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição de Rotina” por setor comercial

Fonte: Os autores (2013)

Em se tratando de aquisição via Exterior, foi verificada uma aquisição de rotina com pertinência alta oriunda de “Baixo Tempo”. Nas aquisições via Iniciativa Privada, as pertinências altas foram influenciadas também pelo “Baixo

Tempo” na entrega, referentes aos itens cujos códigos são: 156 e 176. E as pertinências baixas resultaram de “Médio Valor”, referente ao item discriminado pelos códigos 420 e 422.

Os itens classificados na linha de ação “Aquisição Emergencial” com suas respectivas pertinências encontram-se na Tabela 6.

EXTERIOR		NACIONAL	
COD.	PERTINÊNCIA	COD.	PERTINÊNCIA
428	1,00	140	0,87
-	-	147	1,00
-	-	149	0,64
-	-	151	0,80
-	-	178	1,00
-	-	179	1,00
TOTAL DE ITENS	1,00	TOTAL	6,00
FREQ.(%)	2,13	FREQ.(%)	13,95

Tabela 6 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição Emergencial por setor”

Fonte: Os autores (2013)

O item advindo da aquisição por meio da comercialização realizada no Exterior obteve pertinência alta e foi gerada pelo “Alto Tempo” na chegada do pedido. Na aquisição nacional todas as aquisições obtiveram pertinências altas, sendo a maioria delas influenciadas pelo “Alto Valor”. Trata-se dos itens cujos códigos são: 147, 149, 178 e 179.

A aquisição dos itens classificadas como Aquisição fora do Tempo Hábil e suas pertinências encontram-se na Tabela 7.

EXTERIOR		NACIONAL	
CÓD.	PERTINÊNCIA	CÓD.	PERTINÊNCIA
139	0,50	141	0,63
144	0,50	143	0,63
147	0,75	160	1,00
149	0,70	161	1,00
151	0,23	163	0,65
155	1,00	165	1,00
160	0,77	167	1,00
161	0,77	171	1,00
162	0,53	172	1,00
163	0,52	-	-

167	0,23	-	-
170	0,74	-	-
141	0,15	-	-
143	0,27	-	-
157	0,32	-	-
159	0,42	-	-
169	0,45	-	-
182	0,47	-	-
183	0,30	-	-
TOTAL	19,00	TOTAL	9,00
FREQ.(%)	40,43	FREQ.(%)	20,93

Tabela 7 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição fora do Tempo Hábil” por setor

Fonte: Os autores (2013)

Nas aquisições via Exterior, a maioria das pertinências foram consideradas altas e vieram tanto de “Baixo Valor” quanto de “Médio Valor”, essas pertinências referem -se aos itens cujos códigos são: 147, 149, 155, 160, 161, 162, 163 e 170 . No comércio nacional, todos os itens apresentaram pertinência acima de 0,60, provenientes da classificação “Tempo Alto”

A aquisição dos itens classificadas como Aquisição Inviável e suas pertinências encontram-se na Tabela 8.

EXTERIOR		NACIONAL	
CÓD.	PERTINÊNCIA	CÓD.	PERTINÊNCIA
142	0,02	142	0,63
164	0,23	144	0,63
165	0,23	164	1,00
166	0,23	-	-
186	1,00	-	-
187	0,83	-	-
TOTAL DE ITENS	6,00	TOTAL DE ITENS	3,00
FREQ.(%)	14,89	FREQ.(%)	6,98

Tabela 8 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição Aquisição inviável” por setor

Fonte: Os autores (2013)

Na aquisição via Exterior, a maioria das pertinências foram baixas, tendo algumas sido influenciadas pela variável “Baixo Valor”, código 142, e outras por “Baixo

Tempo”, referentes aos itens cujos códigos são: 164, 165 e 166. Nas aquisições por meio do comércio nacional, as pertinências foram altas para este tipo de aquisição, embora estes itens tenham correspondido à metade dos obtidos no Exterior.

A aquisição dos itens classificados como Aquisição Mediante Certificação e suas pertinências encontram-se na Tabela 9.

EXTERIOR		NACIONAL	
CÓD.	PERTINÊNCIA	CÓD.	PERTINÊNCIA
156	0,79	139	0,87
171	0,81	157	1,00
172	0,70	166	0,22
174	0,70	181	1,00
175	0,89	423	0,68
176	0,87	426	0,86
426	0,65	-	-
TOTAL	7,00	TOTAL	6,00
FREQ.(%)	14,89	FREQ.(%)	13,95

Tabela 9 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição Mediante Certificação” por setor

Fonte: Os autores (2013)

Nas aquisições oriundas do Exterior, todas as aquisições apresentaram pertinências acima de 0,60, duas delas vindas do “Baixo Valor” e as outras cinco vindas de “Baixo Tempo”. Nas aquisições via comércio nacional, a maioria das pertinências foi designada como alta, sendo a pertinência do item “139”, advindo de “Baixo Tempo” e as demais vindas de “Baixo Valor”.

As duas linhas de ação restantes, foram analisadas na Tabela 10 e na Tabela 11.

EXTERIOR		NACIONAL	
CÓD.	PERTINÊNCIA	CÓD.	PERTINÊNCIA
181	0,42	148	1,00
184	0,13	180	1,00
185	0,18	428	0,22
423	0,97	429	0,65
TOTAL	4,00	TOTAL	4,00
FREQ.(%)	8,51	FREQ.(%)	9,30

Tabela 10 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição Mediante Necessidade” por setor

Fonte: Os autores (2013)

Nas aquisições no comércio Exterior, apenas um item apresentou pertinência bastante elevada, tratou-se do item cujo código é 423, um dele com valor de pertinência equivalente à metade, e os demais abaixo 0,20. Esta diversidade de valores pertinências foi tanto devido à variável “Valor” quanto à variável “Tempo”. Em contrapartida, na Iniciativa Privada, a maioria das pertinências foram consideradas como altas, advindas do “Alto Valor”.

Na Tabela 11, a linha de ação aquisição “Mediante Pesquisa de Mercado” somente se fez presente nas aquisições via Exterior, sendo todas as suas pertinências baixas vindas da variável “Tempo Médio”.

EXTERIOR	
COD.	PERTINÊNCIA
179	0,42
420	0,47
TOTAL	2,00
FREQ.(%)	4,26

Tabela 11 – Pertinências dos itens classificados “Aquisição Mediante Pesquisa de Mercado” por setor

Fonte: Os autores (2013)

5 Considerações finais

O modelo proposto permitiu tomar decisões seguindo as linhas de ações propostas pelas Regras Fuzzy, geradas em função da classificação qualiquantitativa dos itens adquiridos. Este modelo proposto facilita decidir pela Linha de Ação considerada mais viável na gestão de compra, quando da aquisição dos itens necessários ao andamento dos projetos de modernização. Assim, o Gerente Responsável pode ter mais subsídios para decidir em função de cada caso particular. O método proposto foi de fácil aplicabilidade e a proposta complementar poderá ser viabilizada em aplicativo que facilite o desenvolvimento do algoritmo para áreas de gestão.

Referências

BRAGA, Mario Jorge Ferreira; BARRETO, Jorge Muniz; MACHADO, Maria Augusta Soares. *Conceitos da matemática nebulosa na análise do risco*. Rio de Janeiro: Artes & Rabiskus, 1995. In: CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 18., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Unicamp, 2010.

CERESER, B. L. H., VENDITE, L. *Modelagem Fuzzy para a tomada de decisões no mercado financeiro*. 2010. Disponível em: < http://www.impa.br/opencms/pt/eventos/downloads/jornadas_2006/trabalhos/jornadas_nathalia_costa.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. *Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração*. São Paulo: Atlas, 2004.

COSTA, N.S., *Árvore de decisão Fuzzy para avaliação da biodisponibilidade do ferro mediante a interação com os modificadores de absorção cálcio e vitamina C*. 2008.

FIGUEIREDO, L.C.; Teixeira, R.A., “Implementação de um Controlador Fuzzy em CLP”. In: CONGRESSO MINEIRO DE AUTOMAÇÃO, 2. SIMPÓSIO REGIONAL DE INSTRUMENTAÇÃO, 5., 1998, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: ISA, 1998. p. 73-79.

LANZILLOTI, Regina Serrão; LANZILLOTI, Haydée Serrão. Análise sensorial sob o enfoque da decisão fuzzy. *Revista de Nutrição*, Campinas: Puc Campinas, v. 12, n. 2, p. 145-157, maio/ago.1999.

LISBÔA, Érico Gaspar; MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues; BARP, Ana Rosa Baganha. Mapeamento da vulnerabilidade de aquíferos freáticos baseado em lógica fuzzy. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 16. ENCONTRO NACIONAL DE PERFURADORES DE POÇOS, 17., 2010, São Luiz. Anais... São Luiz, MA: Associação Brasileira de Águas subterrâneas, 2010. p. 1-18.

MALUTTA, C., Método de apoio à tomada de decisão sobre a adequação de aterros sanitários utilizando a lógica fuzzy. 2004. Tese (Pós-Graduação em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ORTEGA, N.R.S., *Aplicação da Teoria de conjuntos Fuzzy a problemas da biomedicina*. 166 f. Tese (Doutorado em Ciências)- Instituto de Física, Universidade São Paulo, São Paulo, 2001.

PEIXE, J. B. et al. Avaliação da escolha de um fornecedor sob condição de riscos a partir do método de árvore de decisão. *REGE Revista de Gestão*. São Paulo, v.15, n.3, 2008.

Normas para Publicação

Competência - Revista da Educação Superior do Senac-RS é uma publicação de periodicidade semestral cujo objetivo é promover e divulgar artigos e resenhas que contribuam para o desenvolvimento de áreas multidisciplinares.

Os artigos publicados são resultados da produção de mestres e doutores e versam sobre *Educação, Moda, Meio Ambiente, Gestão e Negócios, Ciência da Computação e Hospitalidade e Lazer*.

A Revista também aceita resenhas de livros de pesquisadores e discentes de cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, desde que as obras contemplem as áreas já mencionadas.

Os textos devem seguir as orientações abaixo:

1. Somente serão publicados trabalhos inéditos, de natureza técnico-científica, relacionados às seguintes áreas: *Educação, Moda, Meio Ambiente, Gestão e Negócios, Ciência da computação, Hospitalidade e Lazer*; nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.
2. A aceitação da publicação de artigo implicará transferência de direitos autorais para o Senac-RS, de acordo com a Lei de Direitos Autorais. A Instituição não se compromete a devolver as colaborações recebidas. Os autores dos textos publicados receberão um exemplar da Revista como cortesia.
3. Os originais encaminhados para análise serão submetidos ao Conselho Consultivo para emissão de parecer. No processo avaliativo, os nomes dos autores, assim como dos pareceristas, serão omitidos. Os textos que não estiverem em conformidade com as normas gerais e com as normas para publicação da revista *Competência* não serão submetidos ao Conselho Consultivo.
4. Diante da necessidade de qualquer modificação no texto, essa será submetida ao autor.
5. Todos os autores receberão retorno sobre o aceite da respectiva proposta.
6. Os artigos devem possuir no mínimo 12 e no máximo 15 páginas no formato A4, incluídas referências e notas; espaçamento 1,5 e fonte *Times New Roman* 12pt. Os textos devem estar previamente revisados em relação às normas técnicas e à linguagem.
7. As propostas de artigo necessitam apresentar título e resumo de 150 a 200 palavras em português e inglês ou espanhol, seguido de três a cinco palavras-chave nos dois idiomas (português e inglês ou espanhol), obedecendo à NBR 6028. É necessário constar o nome de cada um dos autores, com indicação da instituição principal à qual está vinculado; atividade; titulação; endereço; e-mail e telefone para contato.
8. Deve ser encaminhada uma cópia impressa (textos e figuras) dos originais para o endereço: Av. Alberto Bins, 665, 7º andar, Porto Alegre/RS, aos cuidados da Comissão Editorial da Revista *Competência*, e também arquivo eletrônico, modo attached, no formato Word, para o e-mail competencia@senacrs.com.br.

9. Ilustrações: gráficos, tabelas, etc., deverão ser encaminhados em formato original e em arquivos separados para o mesmo endereço eletrônico, com as indicações de inserção no texto, bem como legenda e referência de autoria (tratando-se de reprodução).
10. As imagens devem ser enviadas em formato JPG, PeB, com resolução mínima de 300 DPI's.
11. As tabelas devem estar de acordo com as normas de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.
12. As notas numeradas e as referências (em ordem alfabética) seguem as NBR 10520 e 6023 da ABNT. Na apresentação, as notas devem preceder as referências.
13. As citações devem ser indicadas no texto somente pelo sistema autor-data e estarem de acordo com a NBR 10520 da ABNT. Citações com mais de três linhas devem ser apresentadas em corpo 10, recuadas em 4cm da margem esquerda, sem aspas, com espaçamento simples.
14. As aspas duplas serão empregadas somente para citações textuais de até três linhas, que estejam contidas no texto e em transcrições.
15. Os destaques, tais como nomes de publicações, obras de arte, categorias, etc. serão realizados por meio de itálico.
16. Caso o artigo contenha numeração progressiva, devem ser respeitadas as orientações da NBR 6024.
17. As resenhas, com extensão máxima de cinco páginas, devem conter as referências completas das obras analisadas e obedecer aos padrões acima especificados.
18. Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Estudo da Capacidade de uso da Internet por Rede WI-FI na Hotelaria de Porto Alegre
Luiz Alonso de Oliveira Blanco, Hunder Everto Correa Junior e Márcia Inês Marasca Lazzeri

“É pago, mas é em Casa”: Reflexões Sobre a Aplicação da Sociodramaturgia Goffmaniana em Investigações Interdisciplinares de Hospedagens Comerciais Domiciliares
Renée Louise Gisele da Silva Maia

Brinquedotecas Hospitalares: As Atividades Lúdicas no
Processo de Recuperação da Criança Hospitalizada
Josemery Araújo Alves, Wilma Kalliane Soares de Medeiros

Requalificação do Perímetro da Favela do Jardim Edith em São Paulo:
Percepções Iniciais Sobre a Hospitalidade no Espaço Urbano
Airton José Cavenaghi, Luciana Lagares Gonzalez e Maria Ângela Cabianca

O Turismo Pedagógico na Educação Infantil e a Educação para a Cidadania
Cíntia Elisa Dhein e Natália da Rocha Guex

Cursos Superiores de Tecnologia: Análise do Contexto,
do Crescimento e da Qualidade de Cursos Oferecidos no Brasil
Roberto Sarquis Berte

Análise da Contribuição do Programa Especial de Graduação (PEG
na Atuação do Aluno-docente na Educação Profissional
Eduardo Pauli, Elvino Michel, Helenesio Cabral, Karla Marques da Rocha e Laíse Chaves

A Importância da Auditoria Ambiental como Ferramenta de Gestão Ambiental
Jéssica Fischer, Tanize Dias e Lúcia de Fátima Socoowski Anello

Motivação dos Participantes em Curso de Extensão sobre Alimentação
e Qualidade de Vida no Processo de Ensino-aprendizagem
*Luciana Dapieve Patias, Lize Stangarlin, Mariana Moura Ercolani Novack
e Karla Marques da Rocha*

Modelagem Fuzzy para a Gestão de Suprimentos:
um Estudo de Caso Sobre a Aquisição de Insumos
Aline Botelho do Nascimento e Regina Serrão Lanzillotti